



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA**  
**CENTRO DE EDUCAÇÃO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**ANDRÉ LUÍS NUNES DOS SANTOS**

**LETRAMENTO DIGITAL DE PESSOAS IDOSAS SOB A PERSPECTIVA DA  
EDUCAÇÃO AO LONGO DA VIDA: intersecções com a Educação Popular**

**JOÃO PESSOA – PB**

**2024**

ANDRÉ LUÍS NUNES DOS SANTOS

LETRAMENTO DIGITAL DE PESSOAS IDOSAS SOB A PERSPECTIVA DA  
EDUCAÇÃO AO LONGO DA VIDA: intersecções com a Educação Popular

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) do Centro de Educação (CE) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação.

**Linha de Pesquisa:** Educação Popular.

**Orientadora:** Profa. Dra. Aline Maria Batista Machado

JOÃO PESSOA – PB

2024

**Catálogo na publicação**  
**Seção de Catalogação e Classificação**

S2371 Santos, André Luís Nunes dos.

Letramento digital de pessoas idosas sob a perspectiva da educação ao longo da vida : intersecções com a educação popular / André Luís Nunes dos Santos. - João Pessoa, 2024.

125 f. : il.

Orientação: Aline Maria Batista Machado.  
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CE.

1. Letramento digital. 2. Pessoas idosas. 3. Educação ao longo da vida. 4. Educação popular. I. Machado, Aline Maria Batista. II. Título.

UFPB/BC

CDU 37:004(043)

ANDRÉ LUÍS NUNES DOS SANTOS

LETRAMENTO DIGITAL DE PESSOAS IDOSAS SOB A PERSPECTIVA DA  
EDUCAÇÃO AO LONGO DA VIDA: intersecções com a Educação Popular

Dissertação apresentada em: **09 de fevereiro de 2024**

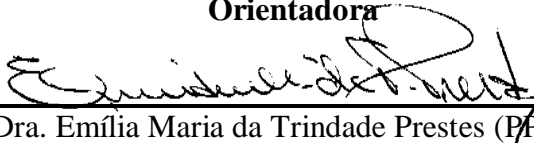
**BANCA EXAMINADORA**



---

Profa. Dra. Aline Maria Batista Machado (PPGE/UFPB)

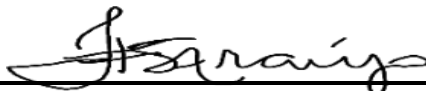
**Orientadora**



---

Profa. Dra. Emília Maria da Trindade Prestes (PPGE/UFPB)

**Examinadora Interna**



---

Profa. Dra. Josenice Ferreira dos Santos Araújo (PPGSSocial/UFT)

**Examinadora Externa**

À minha mãe, Maria de Lourdes, fiel companheira, amiga e alicerce das minhas conquistas; ao meu pai, Evangelista Raimundo, parceiro de sempre e incentivador dos meus objetivos; aos demais familiares, amigos(as), colegas e, especialmente, às pessoas idosas, dedico este trabalho.

## AGRADECIMENTOS

À Deus, primeiramente, pela vida, pelo estabelecimento de minha saúde e por todas as bênçãos a mim concedidas, agradeço.

À Nossa Senhora, pela proteção, intercessão e pelas graças em mim derramadas, agradeço.

Aos meus pais, Maria de Lourdes e Evangelista Raimundo, por minha criação, educação, sustentação e, principalmente, por me incentivar a seguir o caminho dos estudos, eternamente agradeço.

Aos meus irmãos, Tatiane, Maria e Paulo, pelas ajudas, por estarem sempre ao meu lado me dando forças e por sempre acreditarem em minha pessoa, agradeço.

Aos meus sobrinhos, Théó e Tyler, por serem minha maior fonte de determinação e por me incentivarem, mesmo que não saibam, a lutar por um futuro digno para minha família, agradeço.

À toda minha família, em especial, as minhas avós, Maria e Rosa, e aos meus avôs, Antônio (*in memoriam*) e Pedro, por todo apoio, agradeço.

À minha admirável professora e orientadora, Dra. Aline Machado, por todos os ensinamentos durante os mais de dois anos como seu aluno e orientando, pelos inúmeros conselhos acerca do universo acadêmico, por todo seu tempo doado a esta dissertação, pelas conversas descontraídas nos momentos de angústia, pela confiança depositada em minha pessoa e pelo apoio e incentivo de sempre, agradeço.

À professora, Dra. Emília Prestes, por ter aceitado o convite para compor a banca de defesa do mestrado e, sobretudo, pela gentileza, carinho, amorosidade e disponibilidade em participar como examinadora deste trabalho árduo, porém bastante significativo, agradeço.

À professora, Dra. Josenice Ferreira, por também ter aceitado o convite para integrar a banca examinadora e pela disponibilidade e carinho em avaliar meu trabalho, agradeço.

Aos meus estimados amigos e irmãos do PPGE, do GEPEDUPSS e da UFPB, no geral, em nome de Pedro Lôbo, Anderson Noel, Franciel Nunes, Antônio Carlos, Maria Bezerra, Edmilson Cabral, Jeane Tranquelino, Alda Tranquelino, Luciélío Marinho, Eduardo Jorge, Verilson e Fred, agradeço.

Às minhas queridas amigas da UEPB, em particular, Geane, Géssica, Marta, Naiara e Ruth, pela amizade, companheirismo e por estarem ao meu lado me apoiando e ajudando durante os longos anos da graduação, agradeço.

Às minhas amigas e professoras Ma. Daviana Silva e Ma. Sayonara Dawsley, pelo apoio que me prestaram antes e durante a minha jornada acadêmica na UEPB e na UFPB.

Ao Programa de Pós-Graduação em Educação, pela oportunidade de poder fazer parte dessa história de luta e resistência em prol de uma educação de qualidade e do progresso das ciências, agradeço.

Ao Grupo Viver Bem e todas as idosas entrevistadas, pelo acolhimento, disponibilidade e por concordarem em fazer parte deste trabalho, imensamente agradeço.

À todos(as) os(as) funcionários(as) da UFPB, particularmente, aos do Centro de Educação, das Bibliotecas e das equipes de apoio, pela presteza e atendimento quando necessário, agradeço.

*“O homem concreto deve se instrumentar com o recurso da ciência e da tecnologia para melhor lutar pela causa de sua humanização e de sua libertação” (FREIRE, 2001, p. 98).*



## RESUMO

Diante do avanço científico e tecnológico, tornou-se perceptível as recorrentes modificações sociais e culturais ocasionadas pela ascensão globalizante das tecnologias digitais, as quais vêm impondo novas formas de conviver e de se relacionar perante a sociedade, configurando-se, na atualidade, como uma possível extensão do corpo humano. Dessa forma, os sujeitos que não as possuem ou que apresentam dificuldades em seu manuseamento, acabam sofrendo com a exclusão digital, assim como são os casos das pessoas idosas, que, em sua grande maioria, são negligenciadas e excluídas em diversas esferas sociais. Logo, cada vez mais, tem-se feito necessário o desenvolvimento do Letramento Digital crítico e reflexivo dessa parcela populacional, para que, então, possa ser garantida uma plena vivência em suas interações pessoais e profissionais. Portanto, este trabalho investigativo buscou, enquanto objetivo geral, analisar os efeitos do Letramento Digital no cotidiano de idosos(as) integrantes do Grupo Viver Bem, no município de Pilõezinhos – PB, sob a perspectiva da Educação ao Longo da Vida, interseccionando com categorias da Educação Popular. Concernente aos aspectos teórico-metodológicos, esta pesquisa possui natureza pura, abordagem qualitativa, objetivos de cunho exploratório e fundamentada no método dialético marxista. Os sujeitos da pesquisa foram oito idosas do Grupo Viver Bem do Centro de Referência de Assistência Social de Pilõezinhos – PB. As referências basilares foram Freire (1996), Castells (1999), Machado (2012), Gadotti (2016) e Beauvoir (2018). Os principais resultados encontrados seguiram na compreensão de que as práticas de Letramento Digital estão presentes nas rotinas de grande parte das pessoas idosas e que, em suas próprias avaliações, as tecnologias digitais são ferramentas essenciais para o pleno convívio em sociedade, as quais podem ser apresentadas como promotoras de empoderamento, independência e autonomia, isto quando aliadas às perspectivas educacionais críticas e reflexivas.

**Palavras-chave:** Letramento Digital. Pessoas Idosas. Educação ao Longo da Vida. Educação Popular.

## RESUMEN

Ante los avances científicos y tecnológicos, se han hecho evidentes los recurrentes cambios sociales y culturales provocados por el auge globalizador de las tecnologías digitales, que han ido imponiendo nuevas formas de vivir y relacionarse con la sociedad, configurándose actualmente como una posible extensión del cuerpo humano. De esta forma, personas que no los tienen o que tienen dificultades para manejarlos acaban sufriendo exclusión digital, como es el caso de las personas mayores, que, en su mayoría, se encuentran desatendidas y excluidas en diversos ámbitos sociales. Por lo tanto, se hace cada vez más necesario desarrollar una Alfabetización Digital crítica y reflexiva para esta porción de la población, de modo que se pueda garantizar una experiencia plena en sus interacciones personales y profesionales. Por lo tanto, este trabajo de investigación buscó, como objetivo general, analizar los efectos de la Alfabetización Digital en el cotidiano de las personas mayores integrantes del Grupo Viver Bem, en el municipio de Pilõesinhos – PB, desde la perspectiva de la Educación Permanente, entrecruzándose con categorías de la Educación Popular. En lo que respecta a los aspectos teórico-metodológicos, esta investigación tiene un carácter puro, enfoque cualitativo, objetivos exploratorios y fundamentada en el método dialéctico marxista. Los sujetos de la investigación fueron 08 ancianas del Grupo Viver Bem del Centro de Referencia de Asistencia Social de Pilõesinhos – PB. Los referentes básicos fueron Freire (1996), Castells (1999), Machado (2012), Gadotti (2016) y Beauvoir (2018). Los principales resultados encontrados surgieron de la comprensión de que las prácticas de Alfabetización Digital están presentes en las rutinas de un gran número de personas mayores y que, en sus propias valoraciones, las tecnologías digitales son herramientas esenciales para la plena convivencia en sociedad, que pueden presentarse como promotoras de empoderamiento, independencia y autonomía, cuando se combinan con perspectivas educativas críticas y reflexivas.

**Palabras clave:** Alfabetización Digital. Personas Mayores. Educación Permanente. Educación Popular.

## **LISTA DE GRÁFICOS**

<b>Gráfico 1:</b> Quantitativo de dissertações encontradas no repositório da UFPB.....	20
--	----

## **LISTA DE QUADROS**

<b>Quadro 1:</b> Caracterização das dissertações encontradas.....	21
<b>Quadro 2:</b> Esquematização metodológica da pesquisa.....	35
<b>Quadro 3:</b> Caracterização das idosas entrevistadas.....	38
<b>Quadro 4:</b> Os doze principais problemas referentes à aplicação da PNI.....	59
<b>Quadro 5:</b> As avaliações das idosas sobre o Letramento Digital.....	102

## **LISTA DE IMAGENS**

<b>Imagem 1:</b> Celular ObaSmart 3.....	84
<b>Imagem 2:</b> Celular Smart Idoso.....	85

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

ANG	Associação Nacional de Gerontologia
BPC	Benefício de Prestação Continuada
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEPLAR	Campanha de Educação Popular da Paraíba
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CPC's	Centros Populares de Cultura
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
EaD	Educação a Distância
EP	Educação Popular
EUA	Estados Unidos da América
GPS	Global Positioning System
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IES	Instituição de Ensino Superior
ISEB	Instituto Superior de Estudos Brasileiros
LD	Letramento Digital
NAF	Núcleo de Apoio à Família
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
OCDE	Organização para a Cooperação no Desenvolvimento Econômico
OMS	Organização Mundial da Saúde
PETI	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PIBID	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: Contínua
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PNDPI	Pacto Nacional de Implementação dos Direitos da Pessoa Idosa
PNI	Política Nacional do Idoso
PPGE	Programa de Pós-Graduação em Educação
SBGG	Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
SUS	Sistema Único de Saúde
TDIC's	Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação
TIC	Tecnologia da Informação e Comunicação
UAMA	Universidade Aberta à Maturidade

UEPB            Universidade Estadual da Paraíba  
UFPB            Universidade Federal da Paraíba  
UNESCO        Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

## SUMÁRIO

<b>1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS</b> .....	15
1.1 Aproximações, inquietações e trajetórias: refletindo a problemática a partir da convivência com pessoas idosas .....	22
1.2 Percurso teórico-metodológico .....	25
1.2.1 <i>Lócus</i> e sujeitos investigados .....	36
1.2.2 Procedimentos analíticos e estruturação da dissertação .....	39
<b>2 DA VENERAÇÃO À MARGINALIZAÇÃO: tessituras históricas e sociais das concepções do ser idoso(a)</b> .....	43
2.1 Marcos legais da velhice: a Constituição Federal, a Política Nacional do Idoso e o Estatuto da Pessoa Idosa .....	54
2.2 O envelhecimento sob as ópticas da Educação ao Longo da Vida e da Educação Popular: ressignificando trajetos.....	65
<b>3 EDUCAÇÃO AO LONGO DA VIDA, EDUCAÇÃO POPULAR E O LETRAMENTO DIGITAL DE PESSOAS IDOSAS: entre elos e contradições</b> .....	70
3.1 Educação Popular: historicidade, categorias e subsídios para o debate .....	71
3.2 O Letramento Digital como prática social no cotidiano das pessoas idosas: contribuições da Educação ao Longo da Vida e da Educação Popular para a autonomia e o combate à desinformação .....	76
3.3 As adequações mercadológicas na produção de recursos tecnológicos para os(as) idosos(as) e as contradições no sistema capitalista.....	81
<b>4 A RELAÇÃO DAS IDOSAS COM O LETRAMENTO DIGITAL: a realidade do Grupo Viver Bem do Centro de Referência de Assistência Social do município de Pilõesinhos – PB</b> .....	87
4.1 A concepção de Letramento Digital que as entrevistadas possuem.....	88
4.2 O Letramento Digital no cotidiano das pessoas idosas entrevistadas .....	91
4.3 As dificuldades e habilidades predominantes nos(as) idosos(as) concernentes ao uso e manuseio das tecnologias digitais e suas eventuais causas .....	96

4.4	As avaliações das pessoas idosas entrevistadas acerca do Letramento Digital em suas rotinas.....	100
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>105</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>108</b>
	<b>APÊNDICES .....</b>	<b>114</b>
	<b>ANEXOS .....</b>	<b>118</b>

## 1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O advento das tecnologias digitais, iniciado no final do século XX, vem modificando, ininterruptamente, a sociedade e, conseqüentemente, os hábitos cotidianos das pessoas que nela estão inseridas. Conforme Castells (1999), o final do segundo milênio da Era Cristã, tornou-se palco de diversos acontecimentos marcantes para a história, os quais transformaram os cenários reais da vida humana. A revolução tecnológica, por exemplo, corroborou para a mudança gradativa, porém aligeirada, do corpo social, principalmente, através das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC's), haja vista que, entre outras invenções, são as criações mais características desse período histórico, assim como afirma Jonck (2019, p. 18):

A principal característica desta revolução se deu pelo desenvolvimento da informática: computadores, agendas eletrônicas, semicondutores, Internet, além da crescente automação, neste caso ficando mais refinada, da produção industrial, também foi período de maior destaque e sucesso da corrida espacial, e o início do desenvolvimento, que daria origem aos desdobramentos modernos, da robótica e biotecnologia.

Desse modo, as tecnologias começaram a remodelar a estrutura física, psíquica e organizacional da população em ritmo, continuamente, acelerado. Aliadas aos processos de globalização, no que tange as suas implicações no espaço físico, elas encurtaram as distâncias geográficas mundiais e interconectaram diferentes nações, povos e sociedades, sejam por questões ideológicas, identitárias ou culturais, dando novas marcações geopolíticas aos territórios. As informações espalhadas por recursos digitais ganharam amplitude, multiplicando-se recorrentemente, tendo em vista a velocidade de sua disseminação e seu alcance global. Logo, isto tem acarretado em um novo e complexo desafio para os indivíduos do século XXI, isto é, a transformação dessas informações em conhecimentos úteis para uso pessoal e coletivo, sendo possível, apenas, por meio de uma análise crítica e reflexiva das notícias postas em circulação.

Concernente ao desenvolvimento psíquico do ser humano, cabe salientar que os recursos tecnológicos, quando utilizados compulsivamente, podem causar transtornos e problemas à saúde, sejam em aspectos físicos e/ou mentais, independentemente, de sua etapa geracional. Segundo Rangel, Petrucci e Fioravanti (2018, p. 1), “as novas tecnologias geram mudanças cerebrais nos indivíduos. Há indivíduos, por exemplo, que tem extrema dificuldade de controle no uso das redes sociais digitais, jogos eletrônicos ou até mesmo não conseguem



ficar distante dos *smartphones* (nomofobia)”. Todavia, mesmo podendo trazer malefícios, caso sejam usadas de forma incorreta, as tecnologias digitais têm se mostrado indispensáveis na efetuação de práticas sociais cotidianas, das mais complexas às mais elementares, desde que sejam utilizadas corretamente.

Várias são as vicissitudes que surgem ao desdobrar das inovações tecnológicas, resultando em novas formas de organização social. Emergem de tal inventividade, portanto, distintas concepções acerca do mundo e dos fenômenos que o cercam. Outros modelos de comunicação estão sendo (re)criados, culturas foram (re)feitas, relações interpessoais virtualizadas, movimentos sociais globalizados, profissões com novos campos de atuação e uma educação híbrida, operacionalizada, majoritariamente, por tecnologias. Dialeticamente, a serviço do capitalismo, mas também da classe trabalhadora, elas vêm ditando os rumos meândricos dos acontecimentos mundanos, influenciando sujeitos em seus contextos socioculturais e “impactando” nas ações dos diversos setores laborais, societários e educativos.

Para Benakouche (1999), entretanto, sob o viés da corrente de investigação denominada Sociologia da Técnica, a noção de impacto tecnológico foi difundida equivocadamente pelos estudiosos(as) a partir dos anos de 1970. A ampliação das análises acerca dos “impactos sociais da técnica” levou à crítica as próprias discussões sobre as tecnologias, quer dizer, o estudo das técnicas. Esta crítica se desenvolveu, em sua grande maioria, em países norte-americanos e europeus, tendo como ideia central a afirmação de que sua utilização se sustentava no uso equivocado da técnica e caracterizada por uma sólida perspectiva determinista. Neste caso, foi atribuída as tecnologias uma autonomia ou, por vezes, uma externalidade social que ela não possui, haja vista que “tecnologia é sociedade”, tal como salienta a supracitada autora.

Também é ressaltado por Benakouche (1999, p. 2) que “responsabilizar a técnica pelos seus ‘impactos sociais negativos’, ou mesmo seus ‘impactos sociais positivos’, é desconhecer, antes de mais nada, o quanto – objetiva e subjetivamente – ela é construída por atores sociais, ou seja, no contexto da própria sociedade”. Isto nos diz que as implicações suscitadas a partir das novas tecnologias advêm, basicamente, da própria influência da ação humana, a qual irá definir se suas decorrências serão positivas ou negativas. Nesta óptica, a tecnologia é um recurso dúbio e quem irá lhe trazer intencionalidade ou objetividade é o indivíduo que a conduz.

No entanto, por ser um campo investigativo ainda pouco desenvolvido, o estudo da técnica na perspectiva sociológica tem deixado brechas para que o conceito de impacto seja

utilizado sem que haja muitas críticas a sua aplicabilidade (BENAKOUCHE, 1999). Dessa forma, mesmo que inexistam argumentos com crivos epistemológicos para a não empregabilidade do termo e ainda considerando a baixa adesão de intelectuais a supramencionada perspectiva investigativa, optou-se por não trazê-lo nas discussões da pesquisa. De forma cautelosa, porém, equiparou-se seu sentido conceitual e gramatical com palavras tais como implicações, decorrências, efeitos, entre outras, por compreender as diretas influências das tecnologias na sociedade e sua possível condição atual de independência da intervenção humana.

Sendo assim, a partir do avanço exponencial dos recursos tecnológicos, inúmeras foram as mudanças na maneira de viver da população. As tecnologias modernas saem dos domínios exclusivos dos Estados – setor onde surgiram as principais armas tecnológicas elaboradas para a Segunda Guerra Mundial – e das grandes organizações e empresas privadas, passando a fazer parte da rotina pessoal e profissional de sujeitos autônomos. Práticas do dia a dia como ler jornais, fazer compras ou, até mesmo, estudar, já não são as mesmas, uma vez que elas trouxeram praticidade para a realização de atividades habituais da humanidade. Celeremente, as tecnologias se tornaram uma extensão do corpo humano.

O manuseamento adequado das TDIC's tem facilitado não somente as atividades de caráter laboral de firmas, estabelecimentos e instituições, como também vem propiciando uma maior serventia nas ações corriqueiras dos públicos que as possuem, independentemente de suas faixas etárias, classes sociais, localidades, etnias e gêneros. Os nativos digitais, exemplificando, são os mais beneficiados com tais avanços, visto que já nascem em ambientes rodeados por novas tecnologias, o que tem favorecido, indubitavelmente, sua expertise no desenvolvimento das atividades habituais.

Em razão disso, o letramento digital – capacidade de compreensão da leitura e de utilização da escrita por intermédio das tecnologias digitais no âmbito social – tornou-se uma prática fundamental para o pleno convívio em sociedade, pois o efetivo exercício do que estamos chamando, na atualidade, de cidadania digital tem dependido, cada vez mais, do uso crítico e consciente dos modernos dispositivos tecnológicos. Em consonância a este ideário, Alves e Moreira (2004, p. 45) vão afirmar que “face à importância decisiva da sociedade da informação, o acesso às TIC é cada vez mais uma condição necessária para o exercício pleno da cidadania”.

Ser letrado(a) digitalmente tem sido condição necessária para a (sobre)vivência em tempos de cibercultura, onde as tecnologias geraram um outro universo, isto é, o ciberespaço. Todavia, ainda não podemos conceber as TDIC's e a internet como instrumentos totalmente

democratizados. É preciso tomar consciência sobre a escassez ou, por vezes, inexistência desses recursos tecnológicos para algumas camadas da população. De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD Contínua)<sup>1</sup>, no Brasil, em 2021, o número de residências que possuíam acesso integral à internet chegou a 90,0%, sendo 65,6 milhões de domicílios conectados ao mundo virtual.

Mesmo havendo uma quantidade expressiva de sujeitos virtualizados, ainda há uma axiomática porcentagem de inacessibilidade proveniente de alguns grupos sociais. Dentre esse público de pouco ou nenhum acesso às TDIC's, sejam por questões econômicas ou geracionais, as pessoas idosas, em especial, são alguns dos mais afetados com a exclusão digital, ocasionando, pois, em desfavor dessa fração etária, por esse e outros motivos, o isolamento social. Até certo ponto, isto tem contribuído para a marginalização dos(as) idosos(as), haja vista que negligencia seus direitos vitais de (con)viver, de estar em comunhão, de sociabilizar, de sentir, de comunicar, de ter vez, de ter voz, de estudar e, principalmente, de ser gente como pouco vêm sendo.

A relação idosos(as) e tecnologias digitais, desde o surgimento dos aparelhos tecnológicos, foi vista como uma associação paradoxal. Tal pensamento ainda se perdura até os tempos atuais, o que contribui, consistentemente, para o crescimento da lacuna digital, assim como ressalta Flauzino *et al.* (2020, p. 2), “este grupo etário ainda possui acesso desigual às TIC's quando comparado às gerações mais novas, ou seja, uma lacuna digital”. Assim sendo, para que esse impasse seja amenizado, existe a necessidade do desenvolvimento de competências técnicas e operativas, por parte dos(as) idosos(as), as quais estejam alinhadas às assimilações das práticas sociais, tornando o letramento digital desses sujeitos uma demanda de suma relevância, principalmente se estiver embasado numa perspectiva crítica de educação.

Ao se falar, por exemplo, em Educação ao Longo da Vida, se fundamentada em categorias da Educação Popular, ela apresenta potencialidade de subsidiar, prática e teoricamente, as ações educativas voltadas para indivíduos excluídos, os quais, de alguma forma, vivem à margem da sociedade, pois, tal como indica Gadotti (2016, p. 6), “é importante o Brasil discutir, o tema da Educação ao Longo da Vida a partir do referencial da Educação Popular”. Essas perspectivas tecem novos modelos de velhice, estabelecem uma

---

<sup>1</sup> Resultados extraídos do site da Presidência da República. Pesquisa disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/educacao-e-pesquisa/2022/09/internet-chegou-a-90-dos-domicilios-brasileiros-no-ano-passado>  
Acesso em: 27 de maio de 2023.

visão contínua e permanente de educação para os(as) idosos(as) e interferem, diretamente, nas vivências sociais, na qualidade de vida e no empoderamento do referido grupo. Em conformidade com Joaquim, Oliveira e Pesce (2021, p. 70):

O letramento digital, na perspectiva teórica à qual este estudo se filia, pode ser uma ferramenta da inclusão digital e, deste modo, possui potencial de empoderar os idosos e grupos subalternizados, na acepção freiriana de empoderamento, isto é, um empoderamento de classe [...]. Especialmente quando compreendido na perspectiva humanista e crítica da educação ao longo da vida, a inclusão e o letramento digital são potencialmente capazes de contribuir para a construção de uma sociedade democrática.

Têm-se consciência, porém, que ainda existe uma gigantesca lacuna digital que separa os(as) idosos(as) das tecnologias. No entanto, algumas pesquisas como a de Santos (2018), Flauzino *et al.* (2020) e Joaquim, Oliveira e Pesce (2021) vêm evidenciando, a partir de estudos teóricos, práticos e conceituais, que o letramento digital pode ser, além de uma ferramenta de inclusão social, uma prática paliativa para os indivíduos da terceira idade, promovendo processos emancipatórios e possibilitando uma educação ao longo da vida. Destarte, ciente das contribuições que as pessoas idosas podem dispor ao serem letradas digitalmente e percebendo que tal prática pode facilitar hábitos diários dos supracitados indivíduos, cabe indagar: quais os principais efeitos do letramento digital na rotina das pessoas idosas que usufruem de recursos tecnológicos?

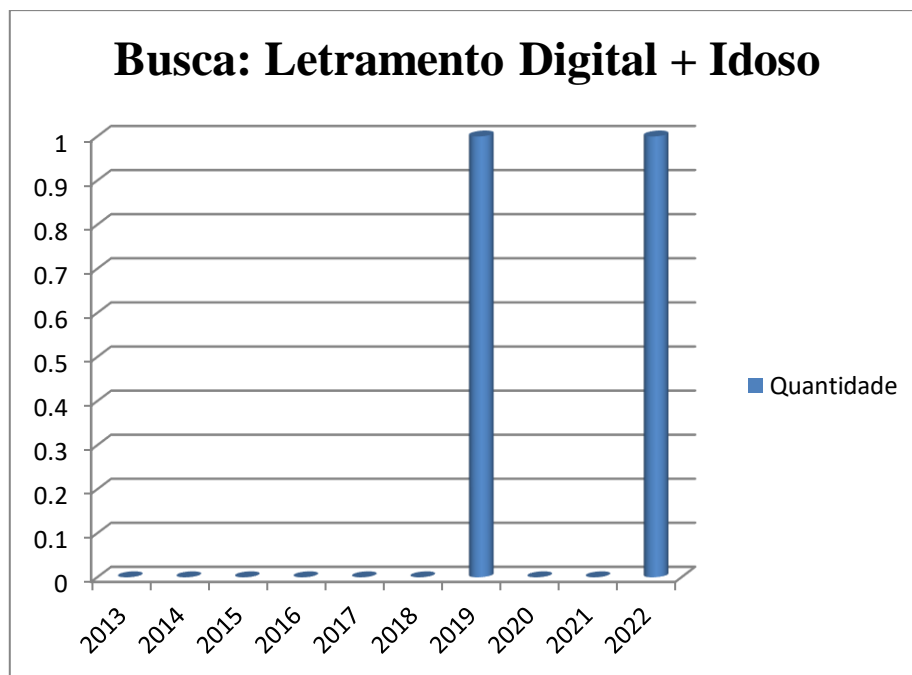
Desta forma, na tentativa de responder ao referido questionamento, a seguinte pesquisa tem como **objetivo geral** analisar os efeitos do Letramento Digital no cotidiano de idosos(as) integrantes do Grupo Viver Bem, no município de Pilõezinhos, localizado no Agreste Paraibano. Portanto, para que se chegue ao propósito final do estudo, foram traçados alguns **objetivos específicos**, os quais se desdobram em: investigar o perfil socioeconômico, educacional, profissional e cultural dos sujeitos da pesquisa; identificar as dificuldades e habilidades predominantes nas pessoas idosas em relação ao uso e manuseio das tecnologias digitais e suas eventuais causas; averiguar a concepção de Letramento Digital que os(as) idosos(as) possuem; e verificar como as pessoas idosas avaliam o Letramento Digital em suas práticas sociais.

Esta pesquisa se justifica, sobretudo, por inúmeras questões que têm interferido, diretamente, nas vivências sociais e no exercício da cidadania de pessoas longevas. Como exemplo, vamos ter a necessidade do rompimento de estereótipos relacionados à associação imagética do(a) idoso(a) enquanto indivíduo aversivo ao uso das tecnologias digitais, uma vez que “[...] no cotidiano, os idosos forçosamente têm tido necessidades das mais variáveis

possíveis em utilizar as ferramentas disponíveis e, cada vez mais, buscam integrar-se na era digital” (ALVIM; ROCHA; CHARIGLIONE, 2017, p. 307). Logo, este posicionamento destitui a ideia de que eles e elas não gostam ou não possuem a capacidade de manusear, de forma utilitária, as tecnologias emergentes.

Além disso, a urgência na ampliação do debate acerca das relações entre pessoa idosa – tecnologia, aprendizagem – envelhecimento e Educação ao Longo da Vida – Educação Popular, tem justificado a inevitabilidade das várias discussões desta escrita acadêmica. Assim como, também, a seguinte análise tem sua justificativa fundamentada na escassez de investigações práticas e teóricas que tenham como foco analítico o Letramento Digital das pessoas idosas e suas reverberações. Podemos dar veracidade ao exposto, evidenciando o levantamento feito no Repositório Institucional da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), onde foram buscadas dissertações que tratassem da referida temática entre os anos de 2013 a 2022, resultando em:

**Gráfico 1:** Quantitativo de dissertações encontradas no repositório da UFPB.



**Fonte:** Elaborado pelo autor, (2023).

Com o mapeamento feito, percebemos que pouquíssimas são as produções de trabalhos, em nível de mestrado na UFPB, que abordam as usabilidades das tecnologias digitais pelos(as) idosos(as), haja vista que, neste intervalo temporal de 10 anos, apenas duas dissertações discutiram, indiretamente, questões relacionadas ao tema, não havendo, em

nenhuma das pesquisas, uma menção direta ao assunto Letramento Digital de pessoas idosas. Esse levantamento também mostrou ser de essencial relevância, por ter evidenciado a inexistência de escritas, acerca desta temática, dentro do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da supracitada universidade, uma vez que os dois trabalhos encontrados advêm de outro programa de pós-graduação, o Mestrado Profissional em Gerontologia, tal como explicitado no quadro a seguir:

**Quadro 1:** Caracterização das dissertações encontradas.

<b>AUTORAS</b>	<b>TÍTULO</b>	<b>PROGRAMA</b>	<b>ANO</b>
Fernanda Alencar de Almeida Pereira Fabrício	Vídeo educativo sobre sexualidade no envelhecimento: um caminho para o diálogo com a equipe de saúde.	Mestrado Profissional em Gerontologia	2019
Widigiane Pereira dos Santos Fernandes	Aplicativo móvel para construção do saber na língua inglesa de idosos.	Mestrado Profissional em Gerontologia	2022

**Fonte:** Elaborado pelo autor, (2023).

A partir das informações presentes no quadro acima, revela-se o ineditismo desta dissertação, especialmente na área educacional, e sua basilar contribuição, não apenas para o programa de mestrado, mas para todos os públicos que os resultados dessa investigação científica possam envolver. Esta descoberta, portanto, torna este estudo, cada vez mais, necessário, ao considerar seu alcance social, principalmente, por trabalhar com um grupo marginalizado por grande parte da população e, muitas vezes, negligenciado pelo Estado. Seu retorno para a comunidade, em geral, será de estimada valia, uma vez que a pesquisa visa contribuir com a qualidade de vida, autonomia e empoderamento das pessoas idosas que foram excluídas das práticas sociais de Letramento Digital.

Isto implica dizer que este trabalho, embasado em seus desfechos, almeja propiciar um amplo suporte teórico e metodológico aos indivíduos que pela temática se interessam e se sentem atravessados pelas adversidades enfrentadas pelas pessoas idosas, para que, assim, sejam pensadas políticas públicas significativas, direcionadas as melhorias na qualidade de vida dos(as) idosos(as) e a garantia de exercer, efetivamente, sua cidadania e a plena inclusão

social no mundo virtual, tal qual estima aumentar, no que diz respeito à quantidade e qualidade, as análises direcionadas a esse determinado grupo, seus fenômenos e implicações na sociedade.

Para o melhor desenvolvimento da pesquisa, além das temáticas como o Letramento Digital de pessoas idosas, os efeitos das tecnologias modernas no íntimo *éthos* dos longevos e da exiguidade de pesquisas que abordem o elo idoso(a) – tecnologia, outras questões também foram estudadas, com o intuito de respaldar, epistemologicamente, o trabalho. Pesquisar particularidades como os limites e possibilidades das aprendizagens ao longo da vida; as políticas sociais voltadas à escolarização, saúde e bem-estar dos(as) idosos(as) e as decorrências da lacuna digital nas vivências cotidianas da referida comunidade, tornou-se uma ação substancial para se obter uma compreensão expressiva dos fatos discutidos.

### **1.1 Aproximações, inquietações e trajetórias: refletindo a problemática a partir da convivência com pessoas idosas**

Diversos são os momentos que nos atravessam durante nossa trajetória pessoal, acadêmica e profissional, os quais nos possibilitam, enquanto pesquisadores(as), refletir sobre as múltiplas manifestações do comportamento e da ação humana. Pontuar um episódio específico ou narrar o itinerário conceutivo de uma pesquisa é, antes de tudo, negligenciar as inúmeras inquietações, especulações e curiosidades que nos causaram estranhamento com o fenômeno escolhido para ser investigado. Logo, ao compreender que não existe um evento único e isolado que, de alguma forma, nos aproxima do objeto alvo de nossas análises, trago, nesta seção da dissertação, meus trajetos percorridos e as prováveis interconexões aproximativas com as pessoas idosas, sujeitos da pesquisa, e as tecnologias emergentes, em específico, o Letramento Digital desse público.

Envolto por uma difícil realidade, desde muito pequeno, fui criado pelos meus pais em companhia de mais três irmãos numa pequena cidade do Brejo paraibano, denominada Pilõezinhos. Minha mãe, agricultora e dona de casa, juntamente com meu pai, agricultor não alfabetizado, nunca mediram esforços para criar e, sobretudo, educar seus filhos, apesar de todas as dificuldades enfrentadas durante minha infância. Com a ajuda dos familiares, principalmente, avôs e avós maternas e paternas, pudemos ter acesso à educação, moradia, alimentação e, em especial, ao privilégio de ser cuidado e amado. Por ter crescido convivendo e tendo a sorte de poder contar com o apoio dos meus antecessores, despertou-se em mim,

profundamente, uma enorme admiração e um fiel sentimento de gratidão pelos aportes dado em meu percurso formativo.

Ainda durante a pré-adolescência, em busca de um espaço recreativo e que me proporcionasse aprendizagens significativas para serem aproveitadas, futuramente, no mundo do trabalho, ingressei no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), o qual se configura como uma das variadas ações intersetoriais da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), articulado com o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) da cidade. As iniciativas do PETI eram direcionadas para o fortalecimento das relações familiares, focadas, especialmente, na plena vivência da infância e da juventude, passando a subsidiar, portanto, oficinas de teatro, dança, artesanato, música, esporte, entre outras, para que, assim, as crianças e os jovens do município tivessem momentos recreativos, adquirissem conhecimentos úteis e sociabilizassem, em vez de estarem nas ruas ou trabalhando forçadamente.

Em conjunto ao PETI, o CRAS fornecia outras políticas sociais voltadas para a construção de elos e sociabilidades das pessoas idosas, a exemplo do Grupo Viver Bem, cujos participantes são os sujeitos desta pesquisa, inclusive, minha avó paterna. Então, a partir dessas (con)vivências tive a oportunidade de interagir e perceber, intimamente, as angústias, as invisibilidades e os processos de marginalização sofridos por essa comunidade, não dentro do próprio programa, pois naquele espaço elas eram possuidoras de direitos, mas em seu cotidiano e nas suas relações sociais com familiares, vizinhos e amigos. Esses impasses começaram a me causar estranhamento, aumentando os anseios e instigando o descontentamento com o cenário enxergado.

Tempos se esvaíram, mudanças na sociedade eram e ainda são recorrentes, a população brasileira envelhecendo cada vez mais e a longevidade se tornando uma realidade, a qual, paradoxalmente, todos(as) querem alcançar, porém ninguém quer se tornar idoso(a). O motivo? Sabe-se, talvez. A perpetuação da concepção capitalista e estereotipada da pessoa idosa enquanto indivíduo doente, inanimado, aversivo, dependente e imperdoável pela força gravitacional da Terra. E o que podemos fazer para mudar esta tenebrosa percepção acerca do idoso(a)? Sabe-se, apenas, que medidas são necessárias para atenuar esta problemática, ao começar por, com e para nós, pois a velhice é quase uma certeza, caso tenhamos a sorte de vivenciá-la.

Dando prosseguimento, após sair do PETI, entre 2017 e 2018, adentrei no mundo acadêmico, aos dezesseis anos, e passei a cursar a graduação em Pedagogia pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), campus Guarabira – PB. No primeiro período do curso, fiz



seleção para ser bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), fomentado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), onde fui aprovado e comecei a ministrar aulas em uma escola pública da supracitada cidade. A partir do PIBID, tive minhas primeiras experiências com a sala de aula na condição de professor, tais vivências me proporcionaram amadurecimento pedagógico, servindo-me para despertar profundas e significativas reflexões acerca de minha práxis educativa.

Fui selecionado, em 2019, por meio de processo seletivo para ser monitor do componente curricular Tecnologias na Educação, disciplina que cursei no segundo período da graduação e, desde então, havia percebido a ausência de discussões que colocassem a pessoa idosa enquanto sujeito ativo e usuário das redes tecnológicas. Aulas se passaram, seminários foram apresentados, os(as) acadêmicos(as) debateram as infinitas maneiras de aplicação das novas tecnologias, idealizaram diversas metodologias educativas para crianças e jovens através de recursos tecnológicos, porém nada foi pensado, sequer mencionado, na usabilidade de tais instrumentos pelos(as) idosos(as) ou na possibilidade do Letramento Digital como prática social contributiva em seus cotidianos.

Torno-me monitor novamente, só que, dessa vez, no componente curricular Educação a Distância, que engloba, em sua ementa, aspectos relacionados às tecnologias digitais, haja vista serem os principais recursos de mediação dessa modalidade educacional. E como já era de se esperar, conteúdo algum fazia menção sobre a temática problematizada. Aliada as observações empíricas de outrora, logo veio a constatação, as pessoas idosas, de fato, são negligenciadas no que tange à utilização prática dos instrumentos tecnológicos. E o que eu, na condição de estudante, educador e pesquisador em formação, poderia fazer para, de alguma forma, chamar a atenção para este impasse e contribuir na amenização do referido problema? Então, pusera-me a questionar.

A partir de então, começo a vislumbrar uma possível pesquisa monográfica para a conclusão do meu curso ou um provável projeto de pesquisa para o mestrado. Ineri-me na busca, com a ideia de construir o arcabouço teórico e metodológico da investigação. De início, deparo-me com as primeiras e cruéis adversidades, isto é, a escassez de trabalhos científicos publicados que tratassem da temática levantada. Compreendi que não daria tempo de realizar tal pesquisa ainda na graduação, pois, além das pouquíssimas referências bibliográficas, tinha o empecilho de estar vivenciando uma pandemia. Dessa forma, comecei elaborando, aos poucos, o projeto, na expectativa de conseguir a aprovação na seleção do

mestrado. Finalizei-o, submeti à seleção e fui aprovado. A seguir, evidenciarei, portanto, o desdobramento teórico e metodológico do supramencionado projeto.

## 1.2 Percurso teórico-metodológico

Na atualidade, desenvolver uma dissertação de mestrado, ou melhor, fazer ciência em geral, tem se revelado uma tarefa de enorme complexidade para muitos dos pesquisadores(as) que ainda ousam a produzir conhecimento. Estamos presenciando, concomitantemente, a obliteração das universidades públicas e a expansão da irracionalidade humana, quer seja pelo descaso do Estado com as pesquisas científicas e as Instituições de Ensino Superior (IES), quer seja pela polarização ideológica, política e social dos indivíduos no mundo contemporâneo. Todavia, mesmo com inúmeras adversidades e tentativas de sucateá-las, as ciências, tais quais os centros universitários, vêm resistindo e desempenhando um papel basilar na sociedade, principalmente, em épocas de crises, como, por exemplo, a que enfrentamos, recentemente, com a pandemia da Covid-19, onde pudemos apreender a importância de respeitá-las.

Ressalvo, entretanto, não conceber a ciência como o único caminho para tudo, possuidora de teorias incontestáveis e de estudos irrefutáveis, assim, pois, de modo reacionário, estaríamos criando novos dogmas e uma versão atualizada do teocentrismo da Idade Média, isto é, o “ciencentrismo”<sup>2</sup> iluminista. Talvez esteja aí, inclusive, um dos principais erros dos povos modernos, projetar as ciências como novos deuses, cujas explicações são sempre absolutas. Diferentemente deste ideário, corroboro o pensamento do sociólogo espanhol, Castells (1999, p. 42), ao proferir que “acredito na racionalidade e na possibilidade de recorrer à razão sem idolatrar sua deusa”. Isto não diz respeito a ser pós-moderno, literalmente, este não é o cerne da discussão. Portanto, devemos compreender as ciências como produtos advindos dos seres humanos, passíveis a erros, equívocos e com constantes necessidades de revisões.

Por isso, longe de apostar em verdades totalitárias, visto que, ratificando Gatti (1999), considero que a verdade é, sobretudo, uma abstração, almejo, nesta dissertação, aproximar-me, o máximo possível, da realidade apresentada durante as práticas investigativas da pesquisa, elucidando os acontecimentos observados na tentativa de compreendê-los dentro de

---

<sup>2</sup> Neologismo criado pelo autor desta dissertação para se referir à analogia empregada com o intuito de assemelhar o teocentrismo – doutrina a qual considera Deus como o centro de tudo – ao ciencentrismo, que quer dizer, centralização de todas as explicações do mundo na ciência.

seus contextos sociais, sob as perspectivas teóricas e concepções necessárias a sua análise. A escolha por um conhecimento de cunho aproximativo, em vez de afirmativo/impositivo, nos possibilita analisar o fenômeno de forma racional, ao considerar sua temporalidade, haja vista que “são conhecimentos orientadores por um tempo, sempre revisáveis ou superáveis” (GATTI, 1999, p. 75).

Nas últimas décadas, a expansão sucessiva dos programas de pós-graduação tem provocado o crescimento de pesquisas científicas, principalmente, nos campos das ciências humanas e sociais (ANDRÉ, 2001). Este acontecimento tem resultado, pois, em um vasto acervo teórico-prático de trabalhos acadêmicos, advindos de dissertações, teses, livros e artigos publicados em periódicos, sendo eles nacionais e internacionais. Todavia, a partir do supracitado fenômeno, também vem sendo observada a fragilidade dessas pesquisas, sobretudo, no que diz respeito aos aspectos metodológicos, caracterizada pelas equivocadas aplicações dos métodos no desdobrar das investigações e pelo desconhecimento ou superficial discernimento sobre as técnicas e instrumentos de coleta de dados necessários ao desenvolvimento de uma pesquisa de rigorosa análise epistemológica.

Logo, para deixar nítido nosso percurso metodológico, detalharemos as características essenciais da pesquisa, iniciando pela definição do que vem a ser uma metodologia utilizada nos trabalhos científicos. Para Rodrigues (2007, p. 1), a metodologia científica “é um conjunto de abordagens, técnicas e processos utilizados pela ciência para formular e resolver problemas de aquisição objetiva do conhecimento, de uma maneira sistemática”. Por ter sua origem derivada do Latim *methodus*, a metodologia, por vezes, é reduzida ao método da pesquisa. Cabe salientar, entretanto, que ela estuda e demarca não apenas a tipologia metódica utilizada nas práticas investigativas, mas também todos os elementos necessários, estruturalmente, para a concretização da investigação empírica, teórica, filosófica, teológica e entre outras possibilidades de (re)formulação dos saberes, bem como é posto abaixo:

A Metodologia, em um nível aplicado, examina, descreve e avalia métodos e técnicas de pesquisa que possibilitam a coleta e o processamento de informações, visando ao encaminhamento e à resolução de problemas e/ou questões de investigação. A Metodologia é a aplicação de procedimentos e técnicas que devem ser observados para construção do conhecimento, com o propósito de comprovar sua validade e utilidade nos diversos âmbitos da sociedade (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 14).

Nos trabalhos acadêmicos como monografias, dissertações e teses, a metodologia é a parte mais difícil de ser feita. Difícil por exigir do(a) pesquisador(a) uma sólida bagagem teórica, a qual o(a) possibilite desenvolver a pesquisa sem maiores complicações, utilizando,

corretamente, os métodos, as técnicas de análises e os instrumentos de coleta de dados. O objeto/fenômeno/sujeito analisado é quem vai indicar para qual metodologia seguir, cabendo ao investigador(a) acatá-lo. Todavia, indubitavelmente, necessita-se de um vasto arcabouço teórico-metodológico.

Existe ainda, nesse ínterim, especulações de novas perspectivas metodológicas, ou melhor, antimetodológicas, as quais têm questionado as limitações causadas pela rigidez do método e incentivado a rejeição dos padrões universais e das rígidas tradições nas pesquisas. Sob a proposta de uma metodologia anárquica, Feyerabend (1997) diz que as violações aos métodos são necessárias para a continuidade do progresso, haja vista que, em confronto, não há uma regra única, mesmo que plausível e alicerçada na epistemologia, que não seja violada em algum momento da investigação. Para o supracitado autor, é evidente, pois, que essas violações não são meros acidentes, tampouco resultados de conhecimentos insatisfatórios ou da desatenção que, de alguma forma, poderia ser evitada, tendo em vista que, quase sempre, são ocasionadas pela necessidade de transgressão.

Para Feyerabend (1977, p. 22), a feição pela anarquia metodológica e o embate contra o método, justifica-se porque “os anarquistas profissionais se opõem a qualquer tipo de restrição e exigem que ao indivíduo seja permitido desenvolver-se livremente, desembaraçado de leis, deveres e obrigações”. Ele também acredita que os(as) pesquisadores(as) que comungam dessa óptica admitem, sem qualquer sinal de protesto, os intransigentes padrões que os(as) cientistas sobrepõem ao exercício da pesquisa e as atividades possuidoras do potencial de criar ou, até mesmo, de modificar os conhecimentos postos em circulação. Acerca do condicionamento causado pela veneração incontestável ao método, analogicamente, nos é exemplificado:

Assim como um animal bem adestrado obedecerá ao dono, por maior que seja a perplexidade em que se encontre e por maior que seja a necessidade de adotar novos padrões de comportamento; assim também o racionalista convicto se curvará à imagem mental de seu mestre, manter-se-á fiel aos padrões de argumentação que lhe foram transmitidos e aceitará esses padrões por maior que seja a perplexidade em que se encontre mostrando-se incapaz e compreender que a ‘voz da razão’ a que dá ouvidos é apenas o efeito causal tardio do treinamento que recebeu (FEYERABEND, 1977, p. 31-32).

Contudo, há quem discorde ou aponte incongruências da perspectiva anárquica antimetodológica. Demo (2012, p. 66), por exemplo, esclarece que “antes de mais nada, é mister reconhecer que antimetodologia também é metodologia”, ao considerarmos que se faz inviável o desenvolvimento de produções científicas sem as mínimas estruturações

institucionalizadas, vazias de critérios lógico-formais, escassas de ritos sociais e isentas de sustentações metódicas. Para o supramencionado autor, assim como uma revolução deixa de ser revolucionária quando se institucionaliza e transforma-se na ordem vigente, a antimetodologia ao se institucionalizar torna-se o método corrente, perdendo, portanto, o viés contestador, isto é, seu “anti”.

Destaca-se, porém, que a antimetodologia desempenha um papel indispensável no rebelde embate contra as petrificações metodológicas, refutando as ciências impositivas, fabricantes de verdades absolutas e teorias inquestionáveis. O que não se pode negar é que a antimetodologia se transformou na crítica, bem como na autocrítica da metodologia em vigor, onde vem buscando práticas metodológicas alternativas e plurais, as quais adéquam-se aos processos históricos da sociedade e dos povos que nela convivem. A anarquia metodológica que tanto discutem, posiciona-se, epistemologicamente, contra o método e difere, em sua natureza, do anarquismo político e do ceticismo, porque enquanto esses pretendem afastar-se de alguma forma específica de vida, o anarquista epistemológico deseja, em grande parte dos casos, defendê-la.

Compreende-se que, de fato, a academia e os centros de pesquisas têm homogeneizado e delimitado as maneiras de produção do conhecimento, julgando os aptos e os inaptos. O filósofo austríaco, Paul Feyerabend (1924-1994), apesar de suas impertinentes generalizações e do seu radicalismo ideológico, põe em discussão problemas estruturais na construção das ciências, sejam na atualidade ou em outrora, onde explana o autoritarismo acadêmico e a unilateralidade científica, suscitando, a partir de suas ideias, a pluralidade metodológica, assim como as novas possibilidades de aplicações dos métodos. Desse modo, dando prosseguimento ao trabalho e para que sejam cumpridas as exigências metodológicas de uma dissertação de mestrado, evidenciaremos, a seguir, seus elementos constitutivos.

Destaca-se, primeiramente, que a nossa pesquisa possui finalidade teórico-metodológica pura, haja vista que, para além da busca por atualização dos conhecimentos disseminados, tem-se por intuito contribuir com as investigações já existentes no acúmulo de novas informações. Também conhecida por pesquisa básica, ela detém a “satisfação do desejo de adquirir conhecimentos, sem que haja uma aplicação prática prevista” (RODRIGUES, 2007, p. 2). De natureza analítica, esse tipo de pesquisa vem melhorando a compreensão de alguns determinados fenômenos, ampliando o entendimento dos objetos investigados e deslindado particularidades dos sujeitos analisados, configurando-se como uma alternativa eficaz para o desencadeamento de inúmeras ideias.

Em parte, podemos atribuir o avanço e o aperfeiçoamento científico e tecnológico aos contributos das pesquisas puras, emergidos pela impulsão de conhecer o desconhecido, de maneira progressiva e sem intenção de aplicabilidade rápida na realidade social. A inovação é um dos seus pontos fortes, principalmente, por ser adaptável a diversas áreas do conhecimento, tais como humanas, sociais, saúde, agrárias, exatas, biológicas, entre outras, onde tem ultrapassado fronteiras e subsidiado um maior alcance em quesitos territoriais. Sua missão, enquanto tipologia metodológica, vem sendo propulsar as teorias científicas em andamento, tal como visitar as questões teóricas já consolidadas, sabe-se, pois, a necessidade de revisão dos conhecimentos ao esvaír dos tempos.

A pesquisa pura se diferencia da aplicada por não se ater a resolução de problemas específicos, uma vez que a centralidade das pesquisas aplicadas é o fornecimento de conhecimentos para a execução rápida e dirigida de soluções problemáticas em particular, usadas, na grande maioria dos casos, a curto ou médio prazo. Geralmente, é a ciência pura quem abastece, criativamente, as inovações da ciência aplicada, porque a curiosidade e a criatividade, presentes em todos(as) os seres humanos, são os elementos essenciais desse paradigma. Seu aspecto multidisciplinar e por ter se tornado alvo de interesse universal corroborou para sua expansão e efetividade nas academias e centros de pesquisas.

No que tange à abordagem da pesquisa, podemos afirmar que é de cunho qualitativo, tendo em vista que seu cerne caminha na direção de um significativo entendimento acerca da natureza de um determinado fenômeno social e suas reverberações, isto é, o Letramento Digital e seus efeitos no cotidiano de pessoas idosas. A pesquisa qualitativa busca a aproximação com as especificidades íntimas e subjetivas de acontecimentos sociais ou do comportamento humano, delimitado a partir de aspectos históricos, temporais, situacionais e culturais. Sua preocupação está na contextualização do objeto estudado, pois, conforme Godoy (1995, p. 21), “um fenômeno pode ser melhor compreendido no contexto em que ocorre e do qual é parte, devendo ser analisado numa perspectiva integrada”.

Deste modo, Richardson (2010) nos ensina que as análises, ao aplicarem uma abordagem metodológica qualitativa, potencialmente, podem descrever a complexidade dos problemas investigados, examinar a relação de certas variáveis, entender e categorizar as dinâmicas vivenciadas por diferentes grupos sociais, fornecer aporte nos processos modificatórios dos referidos sujeitos e viabilizar uma ampla compreensão sobre as ações comportamentais desses indivíduos. Porém, cabe frisar o cuidado que o(a) pesquisador(a) deve ter ao analisar as informações extraídas durante a investigação, para que, dessa maneira,

elas sejam utilizadas apropriadamente com base nas categorias pertinentes, assim como é salientado:

Como se pode verificar, os problemas que suscitam análise qualitativa exigem do pesquisador trato especial na condução das observações e habilidades quanto ao uso ou criação das categorias, pois, mesmo que se obtenha um conjunto de observações bastante amplo e não se tomem como referencial certas categorias, é quase certo que sejam encontradas dificuldades quando da análise ordenada das informações. E, nesse aspecto, alguns pesquisadores inexperientes ou outros profissionais chegam a levantar informações detalhadas e extensas sobre um problema, porém não sabem delas fazer uso apropriado nas fases de análise (RICHARDSON, 2010, p. 83).

Na atualidade, em consonância com Chizzotti (2013), a abordagem qualitativa engloba um vasto campo transdisciplinar que envolve as ciências humanas e sociais, reconhecendo multiparadigmas e tradições analíticas advindas da hermenêutica, da fenomenologia, do construtivismo, da teoria crítica e do marxismo, ao empregar multimétodos investigativos para o estudo de um fenômeno específico, situado em seu local de origem, na busca de seus sentidos e possíveis interpretações de suas significâncias e significados atribuídos por outrem. Para Creswell (2010, p. 211), “a pesquisa qualitativa é uma pesquisa interpretativa, com o investigador tipicamente envolvido em uma experiência sustentada e intensiva com os participantes”, ou seja, imerso no *lócus* investigativo.

Desenvolver análises qualitativas satisfatórias implica numa partilha constante e densa com os sujeitos, fatos e localidades que configuram o objeto de pesquisa, podendo, então, serem absorvidos desse convívio símbolos implícitos ou visíveis, os quais somente são perceptíveis a uma atenção sensibilizada e perspicaz (CHIZZOTTI, 2013). Feito isso, o(a) pesquisador(a) vai interpretar e transformar essas informações adquiridas em material concreto, seja escrito ou audiovisual, recorrendo a diversos recursos linguísticos e diferentes formatos e gêneros textuais, semióticos, literários e estilísticos, devendo ser levado em consideração que essas variadas formas de apresentações dos resultados da investigação propiciam um espaço fértil de escolhas possíveis.

Para Godoy (1995), a pesquisa qualitativa ainda ocupa um lugar reconhecido e prestigiado entre os vários modos de analisar os fenômenos que advêm dos humanos e seus elos sociais construídos em âmbitos múltiplos. Nesta perspectiva, as investigações irão exigir do(a) cientista em campo uma busca atenta aos mínimos e (im)possíveis detalhes, a fim de que o(a) referido(a) capte o objeto, fenômeno ou sujeito estudado sob a óptica dos indivíduos envolvidos na pesquisa, interessando-se por todas as visões que sejam consideradas importantes para o caminhar das análises. Dessa forma, será coletado um vasto acervo de

dados, os quais facilitarão na compreensão do funcionamento e caracterização do conteúdo analisado.

Aspectos essenciais da pesquisa qualitativa são elencados por Flick (2009) em uma de suas obras voltadas para Metodologia Científica, alguns desses enfoques, inclusive, já foram mencionados anteriormente. No primeiro momento, o autor ressalta que a ideia central de tal abordagem consiste na escolha adequada dos métodos, técnicas, instrumentos e teorias convenientes, prezando pela apropriabilidade da pesquisa; em seguida, pauta-se que é no reconhecimento e na análise da investigação que deve ser levado à consciência as distintas perspectivas dos participantes e sua mais extensa diversidade; após isso, cabe ao pesquisador(a) refletir como suas pesquisas fazem parte de um processo de produção do conhecimento, pondo em prática a reflexividade de si e do produto; e, por último, a variedade de abordagens e procedimentos técnicos das pesquisas de cunho qualitativo.

Em geral, as investigações denominadas qualitativas têm abrigado alternâncias semânticas e, desta maneira, atraído uma variedade de tendências que se aglomeraram. Entre tais, encontra-se a etnometodológica, a feminista, a interpretacionista, a multiculturalista, a militante, a participante, a história de vida, a pós-moderna e outras inclinações metodológicas que seguem, mesmo que por vezes e genericamente, o viés qualitativo. Estudar as relações sociais devido à pluralização das esferas de vida corrobora com a gênese de novas possibilidades investigativas dentro do campo qualitativo, tendo em vista que essa pluralização demanda outras maneiras de sensibilidade para as análises empíricas dessas questões particulares.

Os pós-modernos, por exemplo, têm defendido a tese de que os tempos das grandes narrativas e teorias generalistas chegaram ao fim. Com base nisto, as narrações se delimitam no que tange à localidade, temporalidade e organização situacional, distanciando-se de ideias homogeneizantes e universais da era moderna. A pós-modernidade, mesmo sendo considerada uma categoria teórica polissêmica, traz à tona a necessidade de discussões que considerem as heterogeneidades, as desigualdades sociais, as micro-histórias, as diversidades e as tecnologias emergentes, o que resultou na ruptura, ou pelo menos tentativa, de grandes paradigmas e epistemologias, cujas pretensões eram de verdades absolutas e objetivas. Concomitante a isto, surge a urgência de novos métodos e técnicas de pesquisa dentro das investigações qualitativas.

Na América Latina, foi durante a década de 1970 que se tornou possível observar o surgimento do interesse pelos aspectos qualitativos nos processos educacionais (TRIVIÑOS, 1987), ou seja, um pouco atrasada, comparando-a com outras partes do mundo. As primeiras



especulações se deram ao constatarem algumas limitações nas pesquisas quantitativas, uma vez que, de acordo com Flick (2009, p. 21), essas insuficiências da abordagem quantificada “vêm sendo adotadas como ponto de partida para uma argumentação no sentido de justificar a utilização da pesquisa qualitativa”. Desde então, analisar sob o enfoque qualitativo os objetos estudados tem proporcionado resultados significativos não apenas para o campo educacional, mas também para as ciências humanas e sociais, no geral.

O que não se pode negligenciar é a relevância científica que as pesquisas qualitativas tiveram e continuam tendo na produção de conhecimentos e no mundo acadêmico, como um todo. De alguma forma, suas contribuições perpassam os altos muros das elites universitárias e atingem públicos distintos e, desde sempre, marginalizados pelos pensamentos conservadores e positivistas das pesquisas científicas. Grupos vulneráveis, como foram os casos das pessoas idosas, indígenas, quilombolas, mulheres, negras, entre outros, passaram a serem estudados e, com isso, avanços exponenciais estão sendo conquistados a partir desses formatos investigativos, os quais captam, qualitativamente, as nuances situacionais dessas parcelas da população.

Concernente ao método científico, a escolha pelo Materialismo Histórico-Dialético se deu por considerar que a dialética marxista é a alternativa metódica mais conveniente para tratar sobre a realidade social apresentada, ao entender seu movimento pensativo por meio da materialidade do ser humano enquanto sujeito da própria história, o qual comunga em sociedade, tomando-a como fenômeno temporal subjetivo. É válido salientar, porém, que não existe uma dialética geral, única e absoluta. Não se pode equiparar os(as) dialéticos(as) como um grande grupo. Por isso, cabe destacar a opção do pesquisador por uma dialética que propicie, sobretudo, questionamentos acerca das unidades de contrários do corpo social, sob a égide do capitalismo e suas variantes.

A dialética marxista ou, até mesmo, marxiana, por exemplo, difere da dialética socrática, a qual visava indagar as credences cotidianas e comuns do seu interlocutor para depois, a partir da reflexão de si, tomar consciência de sua ignorância e do seu inacabamento, buscando o conhecimento factual, desprendendo-se da *doxa*<sup>3</sup> e se aproximando da *episteme*<sup>4</sup> através da Ironia e da Maiêutica. Em relação à dialética hegeliana, Marx (1983, p. 20) faz questão de diferenciá-la, ressaltando que ela é sua antítese direta, ao proferir que para Hegel “o processo de pensamento, que ele, sob o nome de idéia, transforma num sujeito autônomo, é

---

<sup>3</sup> *Doxa* é um termo, etimologicamente, grego que significa a crença popular ou senso comum de um povo, ou seja, a opinião infundada contrária ao conhecimento epistêmico.

<sup>4</sup> *Episteme*, também derivada do grego, diz respeito ao conhecimento científico, ao verdadeiro estado de consciência sobre algo e se posiciona, contrariamente, a opinião infundada.

o demiurgo do real, real que constitui apenas a sua manifestação externa”, já para ele – Marx – “pelo contrário, o ideal não é nada mais que o material, transposto e traduzido na cabeça do homem”.

Na prática, segundo Demo (2012, p. 88), “encontramos não só dialéticas diferentes, divergentes, mas até mesmo contraditórias, como em qualquer campo metodológico”. Faz-se primordial, ainda, distinguir uma dialética contraditória de uma dialética da contradição. Isto é, termos contraditórios jamais serão dialéticos, pois apenas se excluem, impossibilitando a polarização política, o que difere dos termos contrários que são, essencialmente, dialéticos, constituindo os elementos fundamentais das totalidades históricas e exalando seu caráter antagônico, ao gerar a antítese da tese e desenvolver, posteriormente, a síntese. Demo (2012, p. 98) nos esclarece:

Quando falamos de “contradição” histórica, referimo-nos a seu caráter conflituoso, dicotômico, antagônico, mas no sentido da unidade de contrários. Unidade de contraditórios é uma impossibilidade histórica e formal. Nesse contexto, dizemos que dialética somente se aplica àquelas realidades que são unidade de contrários, ou seja, às realidades estritamente históricas, onde cada fase gera sua contrária. Não sucede isso na realidade natural. Na molécula da água não existe polarização social, embora haja polarização física.

Desse modo, as posições argumentativas da dialética se dividem em três diferentes partes, as quais já foram citadas acima, a saber: tese, antítese e síntese. A tese, em sua estruturação lógica, caracteriza-se pelo desenvolvimento de um argumento que se expõe para ser impugnado ou questionado, no caso desta pesquisa, a afirmação de que as tecnologias digitais estão a serviço do capitalismo; a antítese é a argumentação opositora à tese evidenciada, aqui apresentada sob a hipótese, a qual será confirmada ou refutada ao desdobrar da dissertação, de que as tecnologias estão a disposição do capital, mas também estão a serviço das pessoas idosas, basta serem utilizadas criticamente; a síntese é a difusão das duas afirmativas anteriores que detêm as particularidades verídicas de ambas as argumentações, criando outro ponto de vista, ou seja, as futuras teses e dissertações que contestarão esses trabalhos.

Para Richardson (2010), ademais, o materialismo histórico-dialético é, ao mesmo tempo, ciência e ideologia do marxismo que se opõe, claramente, a qualquer tipo de positivismo e estruturalismo. No que diz respeito ao supracitado método, considera-se materialismo devido sua compreensão do mundo natural e dos fenômenos da natureza ser materialista, assim como, considera-se dialético em razão de estar associada a um processo dialógico de debate entre posições contrárias, baseada na utilização de objeções refutativas ao

argumento vigente impregnado. Além disso, “embora hoje se dê a este termo um sentido mais amplo, o núcleo da dialética, sua essência, continua a ser a investigação das contradições da realidade, pois são essas a força propulsora do desenvolvimento da natureza” (RICHARDSON, 2010, p. 45).

Convém salientar, ainda, que os objetivos desse trabalho dissertativo se constituem como exploratórios, visto que esse tipo de pesquisa permite uma aproximação factual e aprofundada entre o(a) pesquisador(a) e os sujeitos investigados, que, nesse caso, são as pessoas idosas do Grupo Viver Bem do CRAS do município de Pilõesinhos – PB. Os estudos dessa natureza buscam averiguar um determinado problema, no sentido de viabilizar novas informações acerca do fenômeno ou objeto pesquisado, para que, desta maneira, possa ser feita uma investigação completa e mais próxima possível da realidade anunciada. As pesquisas exploratórias têm propiciado descobertas singulares para o avanço das ciências, fomentando novas ideias investigativas, desvendando aspectos específicos dos casos analisados, confirmando ou refutando intuições preestabelecidas e explorando questões que, outrora, jamais seriam pautas de investigações.

De acordo com Gil (2002, p. 41), “seu planejamento é, portanto, bastante flexível, de modo que possibilite a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado”. Com isso, nascem diversas alternativas metodológicas a serem aplicadas nas análises exploratórias, pois, estruturalmente, elas proporcionam um vasto acervo técnico. Geralmente, essas pesquisas envolvem em seu processo investigativo algumas etapas, como: levantamento bibliográfico, essencial para saber o que outros(as) autores(as) já falaram ou pesquisaram sobre o tema; entrevistas com os indivíduos que, de algum modo, relacionaram-se com o problema analisado, a fim de extrair informações mais próximas da veracidade; e análises de exemplos que instiguem a compreensão (SELLTIZ *et al.*, 1967).

As pesquisas de objetivos exploratórios, assim como todas as pesquisas científicas, também possuem finalidades descritivas, levando em consideração a necessidade de externalização dos resultados ou informações adquiridas. Caracterizada por ser preparatória, ela explora temáticas pouco debatidas ou, ainda, traz novas perspectivas para os assuntos já conhecidos, ensejando outras prováveis interpretações aos estudiosos(as), servindo-lhes de estrutura para análises posteriores e os(as) ajudando na construção de hipóteses que, por meio de outras pesquisas ou pesquisadores(as), poderão ser validadas ou refutadas. A familiarização com o objeto, fenômeno ou sujeito analisado é sua principal missão enquanto objetivo analítico.

No que diz respeito aos instrumentos de coleta de dados e aos recursos utilizados para esse fim, utilizou-se formulário socioeconômico, entrevista semiestruturada e observação assistemática. Tais ferramentas fazem parte do processo minucioso de aquisição dos dados necessários para o pleno andamento da pesquisa, sendo, em sua política de funcionamento, o exercício de apuração das informações para análise e posterior comprovação ou contraposição dos fatos estudados. Inicialmente, para conhecer o perfil pessoal, profissional e escolar dos sujeitos da pesquisa, optou-se pela aplicação de um formulário socioeconômico, o qual exigia dos(as) participantes informações acerca das seguintes variáveis: idade, gênero, escolaridade, condição familiar, relação com as tecnologias digitais, possíveis usos e aplicabilidade das TDIC's no dia a dia e outras.

Optamos, também, pela utilização de entrevistas semiestruturadas, haja vista a imprevisibilidade dos sujeitos investigados e a flexibilidade proporcionada pelo referido instrumento de coleta. Esse formato de entrevista, portanto, possibilita ao pesquisador(a) a preparação de um roteiro prévio, facilitando a aplicação da ferramenta, porém, positivamente, é aberto um espaço para que o(a) investigado(a) e o(a) investigador(a) troquem questionamentos fora do que havia sido preestabelecido, tornando uma conversa mais dinâmica, espontânea e natural. Pode-se compreender a entrevista semiestruturada como um diálogo dirigido, sinalizado e, ao mesmo tempo, ajustável, o qual permite uma generosa aquisição de dados.

De acordo com Manzini (1991, p. 154), “a entrevista semi-estruturada[sic] está focalizada em um assunto sobre o qual confeccionamos um roteiro com perguntas principais, complementadas por outras questões inerentes às circunstâncias momentâneas à entrevista”. No entanto, assim como todos os outros instrumentos, as entrevistas semiestruturadas também são passíveis a falhas, equívocos e inutilidades, ao depender do sujeito ou fenômeno analisado. Assim sendo, segue abaixo o quadro metodológico dessa dissertação, o qual apresenta a estrutura organizacional por esquemas para o desenvolvimento da referida pesquisa.

**Quadro 2:** Esquematização metodológica da pesquisa.

<b>QUADRO METODOLÓGICO</b>	
<b>Finalidade Teórico-Metodológica (Natureza)</b>	Pura/Básica

<b>Abordagem</b>	Qualitativa
<b>Método Científico</b>	Dialético Marxista
<b>Objetivos</b>	Exploratórios
<b>Instrumentos de Coleta de Dados</b>	Formulário acerca do Perfil Socioeconômico, Entrevistas Semiestruturadas e Observação Assistemática
<b>Análise dos Dados</b>	Técnica Análise de Conteúdo

**Fonte:** Elaborado pelo autor, (2023).

Em síntese, o seguinte quadro traz uma esquematização metodológica e resumida dos principais aspectos referentes à metodologia deste estudo, para subsidiar um melhor entendimento e evitar equívocos ou interpretações errôneas por parte de quem a lê, haja vista que a metodologia é a espinha dorsal de qualquer investigação científica que preze por credibilidade e rigorosidade metódica. Por isso, fez-se questão de sistematizar os fundamentos que deram base ao árduo exercício da pesquisa, o qual necessitou de um estudo amplo acerca da estruturação e das singularidades epistemológicas para a concretização do trabalho. A seguir, serão evidenciadas a caracterização do *lócus* da pesquisa e as especificidades dos sujeitos analisados.

### 1.2.1 *Lócus* e sujeitos investigados

O *lócus* investigativo da pesquisa foi o Centro de Referência de Assistência Social do município de Pilõezinhos, estado da Paraíba. O CRAS é uma unidade pública de atendimento à população, ofertando inúmeros serviços e programas direcionados para as “questões sociais”. Subsidiado pelas prefeituras em parceria com o Governo Federal, ele viabiliza direitos sociais às pessoas em situação de vulnerabilidade social. Por isso, tornou-se um

direito de todos(as) que dele o necessitar, podendo seus usuários(as) terem acesso a: fazer seu Cadastro Único; ser orientado(a) sobre os benefícios sociais; fortalecer a convivência com a família e com a comunidade; ter apoio e orientação sobre o que fazer em casos de violência doméstica; receber orientação sobre outros direitos e serviços públicos.

Os CRAS surgem no ano de 1999 com a denominação de Núcleo de Apoio à Família (NAF). Em 2005, a partir da nova Política Nacional de Assistência Social, passam a ser chamados com o nome que utilizam até os dias atuais. Criado com base na Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, a qual dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências, eles são responsáveis pela organização e oferecimento de serviços da proteção social básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Desta maneira, o CRAS “se caracteriza como a principal porta de entrada do SUAS, ou seja, é uma unidade que possibilita o acesso de um grande número de famílias à rede de proteção social de assistência social” (BRASIL, 2009, p. 9).

Podem usufruir dos serviços ofertados pelo CRAS as famílias e demais pessoas que se encontrem em situação de vulnerabilidade social, quer dizer, que estejam enfrentando dificuldades financeiras, alimentares, relacionais, de desemprego ou, até mesmo, por conflitos familiares ou comunitários. Em sua grande maioria, o público central das unidades são pessoas idosas, com deficiência, mulheres, crianças, adolescentes, beneficiários(as) do Programa Bolsa Família ou do Benefício de Prestação Continuada (BPC). Sua equipe deve ser formada de modo multidisciplinar, para que, desta forma, possa oferecer apoio no que tange aos serviços profissionais do(a) psicólogo(a), do(a) assistente social, do(a) pedagogo(a), do(a) orientador(a) social, entre outras profissões basilares para o funcionamento das unidades.

Acerca dos sujeitos investigados, a partir da aplicação do formulário socioeconômico, tornou-se possível fazer as respectivas caracterizações das entrevistadas, em que, nesta pesquisa, foram todas mulheres, haja vista que dentro do Grupo Viver Bem, no momento de observação e aplicação das entrevistas, só foi detectado um único homem integrante do projeto, o qual não quis ser um dos entrevistados. De uma média de 40 idosos(as) presentes nos encontros semanais, 8 mulheres se dispuseram a participar da referida pesquisa. Destas, todas preenchiam os requisitos antepostos pelo pesquisador para a escolha dos(as) idosos(as) que seriam pesquisados, sendo requisitados que tais sujeitos participassem assiduamente do grupo, possuíssem idade acima dos 60 anos, fossem integrantes há mais de 1 ano e soubessem manusear, ativamente, as tecnologias digitais.

Para que fossem preservadas suas identidades, foi indagado às entrevistadas, durante a aplicação do formulário, qual tipo de flor elas gostariam de ser, ao pronunciarem suas

escolhas, o pesquisador as informavam que aquele nome seria sua identificação na pesquisa. No formulário aplicado também havia outras variáveis, porém serão explorados no capítulo dos resultados e discussões, por estarem incluídos em um debate mais amplo que interliga novas categorias analíticas e necessita de uma explanação mais profusa, por um nítido prisma. Aliado à entrevista semiestruturada, o formulário socioeconômico se mostrou como uma insigne ferramenta de coleta de dados. Logo, essas foram as principais características das entrevistadas, conforme demonstra o quadro a seguir:

**Quadro 3:** Caracterização das idosas entrevistadas.

<b>SUJEITOS DA PESQUISA</b>					
<b>IDENTIFICAÇÃO COM O NOME FICTÍCIO</b>	<b>IDADE</b>	<b>GÊNERO</b>	<b>OCUPAÇÃO</b>	<b>ESTADO CIVIL</b>	<b>TEMPO DE GRUPO</b>
Boa Noite	62 anos	Feminino	Cuida da mãe	Viúva	2 anos
Dália	66 anos	Feminino	Aposentada	Viúva	11 anos
Espirradeira	73 anos	Feminino	Aposentada	Viúva	+ 16 anos
Girassol	66 anos	Feminino	Aposentada	Casada	+ 10 anos
Maravilha	70 anos	Feminino	Aposentada	Casada	6 anos
Margarida	75 anos	Feminino	Aposentada	Viúva	+ 16 anos
Orquídea	63 anos	Feminino	Aposentada	Solteira	+ 16 anos
Rosa	64 anos	Feminino	Aposentada	Solteira	+ 16 anos

**Fonte:** Elaborado pelo autor (2023).

Conforme o quadro 03, sobre o perfil socioeconômico das oito idosas entrevistadas, podemos dizer que 62,5% estão na faixa etária entre 62 e 66 anos e 37,5% estão na faixa etária entre 70 e 75 anos de idade. Quanto ao gênero, 100% são mulheres, sendo o estado civil: 50% viúva, 25% casada e 25% solteira. Com relação à escolaridade, dentre todas as entrevistadas, 25% alegaram possuir o Ensino Médio Completo, 12,5% afirmaram ter concluído o Ensino Fundamental e 62,5% disseram ter o Ensino Fundamental Inconcluso. No que se refere ao tempo de participação no Centro de Referência de Assistência Social – CRAS do município de Pilõesinhos – PB, 75% já estão há mais de dez anos e apenas 20% abaixo de dez anos, destas 25%, uma tem apenas dois anos e a outra seis anos. No que tange à ocupação, 88% são aposentadas e 12% não possui renda, entretanto, esta última, informou que ser dependente da mãe, que é aposentada, a qual toma conta. De modo geral, a realidade

econômica dessas idosas está na faixa da renda de um salário mínimo, por esta e outras razões são usuárias do CRAS, como já explicamos inicialmente.

### 1.2.2 Procedimentos analíticos e estruturação da dissertação

Os procedimentos analíticos se darão a partir da análise de conteúdo, com base nas elucidações de Bardin (1977). Este conjunto de técnicas nos auxilia na análise das comunicações, empregando procedimentos sistematizados e dando suporte nas descrições dos conteúdos enunciados nas mensagens captadas nas entrevistas, nos formulários ou, até mesmo, nos vídeos documentários. A análise de conteúdo focaliza sua objetividade na verificação semântica dos dados coletados, buscando o sentido dos códigos alfanuméricos descritos. Para Bardin (1977, p. 15), “a análise de conteúdo é um conjunto de instrumentos de cunho metodológico em constante aperfeiçoamento, que se aplicam discursos (conteúdos e continentes) extremamente diversificados”. Além disso, Cardoso, Oliveira e Ghelli (2021, p. 100) ainda esclarecem que:

A Análise de Conteúdo, enquanto procedimento de pesquisa, desempenha um importante papel nas investigações no campo das pesquisas sociais, já que analisa com profundidade a questão da subjetividade, ao reconhecer a não neutralidade entre pesquisador, objeto de pesquisa e contexto. O que não a descredencia no aspecto da validade e do rigor científicos, já que tem status de metodologia, com princípios e regras bastante sistematizados (CARDOSO; OLIVEIRA; GHELLI, 2021, p. 100).

Este tipo de análise pode ser realizada a partir da pré-exploração do material, exploração do material e o tratamento e interpretação das informações coletadas. Entretanto, não existem quaisquer tipos de fronteiras que estejam visíveis entre a coleta das informações, o início do processo analítico e o processo interpretativo, haja vista que esta condição ilustra, significativamente, a especificidade do vai e vem mencionado por Bardin (1997) no desdobrar das pesquisas. As etapas supracitadas também podem ser consideradas como organização – pré-análise –, codificação e categorização – análise do material – agrupamento, tratamento e interpretação dos resultados. Seguindo a referida ordem, será descrita a análise de conteúdo realizada nos processos investigativos desta dissertação.

Nesta pesquisa, em particular, na primeira etapa, a fase da **pré-análise**, ou seja, a **organização**, foi realizada uma leitura flutuante dos elementos coletados, assim como foi feito um levantamento de quais materiais iríamos, de fato, utilizar na análise, sendo determinado que todos os oito formulários aplicados, bem como as transcrições das oito



entrevistas semiestruturadas seriam analisadas. Este exercício é caracterizado como a *escolha dos documentos*. Em seguida, formularam-se as *hipóteses e os objetivos*, os quais se mobilizaram a compreender os efeitos do Letramento Digital nas pessoas idosas do Grupo Viver Bem, com base nas informações coletadas, hipotetizando que esta prática social contribui na autonomia deste público. A *elaboração dos indicadores*, portanto, se direcionou a detectar os componentes de marcação, permitindo extrair os aspectos essenciais das mensagens e possibilitando a estruturação de indicadores temáticos, os quais serão categorizados posteriormente.

A segunda etapa denominada de **exploração e/ou análise do material**, segue o caminho da codificação e categorização dos materiais, evidenciando-os em unidades de registro, não sendo necessárias as unidades de contexto nesse caso, em específico, uma vez que inexistia ambiguidade na referência dos sentidos dos elementos que passaram por codificação. As *categorias* configuraram-se como *semânticas*, cujas *unidades de registro* foram: Letramento Digital; Celular; Internet; Autonomia; Independência; Empoderamento; Velho; Velhice; e Idosos(as). Este agrupamento possibilitou uma melhor organização dos conteúdos, haja vista ter sido feito sob *categorias temáticas*, que serviram para analisar os resultados da pesquisa. A codificação seguiu identificando os sujeitos entrevistados com nomes de flores, segundo denominação própria e seguindo ordem alfabética: Boa Noite; Dália; Espirradeira; Girassol; Maravilha; Margarida; Orquídea e Rosa.

No que se refere a terceira e última etapa, **o tratamento dos resultados obtidos e interpretação**, utilizou-se de conceitos e categorias teóricas acerca das práticas de Letramento Digital, das especificidades da velhice, das contradições do mundo tecnológico, das contribuições das perspectivas da Educação ao Longo da Vida e da Educação Popular, entrelaçando-as com o estímulo à autonomia de pessoas idosas, buscando, sobretudo, dar significado aos resultados e interpretá-los a partir de uma base teórico-científica significativa. Os dados, de modo geral, depois de categorizados, foram tratados com base na pertinência temática e coincidências das respostas dadas durante as entrevistas, objetivando deslindar, por trás dos discursos aparentes, os sentidos implícitos dos símbolos, das narrativas e dos textos que, muitas vezes, tornam-se polissêmicos.

Pode-se dizer, então, que a análise de conteúdo enquanto “[...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens [...]” (BARDIN, 1977, p. 42), mostrou ser uma alternativa acertada para a exploração, tratamento e organização dos dados obtidos, visto que ela está inserida “[...] no âmbito de uma abordagem metodológica crítica e

epistemologicamente apoiada numa concepção de ciência que reconhece o papel ativo do sujeito na produção do conhecimento” (FRANCO, 2008, p. 10). A análise de conteúdo nos permite investigar com maior significância não apenas os aspectos objetivos dos resultados extraídos, mas possibilita, também, uma rigorosa análise dos componentes presentes nas subjetividades dos sujeitos investigados.

A dissertação, portanto, está dividida em quatro capítulos e sucedida pelas considerações finais. Optou-se pela seguinte estrutura, almejando facilitar a leitura e o entendimento geral da obra pelo(a) leitor(a), para que, dessa forma, seja possível desenvolver um nítido discernimento acerca das análises realizadas na pesquisa. Assim sendo, nas considerações iniciais foi apresentada, inicialmente, a contextualização da pesquisa, a qual aborda o surgimento das tecnologias digitais, suas implicações na organização social e a necessidade de sermos letrados(as) digitalmente, em especial, as pessoas idosas. Além disso, ainda foram evidenciadas as aproximações do autor com o fenômeno investigado, os momentos de estranhamentos e inquietações no que tange à problemática da pesquisa e as trajetórias ao decorrer de sua realização, perpassando pelo refletir ao conceber o eixo da análise.

No mesmo capítulo, a introdução traz breves reflexões sobre o estado atual das ciências e das universidades públicas do país, tal como a opção do pesquisador pelo desenvolvimento de conhecimentos de cunho aproximativo. Também se discute nesta primeira parte, a importância dos debates sobre Educação ao Longo da Vida, utilizando-se dos referenciais práticos, teóricos e epistemológicos da Educação Popular. Em seguida, são apresentados os objetivos geral e específicos da pesquisa, sua justificativa e relevância científica, bem como o estado da arte das produções que trabalharam com o referido tema nos últimos dez anos. Após isso, estruturou-se o caminho metodológico da investigação, caracterizando os principais métodos, técnicas, procedimentos de análise, lócus e sujeitos da pesquisa.

O segundo capítulo, denominado “Da veneração à marginalização: tessituras históricas e sociais das concepções do ser idoso(a)”, aborda as relações dicotômicas entre a pessoa idosa e as produções historiográficas e sociológicas, discutindo os conflitos mais evidentes dessa problemática ao decorrer dos séculos, ou seja, o apagamento do seu percurso conceutivo. Na mesma seção, ainda é suscitado o debate sobre os aspectos históricos das mudanças de concepção acerca do(a) idoso(a), interligando com as questões sociais que os(as) envolvem e evidenciando os marcos legais conquistados pela comunidade, tal como, por exemplo, a Política Nacional do Idoso, Lei nº 8.842, de 04 de janeiro de 1994, e o Estatuto da Pessoa

Idosa, Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003. Ademais, expõem-se as principais reflexões acerca do envelhecimento sob as ópticas da Educação ao Longo da Vida e da Educação Popular, visando trazer novos significados aos trajetos.

Já no capítulo três, cujo título é “Educação ao Longo da Vida, Educação Popular e o Letramento Digital de Pessoas Idosas: entre elos e contradições”, são desenvolvidos debates teóricos acerca da Educação Popular enquanto prática social, política e educativa, abordando suas mais relevantes categorias e destacando sua historicidade, em especial, no contexto latino-americano. Ainda é discutido o Letramento Digital no cotidiano das pessoas idosas, dando ênfase às suas contribuições na autonomia e empoderamento do referido público. O combate a desinformação também é elemento primordial nesta perspectiva educacional, pois são os(as) idosos(as) as principais vítimas das notícias falsas circuladas pela internet. As adequações do mercado produtor de recursos tecnológicos para as pessoas idosas e as contradições presentes no sistema capitalista também serão temas debatidos nesta seção da dissertação.

No quarto e último capítulo, analisou-se e discutiu os resultados da pesquisa, os quais evidenciaram a relação das pessoas idosas com o Letramento Digital, enfocando a realidade do Grupo Viver Bem do Centro de Referência de Assistência Social do município de Pilõezinhos, no estado da Paraíba. Foram apresentadas, dentre as discussões, as concepções de Letramento Digital que as entrevistadas possuem; as práticas de LD no cotidiano dessas pessoas e suas reverberações em suas ações do dia a dia; as dificuldades e habilidades mais predominantes nos(as) idosos(as) concernente à usabilidade e manuseamento das tecnologias digitais, em específico o celular, e suas eventuais causas; bem como foi salientada a avaliação das pessoas idosas entrevistadas sobre o Letramento Digital em suas rotinas e nos exercícios dentro da própria instituição de assistência.

Por fim, foram lançadas as “Considerações Finais”, onde foram expostas as principais conclusões acerca da dissertação, no geral, e das descobertas feitas durante o processo de pesquisa e interpretação dos dados obtidos. Nesta seção, também foram evidenciadas as percepções finais do autor em relação ao Letramento Digital e ao uso das novas tecnologias no cotidiano das pessoas idosas integrantes do Grupo Viver Bem, pertencente ao CRAS da cidade de Pilõezinhos – PB. Os resultados esperados com este trabalho foram evidenciados, para que, dessa forma, novas pesquisas e problemáticas científicas sejam emergidas a partir das discussões desta dissertação de mestrado.

## 2 DA VENERAÇÃO À MARGINALIZAÇÃO: tessituras históricas e sociais das concepções do ser idoso(a)

Ao esvair dos últimos séculos, a pessoa idosa foi esquecida pela História e por aqueles(as) que a produz, sofrendo, então, com o apagamento existencial de sua figura e, quase sempre, com a inferiorização de sua condição humana perante os demais sujeitos da sociedade, principalmente, devido ao avanço do sistema capitalista e seus ideais de individualidade, competitividade e lucratividade, gerando mudanças recorrentes na forma de conceber o(a) idoso(a) e sua utilidade social. Pouquíssimas são as produções historiográficas e sociológicas que versam sobre a trajetória vital e conceptiva dos indivíduos no estigmatizado período da velhice, o que dificulta a compreensão de seu percurso no âmbito social e precariza as análises acerca de suas vivências enquanto sujeitos históricos. Em razão disso, utilizaremos como fonte teórica principal nesta seção a obra “A velhice” da filósofa francesa, Simone de Beauvoir (2018), haja vista ser uma das poucas estudiosas que se preocupou em estudar tal período geracional sob o viés das ciências humanas e sociais.

Na Antiguidade, principalmente, nas sociedades que não usufruíam da técnica escrita, as pessoas mais velhas eram receptoras de um maior respeito e, por vezes, autoridade sobre os demais indivíduos da época, ao considerar a tradição oral o mecanismo central de transmissão do conhecimento. Por muito tempo, tinha-se os(as) idosos(as) como guardiões das tradições e saberes populares de determinadas culturas, sendo considerado o melhor juiz nas tomadas de decisões e posicionamentos acerca de conflitos existentes entre as populações. Chegar à velhice, para os mais antigos, era receber uma graça divina, ou seja, uma benção dada pelos deuses aos merecedores de tal privilégio, pois seria nessa faixa etária que os humanos alcançariam sua plena consciência e sabedoria.

Surge na Grécia, então, a “gerontocracia”, caracterizada por ter seu governo oligárquico e domínios de bens geridos por idosos. Conforme Gómez *et al.* (2013, p. 9), “*la gerontocracia fundaba 43dé 43dèqüie43ca43 de gobernanza en la 43dèqüie43ca4343 y sabiduría ejercidas a través de los consejos de ancianos*”. Tais conselhos eram organizações que orientavam, aconselhavam e prezavam pela harmônica convivência em comunidade. As pessoas idosas, nestas sociedades, no que tange à estrutura política, econômica e religiosa ocupavam posições de respeito, liderança, prestígio e, especialmente, poder, levando em consideração que as decisões futuras estavam nas mãos desses anciãos, assim como eram chamados pelos adultos da época.

Em Esparta, especificamente, um dos importantes órgãos do governo era a Gerúsia, conselho liderado por vinte e oito gerontes com mais de sessenta anos de idade e presidido por dois grandes reis. As Gerúsias espartanas, tanto a clássica como a arcaica, dividiam o poder com a mais alta corte e possuíam poderio de julgar os próprios reis em ações e condutas inaptas, tendo em vista seu prestígio social devido a seus integrantes, conferindo-lhes um vasto poder não oficial, porém, totalmente, válido, sobre os demais componentes hierárquicos. Funcionavam, portanto, como Supremos Tribunais cujas funções administrativas e legislativas preparavam os projetos para serem submetidos à aprovação da Ápela, em outros termos, a decisão popular, entretanto seus poderes foram amenizados com a Tirania de Cleômenes III<sup>5</sup>, a qual se perdurou por mais de uma década e meia.

Esta forma de governo perdurou em muitas localidades até por volta do século XX. Em países tidos como comunistas<sup>6</sup>, por exemplo, como o caso da antiga União Soviética, os líderes políticos pregavam que a gerontocracia era a maneira de governar mais eficaz para as exigências daqueles tempos. Na Itália e no Vaticano, podem-se ver, ainda, algumas práticas gerontocráticas, as quais põem os(as) idosos(as) nos mais elevados cargos e funções, seja na política, nas instâncias judiciais ou, até mesmo, no alto nível hierárquico da Igreja Católica, quer dizer, o papado. No entanto, é na população indígena onde mais vemos modelos de gerontocracia, assim como nos mostra Gómez *et al.* (2013, p. 13), exemplificando a partir de experiências e estatísticas retiradas do estado de Chiapas, sul do México.

La gerontocracia tuvo su mayor auge en los pueblos indígenas que permitían este sistema de gobierno, especialmente cuando la escasez de ancianos era evidente (entre 1 y 3%), y la vejez se alcanzaba a edades más tempranas. Por ejemplo, a 44déquie44ca44 del siglo xx, la esperanza de vida en el país se calculó en 33 años — y menos en los pueblos indígenas—, en cambio hoy 44dé, con base en datos del XIII Censo General de Población y Vivienda 2010, la esperanza de vida para el estado de Chiapas se 44déquie en 72 años (69 años para los hombres, y 75 años para las mujeres). Es decir, en los últimos años, la esperanza de vida está cerca de triplicarse, y las cohortes 44déquie44 de vejez se establecen, generalmente, a partir de los 60 años de edad.

No antigo Egito, via-se a velhice como algo sobrenatural em que as pessoas idosas eram engendradas como personificações de heróis, deuses ou entidades remotas. Na sociedade hebraica, também consideravam os anciãos como sujeitos possuidores de uma direta ligação com Deus. Todavia, a partir da Idade Média, modificam-se esses entendimentos acerca do(a)

<sup>5</sup> Cleômenes III, durante dezesseis anos, foi o rei da cidade grega, Esparta, entre os anos de 235 a 222 a. C., o qual pertenceu à Dinastia Ágida e morreu exilado.

<sup>6</sup> Denomina-se comunista a sociedade ou indivíduo adepto ao sistema e, sobretudo, movimento ideológico, político, social, econômico e filosófico cuja finalidade é o estabelecimento de uma sociedade igualitária, com propriedade comum dos meios de produção e sem distinção de classes sociais.

idoso(a), o que fez com que seu poder e relevância social diminuíssem, haja vista que a sociedade medieval ignorava a gerontocracia e privilegiava a lei dos mais fortes, onde os mais velhos sempre ficavam numa gritante desvantagem, se comparados ao público mais novo, que, em sua grande maioria, eram robustos, viris, destemidos e preparados para sobreviverem em ambientes conflituosos de guerras.

Entre o Baixo Império e a Alta Idade Média, as pessoas mais velhas foram, aos poucos, sendo excluídas da vida pública, delegando-se aos jovens a responsabilidade de conduzir as relações sociais e comerciais de seus povos. A sociedade medieval era direcionada bem mais pela letalidade das armas do que pelas próprias instituições e seus conselheiros. Os anciãos não possuíam um considerável espaço na tomada de decisões ou na política, exceto Khindaswintz, eleito rei aos 79 anos pelos visigodos<sup>7</sup>, no século VII, e Carlos Magno, Imperador do Sacro Império Romano Germânico em 800 d. C., que reinou até seus 72 anos, pois nem os papas da época poderiam ter idades avançadas, em sua maioria, eram homens jovens.

Sob outras perspectivas historiográficas, Beauvoir (2018) salienta que a concepção de velhice, em sua gênese, esteve, intimamente, relacionada com o avanço da Medicina e das noções de higiene. Foi no século II que o médico e filósofo romano, Cláudio Galeno ou Galeno de Pérgamo (129 – 216 d. C.), como ficou conhecido, sintetizou, de modo geral, a Medicina Antiga, onde considerava a velhice como “intermediária entre a doença e a saúde. Ela não é exatamente um estado patológico: entretanto, todas as funções fisiológicas do velho ficam reduzidas ou enfraquecidas. Ele explica esse fenômeno conciliando a teoria dos humores e a do calor inteiro” (BEAUVOIR, 2018, p. 22), quer dizer, quando o corpo se desidrata – calor inteiro – e os humores se evaporam – teoria dos humores.

Dessa forma, durante séculos, a Medicina se utilizou, plenamente, das obras de Galeno, uma vez que, de modo autoritário, gabava-se de sua infalibilidade, aproveitando-se do momento histórico ao qual as pessoas preferiam crer a discutir. Suas teorias medicinais estavam enviesadas de religiosidade, crendo na existência de um único Deus e considerando o corpo como o instrumento concreto da alma. Em razão disso, a Igreja, os judeus e os árabes islâmicos adotaram suas ópticas como *modus operandi*, pois, na época, viviam-se a sobreposição do monoteísmo advindo do Oriente contra o paganismo. Por essas e outras justificações é que, ao longo do medievo, o desenvolvimento racional da Medicina foi quase

---

<sup>7</sup> Visigodos foi um povo de origem germânica presente na região da Escandinávia, surgindo a partir da divisão entre os Godos, diferenciando-os dos ostrogodos, isto é, godos do leste.

inexistente, corroborando, conseqüentemente, para o desconhecimento ou má interpretação da velhice e suas especificidades.

Na esfera dos não religiosos(as), a principal preocupação dos médicos era prevenir a velhice, em vez de curá-la. A Escola Médica Salernitana, primeira escola de medicina medieval em Salerno – Itália, considerada a mais relevante fonte de conhecimento medicinal da Europa naqueles tempos, voltava-se em elaborar regimes de saúde e longevidade, desenvolvendo um vasto acervo teórico-prático de obras direcionadas a esta temática. Por volta do século XIII, Roger Bacon (1220 – 1292), frade e filósofo inglês, considerava a velhice uma doença, porém escreveu uma higiene para a alta idade na qual destinou um grande espaço para a alquimia<sup>8</sup>. Logo, “até o fim do século XV, todas as obras sobre a velhice são tratados de higiene” (BEAUVOIR, 2018, p. 23).

Desde então, as obras voltadas ao envelhecimento humano só tinham a preocupação com a higiene preventiva, poucos eram os estudos que se dedicavam ao diagnóstico e ao processo terapêutico, foram encontradas, apenas, dispersas indicações de como abordá-los. O médico italiano, David de Pomis (1525 – 1588), foi quem, a princípio, estudou e debateu essas questões nítida e ordenadamente, descrevendo aspectos da senilidade de modo exato e avançado, em especial, suas análises sobre a hipertensão arterial. A partir do século XVII, começam a aparecer inúmeras obras acerca da velhice, porém desinteressantes para os(as) pesquisadores(as). Mais a frente no século XVIII, mesmo em outro plano terrestre, Galeno ainda mantinha alguns discípulos de seus tratados, os quais se mostravam fiéis as suas considerações.

O médico anatomista holandês, Gerard van Swieten (1700 – 1772), foi um dos seguidores de Galeno que propagou suas alegações em seu percurso profissional enquanto, também, bibliotecário, botânico e reformador. Em conformidade com Beauvoir (2018, p. 24), Swieten encarava a velhice como “uma espécie de doença incurável; zomba dos remédios inspirados pela alquimia ou pela astrologia; descreve com exatidão algumas das mudanças anatômicas que a velhice acarreta”. Ao esvair dos tempos, mesmo com graves dificuldades teóricas, encontrando-se, pois, em um dramático impasse, a Medicina progride empiricamente, as autópsias se multiplicaram e a anatomia dava grandes passos rumo ao progresso, beneficiando, então, os estudos da velhice.

Iniciando o século XIX, a Medicina começava a ter benefícios sobre os avanços da fisiologia e das ciências experimentais, no geral, tornando os estudos acerca do

---

<sup>8</sup> Alquimia é uma pseudociência ou teoria científica obsoleta desenvolvida no medievo que tinha como objetivo a transmutação de um elemento em outro, como, por exemplo, chumbo em ouro.

envelhecimento e seu estado final mais sistemáticos e rigorosos. É a partir do referido século que emerge a geriatria, mesmo sem ter ainda essa denominação, tendo sido favorecida na França pela larga construção de asilos onde eram depositadas as pessoas idosas. Na Europa, o maior asilo de velhos(as) foi a *Salpêtrière*, a qual abrigava cerca de oito mil doentes, onde de dois a três mil deles eram idosos(as), tornando-se de fácil acesso a coleta de dados e informações sobre tais pessoas, ao considerar que a instituição supramencionada foi o maior núcleo de geriátrico.

Foi no seio desse e outros asilos que Jean-Martin Charcot (1825 – 1893), médico e cientista francês, proferiu diversas conferências sobre a velhice, as quais ganharam enorme repercussão e, por isso, foram publicadas em 1866. Charcot se tornou um dos maiores clínicos e professores de ciências médicas da França, onde, juntamente com Guillaume Duchenne (1806 – 1875), fundou a neurologia moderna. A Medicina Preventiva cedeu lugar à Medicina Terapêutica, fazendo surgir, portanto, a preocupação em curar os(as) idosos(as) e as mazelas da senilidade que os(as) perseguiam. Tal acontecimento também fez com que os(as) velhos(as) se tornassem, cada vez mais, numerosos(as), primeiramente, no próprio país francês, depois nos demais países.

Do final do século XIX ao início do século XX, as pesquisas na área se multiplicaram, diversos estudos foram desenvolvidos, como os de “Boy-Tessier em 1895, Rauzier em 1908, Pie e Bamamour em 1912 lançaram na França grandes obras de síntese. Muito importantes, também, foram, na Alemanha, a obra de Bürger, na América os tratados de Minot e de Metchnikoff, os dois publicados em 1908 [...]” (BEAUVOIR, 2018, p. 26). Entretanto, como feito antigamente, alguns pesquisadores(as) ainda explicavam sob uma única perspectiva o processo de senescência humana, já outros(as) sustentavam a ideia de que a velhice ocorria pela involução das glândulas sexuais ou, até mesmo, que a senilidade resultaria de uma autointoxicação.

Doravante, a geriatria começa a se expandir, seus estudos se tornam mais técnicos e, com isso, mais respeitados, principalmente, depois dos aportes advindos do médico austríaco-americano, Ignatz Leo Nascher (1863 – 1944), que “propôs o desenvolvimento de especialidade médica voltada para a assistência aos idosos e às doenças próprias da velhice. Utilizou a palavra “Geriatrics” para designá-la, agregando as palavras gregas *geronto* (idoso) e *iatro* (médico, medicina)” (GORZONI, 2017, p. 145). Devido a isto, Nascher ficou conhecido como o pai da geriatria, o qual, em 1909, publicou seu primeiro programa, três anos depois fundou a Sociedade de Geriatria de Nova Iorque, divulgando, no ano seguinte, seu novo livro



sobre a velhice, tendo encontrado muita dificuldade em achar um editor para organizar sua obra, pois o assunto ainda não era socialmente relevante.

Concomitante com a geriatria, desenvolvia-se a ciência que denominamos hoje de gerontologia. Sua principal diferença com os estudos geriátricos é que ela não estuda a velhice como patologia, mas como processo natural do envelhecimento humano. Daqui em diante, o cenário começa a mudar. Nos Estados Unidos da América (EUA), as pessoas idosas se duplicaram entre os anos de 1900 a 1930, duplicando, novamente, vinte anos mais tarde. Em meados de 1945, foi criada uma sociedade de gerontologia nos EUA e em 1946 foi editado neste ambiente o segundo periódico dedicado, exclusivamente, à velhice. A Universidade de Chicago publica em 1959 e 1960 três tratados que, até hoje, são consideradas súmulas preciosas acerca da velhice, tanto em um viés individual, como social.

Atualmente, na Contemporaneidade, em países da Ásia Oriental como China, Japão e Coreia do Norte, por exemplo, o envelhecimento é um acontecimento sacro, onde as pessoas tratam os(as) idosos(as) com obediência, admiração, respeito e cortesia. Suas experiências e, por consequência, aprendizagens acumuladas ao longo de toda a vida são valorizadas e repassadas para as novas gerações. Os jovens demonstram ter orgulho dos sacrifícios feitos pelos mais velhos em prol da criação e sobrevivência de suas famílias. Nessas culturas, em consonância com Sobrinho e Osório (2021, p. 177), “a autoridade do patriarca mantém-se com o passar dos anos e até mesmo a mulher, que sempre foi subordinada, em sua velhice, ganha poderes maiores do que os jovens masculinos, exercendo grande influência na educação dos netos”.

Para os(as) chineses(as), o cuidado com seus anciãos é uma tradição milenar, que perpassou a cronologia do tempo remoto e reverbera até a atualidade. Na China, alguns filósofos atemporais como Lao-Tsé (604 – 531 a. C.) e Confúcio (552 – 489 a. C. ) abordam a velhice como período supremo na vida do ser humano. Lao-Tsé entendia que quando nos tornamos velhos alcançamos o máximo de nossa espiritualidade, pois estaríamos próximos da libertação do corpo físico para vivermos, finalmente, nossa passagem à santidade – plano espiritual, o qual nos preparamos para vivenciá-lo durante a vida na Terra. Acerca desta evolução transcendental, Lao-Tsé acreditava que:

De acordo com o Filósofo Lao-Tsé, a velhice é reconhecida apenas no outro indivíduo humano e não em quem a vivencia, o detentor do corpo que envelhece, conectado na dimensão temporal da existência que se vislumbra a cada instante, de forma renovada, vive uma transformação, visando novos limites, no sentido de adentrar com a alma pura no mundo metafísico (da santidade), o que seria uma

evolução transcendental nesta etapa da vida (LAO-TSÉ, 2011; 2014 *apud* SOBRINHO; OSÓRIO, 2021, p. 177).

Já para Confúcio, todas as famílias devem obedecer a seus idosos(as), externalizando respeito pelas gerações mais vividas e sabidas. Ele “declarava que aos 60 (sessenta) anos o ser humano passa a compreender sem a necessidade de refletir tudo o que ouve e, a partir dos 70 (setenta) anos, o indivíduo segue os desejos de seu coração, sem violar regra alguma” (SOBRINHO; OSÓRIO, 2021, p. 177). Confúcio proferia que o processo de envelhecimento do sujeito deveria ser repleto de paz e com bastantes momentos felizes, o que acabava exigindo dos(as) adultos e dos(as) jovens uma maior afeição para com os anciãos de sua cultura, considerando que, para o filósofo chinês, não há nada mais belo no mundo do que a criação humana e a piedade filial.

No Japão, a velhice sempre seguiu a mesma perspectiva que na China, sendo considerada, desde os tempos antigos, sinônimo de sabedoria e veneração. Para os(as) japoneses(as), o envelhecer da humanidade é um acontecimento natural inerente a nossa espécie, por isso deve ser sempre estudado, avaliado, cuidado e prezado não apenas pelos governantes, mas por todo corpo social. Entretanto, é a família que tem por obrigação zelar pela vida, saúde e bem-estar de seus antecessores(as) como forma de agradecimento pelas ações passadas que garantiram a prosperidade familiar. As pessoas idosas também têm fortes influências nas organizações políticas e nos grupos sociais, principalmente, por serem consideradas como sábias.

Ao contrário dos demais países asiáticos, a Coreia do Sul tem construído uma percepção decadente do ser idoso(a) em sua sociedade. A geração grisalha, maior responsável pelo desenvolvimento do país, assim como é salientado no noticiário do jornal O Globo<sup>9</sup>, está vivendo em relativa pobreza. “Numa nação de ritmo acelerado, famosa por seus grandes empreendedores e seus grandes gastos com professores particulares e bens de luxo, metade dos idosos da Coreia do Sul são pobres, a taxa mais alta do mundo industrializado” (HARLAN; POST, 2014, n.p). Muitos desses idosos(as) vivem em bairros decaídos, outros nas filas de espera dos centros de caridade e os que apresentam as piores situações estão nas ruas revirando lixo.

A reciclagem de papel e papelão virou meio de sustento de muitos. Na Coreia do Sul, tornou-se comum ver idosos(as) abaixados recolhendo tralhas das ruas para serem vendidas ou trocadas. Antigamente, existia-se um consolidado contrato social confucionista, o qual

---

<sup>9</sup> Link da notícia divulgada pelo jornal O Globo: <https://oglobo.globo.com/mundo/na-rica-coreia-do-sul-idosos-sao-abandonados-na-pobreza-11387405>

determinava, simbolicamente, que os filhos deveriam cuidar dos pais e avós, porém, ao esvair dos séculos, essa tradição foi enfraquecendo devido à migração da população mais jovem para as cidades. Em conformidade com Harlan e Post (2014, n.p), “nos últimos 15 anos, a percentagem de crianças que pensam que devem cuidar de seus pais caiu de 90% para 37%, de acordo com pesquisas estatais”, isto diz muito sobre a concepção de idoso(a) propagada neste país no atual século.

Ainda conforme os autores, a taxa de suicídio de pessoas idosas na Coreia do Sul, mais que triplicou desde os anos 2000, resultado de nítidas negligências, da marginalização social e da escassez de apoio e políticas advindas do governo. Ser idoso(a) e morar na Coreia do Sul se tornou uma combinação mortífera para as pessoas mais desvalidas econômica e socialmente, haja vista que esse percentual atinge, em sua grande maioria, os mais pobres. Existem algumas iniciativas para amenizar o quantitativo de mortes no país, o centro de idosos de Seodaemun<sup>10</sup>, por exemplo, três funcionários trabalham em uma central telefônica para tentar impedir possíveis vítimas de suicídio, onde recebem, aproximadamente, cerca de 30 chamadas em um único dia.

Ademais, nas concepções modernas emergidas a partir do surgimento do terceiro milênio, isto é, do século XXI, no Brasil, particularmente, os(as) idosos(as) avançaram no quesito cidadania, sendo garantidos direitos essenciais para sua plena vivência em sociedade, por meio da Política Nacional do Idoso e do Estatuto da Pessoa Idosa, promulgados entre a véspera e o início do novo milênio, porém, paradoxalmente, também passam a sofrer processos de negligenciamento e marginalização social, suscitados por inúmeros fatores, seja pelo crescimento do sistema capitalista, seja pelo aumento da globalização, o que ocasionou, como salienta Bauman (2001), na liquidez da modernidade, dos tempos atuais, das relações, dos sentimentos e, sobretudo, do respeito e empatia pelo próximo.

Segundo dados oficiais do Ministério da Saúde, em 2016, o Brasil possuía a quinta maior população idosa do mundo e, em 2030, o quantitativo de pessoas idosas ultrapassará o percentual de crianças entre zero e quatorze anos de idade. Em consonância com informações do IBGE, a parcela de idosos(as) brasileiros(as) subiu para 15,1% em 2022, onde, no ano de 2012, a porcentagem era de 11,3%. Além disso, de acordo com as estatísticas da Organização Mundial da Saúde (OMS), no mundo todo, a quantidade de pessoas com idade superior aos sessenta anos chegará a dois bilhões até meados de 2050, representando, portanto, um quinto

---

<sup>10</sup> Seodaemun é um distrito da Coreia do Sul, cuja população é de 313.814 habitantes, possuindo uma área geográfica de 17,61 km<sup>2</sup>.

da população mundial, evidenciando o envelhecimento populacional não apenas do Brasil, mas de quase todos os países do mundo.

Isto, de alguma forma, mostra-nos a evidente necessidade de pensarmos e lutarmos por políticas públicas que atendam as pessoas idosas nos mais diversos âmbitos sociais, seja na educação, saúde, segurança, alimentação, previdência, lazer, entre outras esferas essenciais para uma vivência digna e de qualidade. Pudemos ver quão frágil são nossos programas de assistência aos idosos(as) com a chegada repentina da pandemia por Covid-19, sendo a comunidade mais afetada tanto na letalidade do vírus, como na ineficiência das ações advindas dos governos para atenuar a grave problemática que se instalou em todo o mundo no ano de 2020, obrigando-nos a repensar novas formas de lidar com a velhice, a senescência e a senilidade.

Dentre a população idosa, no contexto brasileiro, mais de 55% são mulheres, indicando-nos que a expectativa de vida dos homens é bem menor se comparado a longevidade das pessoas idosas do gênero feminino. Da parcela geral de idosos(as), pouco mais da metade tem renda de até dois salários mínimos<sup>11</sup>, a começar daí as dificuldades para viver dignamente, haja vista que boa parte dessa remuneração vai para as despesas com remédios, tratamentos e procedimentos médicos, os quais são resquícios de uma vida sofrida, de muitos percalços e grandes batalhas até se chegar, de fato, à velhice, acompanhados, quase sempre, de uma pesada carga de senilidade que se mostra imperdoável para aqueles(as) que tiveram um percurso vital desregrado.

Ainda é significativa a quantidade de pessoas acima dos sessenta anos de idade que trabalham em empregos formais e informais nos vários setores mercadológicos e institucionais. No entanto, conforme Paolini (2016, p. 178), a partir do instante em que essa população adentra ao mercado de trabalho “é exigida uma adequação, tanto para o idoso quanto para as organizações, referente ao processo produtivo; com isso, esses trabalhadores podem enfrentar problemas relacionados à exclusão social, visto que é uma situação difícil adaptação”. E para que isto não ocorra, medidas são necessárias para que não haja exclusão ou inferioridade das pessoas idosas em seus ambientes de trabalho, uma vez que possuem ritmo, força e coordenação motora distintas dos demais trabalhadores(as). Logo:

---

<sup>11</sup> Para ter mais informações acerca do assunto, ler o site da PUC-RS. Disponível em: <https://www.pucrs.br/blog/idosos-pobres-no-brasil/#:~:text=Em%20valores%20mensais%20de%202022,e%20Fou%20de%20pobreza%20extrema>. Acesso em: 25 de dezembro de 2023.

Diante disso, nas sociedades capitalistas do mundo globalizado, as relações de trabalho envolvendo trabalhadores idosos constituem um relevante problema que precisa ser amplamente discutido e equacionado, a fim de se diminuir a discriminação, a vulnerabilidade e a exclusão social às quais tais indivíduos estão expostos, bem como facilitar sua reinserção e permanência no mercado de trabalho (PAOLINI, 2016, p. 178).

A ausência das relações laborais somada à aposentadoria pode ser responsável pela diminuição da qualidade de vida dos(as) idosos(as). Em razão disso, faz-se importante estimular e dar oportunidades para que essas pessoas possam participar, ativamente, das mais inúmeras formas de interação social, seja através do trabalho, dos estudos, de ações voluntárias, de atividades esportivas e culturais, missões religiosas ou exercícios recreativos familiares. Outro fator de relevância basilar para que as pessoas idosas possam exercer sua cidadania é a participação nas eleições municipais, estaduais ou federais, pois, desta forma, por meio da votação popular, elas podem se sentirem sujeitos autônomos e participativos nas decisões democráticas coletivas.

De variadas maneiras, o preconceito que atinge os(as) idosos(as) faz com que a sociedade, naturalmente, ignore a velhice e supervalorize a juventude, haja vista que, em um sistema econômico capitalista, o que importa é sua capacidade laboral e a durabilidade de sua força de trabalho, fazendo com que as pessoas idosas sejam esquecidas, começando, então, aliado a outros fatores governamentais e sociais, os diversos processos de marginalização, de repulsa à velhice, de estigmatização da figura idosa e de negligência em relação as suas angústias enquanto ser humano. Por isso, começar a idealizar políticas públicas gerais para essa população, bem como pensar em novos modelos laborais, tornou-se uma urgência para quem preza por um envelhecimento saudável, dinâmico e com direitos civis e trabalhistas garantidos. Paolini (2016, p. 181), salienta que:

Diante da atual tendência de crescimento do número de idosos na população, torna-se necessário criar e tornar reais, no sistema brasileiro, políticas públicas que protejam essa geração, assegurando a sobrevivência não só deles, mas também dos trabalhadores mais jovens de hoje, já que serão os idosos de amanhã. As empresas, devido à demanda populacional atual, ao contratarem pessoas para serem seus funcionários, devem pensar nas qualidades que as pessoas mais velhas têm a oferecer e sempre manter um sistema que garanta o conforto global dos trabalhadores, inclusive daqueles prestes a se aposentar, porém, sem deixar de orientar e estimular os mais novos, visto que um dia irão também envelhecer.

A sociedade, nas últimas décadas, tem imposto uma condição de vida miserável à imensa maioria dos(as) idosos(as), onde a expressão “velho e pobre” soa redundante aos nossos ouvidos. Uma prova disto, é que a maior parte dos indigentes encontrados mortos ou

deixados sozinhos são pessoas idosas. Os(as) aposentados(as) são privados(as), subjetiva e objetivamente, dos seus momentos de diversão e descanso. “O lazer não abre ao aposentado possibilidades novas; no momento em que é, enfim, libertado das pressões, o indivíduo vê-se privado de utilizar sua liberdade” (BEAUVOIR, 2018, p. 12). Condenados(as), portanto, a vegetar na solidão solitária, a qual, não pleonasticamente, afeta a velhice, deixando-a cara a cara com a decadência humana.

Sendo assim, para que a velhice e suas particularidades sejam encaradas com maior naturalidade nos tempos atuais e, principalmente, no Brasil, deve ser iniciada uma dinâmica mais eficaz entre a população idosa e a juventude, uma vez que o desafio de incluir o(a) idoso(a) na sociedade é grande e complexo, ao envolver, pois, diversas esferas e pessoas, as quais precisam tomar consciência que a velhice é um caminho quase certo, exceto para aqueles(as) que, antes dela, encontram-se com a morte. Sair do papel de veneração para o de sujeito marginalizado, historicamente, foi uma mudança radical para os modos de conceber as pessoas idosas. Beauvoir (2018) acerta ao proferir que os humanos e sua materialidade só interessam enquanto produzem, depois são jogados fora.

Partindo para a historiografia e a cronologia das distintas percepções das pessoas idosas, percebemos que, assim como se atentou Beauvoir (2018, p. 7), “sobre a mulher, a criança, o adolescente, existe em todas as áreas uma abundante literatura; fora das obras especializadas, as alusões à velhice são muito raras”. A partir de então, tornou-se quase impossível definir um período histórico assertivo, onde tenha começado as primeiras inquietações e entendimentos acerca da velhice como estado natural humano, pois suas concepções são mal definidas, variando de acordo com as épocas, culturas, sociedades, perspectivas historiográficas e localidades as quais os(as) idosos(as) se encontraram imersos(as).

Estudar as condições das pessoas idosas por meio dos diversos momentos da história jamais será um exercício fácil, haja vista que as obras bibliográficas e documentos aos quais as ciências dispõem raramente aludem a este tema, uma vez que tais sujeitos são incorporados ao conjunto de outras literaturas. Dentre as mitologias e iconografias, a concepção de velhice aparece de vários formatos, ao depender da temporalidade e situacionalidade, mas sabemos que ela se apresenta de modo incerto, contraditório, confuso e implícito. Desta maneira, torna-se quase impossível escrever uma história da velhice cronológica e conceptivamente certa, sem equívocos ou brechas temporais, visto que a História, enquanto ciência atual e ação pretérita, implica circularidade.

Acerca do lugar da velhice entre os povos da Antiguidade, têm-se pouquíssimas informações, refinando-as para idosos(as) pobres, elas são quase inexistentes. Até meados do século XIX, não havia menções às pessoas idosas de classes subalternas, pois eram pouco numerosas. A longevidade só era viável nas camadas privilegiadas, ser um(a) idoso(a) pobre não era representativo. “A história, assim como a literatura, passa por eles radicalmente em silêncio. A velhice não é, numa certa medida, desvendada senão no seio das classes privilegiadas” (BEAUVOIR, 2018, p. 94). Houve, tal como em todas as civilizações, um forte contraste entre o destino dos(as) idosos(as) que pertenciam às elites com os que eram integrantes das massas populares.

Entretanto, apreendemos que, independente da época, a velhice nunca foi um fato estático, ela é, sobretudo, o resultado e a extensão de um processo, a qual não pode ser compreendida fora de sua totalidade, pois o envelhecimento também não é um fato, meramente, biológico, ele é um fato cultural. Ser velho(a) é estar em uma ininterrupta metamorfose, transmutando-se ao sofrer pressionamento pelos ritos, costumes e hábitos sociais. Seja para a Etnologia ou para a Biologia, porém, a velhice contribui, positivamente, na coletividade, visto que suas memórias e experiências são arcabouços de grande valia para o não esquecimento dos acontecimentos socioculturais, que os seres humanos, (in)voluntariamente, produzem.

## **2.1 Marcos legais da velhice: a Constituição Federal, a Política Nacional do Idoso e o Estatuto da Pessoa Idosa**

No Brasil, até o final da década de 1980, as pessoas idosas não possuíam uma legislação a qual garantisse, de fato, direitos essenciais para sua plena vivência em sociedade ou, pelos menos, que assegurasse garantias mínimas existenciais para este público. No entanto, a partir da promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, inicia-se uma preocupação estatal com a expansão de políticas sociais que amenize ou erradique as mais visíveis adversidades enfrentadas pela comunidade idosa brasileira, a qual, durante séculos, foi negligenciada pelo Estado que prometeu protegê-la. Mesmo com tal iniciativa, isto ainda não foi suficiente para evitar a marginalização sofrida pelos(as) idosos(as) no cenário atual, porém, desde então, passou-se a ter uma ampla atenção concernente as suas principais necessidades.

Os idosos começaram a ter maior evidência nas políticas públicas a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988. A partir desse momento, diversos estudiosos começaram a debater sobre a proteção global a essa população, fazendo com que a atenção em relação ao envelhecimento fosse abordada e discutida por meio de várias vertentes, principalmente como um assunto complexo para a formação de políticas públicas (PAOLINI, 2016, p. 179).

Na seção IV da Constituição Federal que trata sobre a Assistência Social, em seu Art. 203, inciso V, tem-se como objetivo da União “a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei” (BRASIL, 1988, n.p), onde, este serviço, será prestado ao cidadão ou cidadã que da assistência social necessitar, independentemente de ter contribuído ou não com a seguridade social. Com isso, pretende-se reduzir a vulnerabilidade socioeconômica de famílias em situação de pobreza ou extrema pobreza, principalmente, aquelas que possuem pessoas idosas em seu núcleo familiar.

Já no capítulo VII, o qual versa sobre os direitos da família, da criança, do adolescente, do jovem e do idoso, o Art. 230 assevera que “a família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida” (BRASIL, 1988, n.p). Esta garantia, de alguma forma, contribuiu na mudança conceitual do(a) idoso(a), uma vez que passou a ser enxergado como um sujeito de direitos e deveres perante a sociedade brasileira. Poucos foram os avanços desde a promulgação da Constituição Federal até a atualidade, no entanto, paulatinamente, mostraram-se significativos, ao comparar com a situação anterior em que as pessoas idosas se encontravam.

Ainda no Art. 230 da Constituição, em seu parágrafo primeiro, é assegurado ao referido público que “os programas de amparo aos idosos serão executados preferencialmente em seus lares” (BRASIL, 1988, n.p), fazendo com que as pessoas idosas não sejam separadas de suas famílias e, por vezes, consigam receber cuidado e afeto dos seus entes. O parágrafo segundo do mesmo artigo, certifica que aos idosos(as) maiores de sessenta e cinco anos seja validada a gratuidade dos transportes coletivos urbanos, para que, desta maneira, eles(as) possam gozar, livremente, do direito de ir e vir, bem como da garantia ao lazer, à recreação e ao bem-estar, dando-lhes prioridades em filas e atendimentos em estabelecimentos públicos e privados.

Todavia, tornaram-se necessárias outras leis que fossem mais efetivas na consolidação dos direitos da população idosa, viabilizando as garantias já asseguradas na Constituição



Federal, pois suas afirmativas ainda não foram o suficiente para a expansão de políticas públicas eficazes aos idosos(as). Logo, promulga-se a Lei nº 8.842, de 04 de janeiro de 1994, a qual dispõe sobre a Política Nacional do Idoso (PNI), cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências, e a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que vai dispor sobre o Estatuto da Pessoa Idosa, destinado a regular os direitos garantidos às pessoas com idade igual ou superior aos sessenta anos, as quais devem gozar de todas as garantias legais fundamentais inerentes aos cidadãos.

Conforme Alcântara (2016, p. 359-360), “em termos infraconstitucionais, a Política Nacional do Idoso (PNI) e o Estatuto do Idoso representam as principais leis ordinárias de proteção da pessoa idosa”. Estas políticas, portanto, tem suma relevância por causa de seus aportes na mudança de concepção do(a) idoso(a) na realidade brasileira. Para suas respectivas elaborações, diversas entidades civis e estatais contribuíram significativamente, tanto na idealização, como na expansão e tentativa de aplicação, com destaque para a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia (SBGG), a Associação Nacional de Gerontologia (ANG) e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

A Política Nacional do Idoso vem reafirmar o dever da família, da sociedade e do Estado em certificar os direitos do idoso, inclusive para agregá-lo na sociedade e permitir sua cooperação no meio onde vive, sem marginalização. Em 2003, o Estatuto do Idoso foi criado com o objetivo de legitimar os direitos da pessoa idosa já anteriormente assegurados, reforçando a participação e o convívio do idoso na sociedade, inclusive com outras gerações, por intermédio de meios simples e possíveis em diversas áreas, incluindo o trabalho (PAOLINI, 2016, p. 179).

No que tange à PNI, em seu Capítulo I, o artigo primeiro vai tratar acerca da finalidade desta política, a qual tem por intuito assegurar os direitos sociais das pessoas idosas, ao criar condições para promover sua autonomia, integração, inclusão, socialização e participação efetiva na sociedade. Além disso, no Art. 3º, são evidenciados os princípios que irão reger a PNI, sendo: I – a família, a sociedade e o estado têm o dever de assegurar ao idoso todos os direitos da cidadania, garantindo sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade, bem-estar e o direito à vida; II – o processo de envelhecimento diz respeito à sociedade em geral, devendo ser objeto de conhecimento e informação para todos; III – o idoso não deve sofrer discriminação de qualquer natureza; IV – o idoso deve ser o principal agente e o destinatário das transformações a serem efetivadas através desta política; entretanto, para a aplicação desta lei devem ser levadas em consideração as diferenças econômicas, sociais, regionais e as contradições entre o meio rural e o urbano brasileiro.

A Seção II da PNI versa acerca de suas diretrizes, onde, em seu artigo quarto, elas são elencadas por meio de nove incisos, dos quais destacamos quatro – I, III, VII e IX – devido seus aportes no dia a dia das pessoas idosas, quando postos em prática. O primeiro diz respeito à viabilização das formas alternativas de participação, ocupação e convívio das pessoas idosas, as quais propiciem sua inclusão às demais gerações sociais. O inciso III garante a priorização do atendimento ao idoso(a) por meio de suas próprias famílias, isto em detrimento do atendimento nos asilos, exceto para os(as) idosos(as) que seu núcleo familiar não tenha condições para garantir sua sobrevivência. Já o inciso VII, trata sobre o estabelecimento de meios os quais favoreçam a disseminação de informações e conhecimentos de caráter educativo acerca dos aspectos biopsicossociais do envelhecimento e suas especificidades.

O Art. 4º, em seu inciso IX, ainda coloca como dever do Estado, da sociedade e das famílias o apoio aos estudos e pesquisas sobre questões e problemáticas relativas ao período da velhice, ao processo de envelhecimento e as particularidades da senescência, tal como da senilidade, visto que esses assuntos foram poucos estudados ao longo dos anos, pois quase ninguém se importava com a velhice ou, sequer, com os próprios idosos(as) e suas angústias, enquanto sujeito humano, social e histórico. A partir disto, percebe-se, pois, que este direito não é garantido plenamente, haja vista a escassez de pesquisas que tratam sobre o envelhecimento, as quais sejam subsidiadas, de fato, pelos governos, sejam eles federal, estaduais ou municipais.

Por meio do ministério responsável pela assistência e promoção social, compete à União, conforme o Art. 8º, a partir de alguns dos seus incisos: I – coordenar as ações relativas à política nacional do idoso; II – participar na formulação, acompanhamento e avaliação da política nacional do idoso; III – promover as articulações intraministeriais e interministeriais necessárias à implementação da política nacional do idoso; V – elaborar a proposta orçamentária no âmbito da promoção e assistência social e submetê-la ao Conselho Nacional do Idoso. Tal proposta orçamentária deve ser construída pelos ministérios nas áreas da educação, saúde, trabalho, cultura, previdência social e esporte e lazer, visando a proposta de financiamento de programas nacionais compatíveis com a PNI.

No capítulo IV, das ações governamentais, com base no Art. 10, são delegadas as competências dos órgãos e entidades públicas na implementação da PNI, onde no inciso III correspondente à área da educação são salientadas seis delegações a serem cumpridas, sendo a adequação dos currículos, metodologias e materiais didáticos em conformidade às normativas dos programas educacionais destinados às pessoas idosas; inserção de conteúdos relacionados

ao processo de envelhecimento nos currículos mínimos e nos diversos níveis da educação formalizada, objetivando a eliminação de preconceitos e a produção eficaz de conhecimentos acerca da temática; inclusão da Gerontologia e Geriatria como componentes curriculares em cursos superiores voltados ao campo investigativo.

Além disso, ainda são delegações da área educativa, de acordo com o inciso III do Art. 10, o desenvolvimento de programas educacionais, especialmente nos meios de comunicação, para que, assim, a população obtenha informações sobre os diversos processos naturais e sociais que envolvem o envelhecimento; elaboração de programas os quais adotem a modalidade de Educação a Distância (EaD), adequando-os as condições dos(as) idosos(as); e o suporte na criação das universidades abertas para as pessoas idosas, como alternativa de universalizar o acesso às distintas formas de aprender, de ensinar, de conhecer, de participar e, sobretudo, de vivenciar esses espaços escolares, pois muitos não tiveram a possibilidade de adentrá-los enquanto jovens.

Já no inciso IV do supracitado artigo, serão explicitadas as incumbências relativas às áreas do trabalho e previdência social, cujas medidas são garantir mecanismos que impeçam a discriminação da pessoa idosa, quanto a sua participação no mundo do trabalho, seja no setor público ou privado; priorizar o atendimento do sujeito idoso nos benefícios previdenciários; criar e estimular a manutenção de programas de preparação para a aposentadoria nas esferas públicas e particulares, sob antecedência mínima de dois anos antes do afastamento. Ainda no Art. 10, o inciso VII vai tratar sobre a cultura, esporte e lazer, abordando as delegações da União referente aos idosos(as), depois são explicitados os parágrafos correspondentes ao supramencionado artigo, tal como mostro a seguir:

VII – na área de cultura, esporte e lazer:

- a) garantir ao idoso a participação no processo de produção, reelaboração e fruição dos bens culturais;
- b) propiciar ao idoso o acesso aos locais e eventos culturais, mediante preços reduzidos, em âmbito nacional;
- c) incentivar os movimentos de idosos a desenvolver atividades culturais;
- d) valorizar o registro da memória e a transmissão de informações e habilidades do idoso aos mais jovens, como meio de garantir a continuidade e a identidade cultural;
- e) incentivar e criar programas de lazer, esporte e atividades físicas que proporcionem a melhoria da qualidade de vida do idoso e estimulem sua participação na comunidade.

§ 1º É assegurado ao idoso o direito de dispor de seus bens, proventos, pensões e benefícios, salvo nos casos de incapacidade judicialmente comprovada.

§ 2º Nos casos de comprovada incapacidade do idoso para gerir seus bens, ser-lhe-á nomeado Curador especial em juízo.

§ 3º Todo cidadão tem o dever de denunciar à autoridade competente qualquer forma de negligência ou desrespeito ao idoso (BRASIL, 1994, n.p).

Logo, compreendendo seus principais aspectos, convém salientar que a Política Nacional do Idoso mostrou ser de enorme relevância para o enfrentamento aos estigmas e discriminações enfrentados pelas pessoas idosas. Segundo Alvarenga e Lobato (2023, p. 140), “a Política Nacional do Idoso (PNI) – promulgada em 1994 e vigente até a atualidade – representou um grande avanço nas políticas para o envelhecimento. Seu objetivo principal é garantir os direitos sociais para pessoas idosas”. Com ela, inúmeras garantias foram sendo conquistadas aos poucos, a velhice ganhou mais espaço nas discussões sobre políticas públicas, o envelhecimento virou alvo de pesquisas de grandes centros e o(a) idoso(a), apesar de ainda ser marginalizado(a), ganhou uma nova perspectiva vital.

A PNI serviu para deixar claro que o processo de envelhecer é responsabilidade de toda a sociedade, a qual deve produzir e consumir conhecimentos e informações acerca deste período da estadia humana. A referida política completará trinta anos em 2024, no entanto ainda temos muito que avançar na garantia dos direitos prescritos em sua integralidade, pois é notório como pouquíssimas incumbências foram postas em prática até o presente momento. No quadro abaixo, Alvarenga e Lobato (2023) com base nas análises de Giacomini (2016) apresentam doze principais problemas relacionados à aplicabilidade da Política Nacional do Idoso, sendo:

**Quadro 4:** Os doze principais problemas referentes à aplicação da PNI.

<b>PROBLEMAS RELATIVOS À APLICABILIDADE DA PNI</b>	
I	A falta de coordenação da PNI por um órgão específico que perpassasse diferentes períodos governamentais com metas de curto, médio e longo prazos, para que não ocorram descontinuidades de ações nos três níveis governamentais e consequente fragilização da política;
II	A tolerabilidade social e jurídica em relação ao descumprimento da PNI;
III	A falta de estruturação da administração pública (equipamentos específicos de complexidades diversas para o cuidado deste segmento etário, profissionais bem treinados, inclusão do tema da velhice na educação, planos executáveis com monitoramento eficiente da PNI, recursos financeiros para as ações estruturantes);
IV	A dificuldade em pautar as discussões sobre o envelhecimento e a PNI nos fóruns, conselhos e políticas sociais setoriais não pertinentes ao segmento idoso;
V	A carência de recursos orçamentários nos três níveis de governo para dar suporte à garantia de direitos e proteção da velhice brasileira;
VI	A ausência de diálogo e superposição de ações em nível intersetorial, além da dificuldade de entendimento sobre a autonomia da pessoa idosa por parte de algumas autoridades governamentais, que buscam centralizar ações em nível pessoal para ganhos políticos e que, muitas vezes, provocam descontinuidades nas políticas públicas;
VII	O desrespeito às decisões e recomendações das conferências nacionais da pessoa idosa;

VIII	A fragilidade dos conselhos de direitos nos três entes federativos para o controle democrático e garantia de direitos;
IX	A visão negativa sobre a velhice (etarismo) que perpassa a sociedade em geral;
X	A percepção do envelhecimento como gastos e custos para a Seguridade Social;
XI	A cultura de passividade política, que proporciona, grosso modo, a espera de soluções paternalistas do governo federal, contrapondo-se à participação democrática;
XII	A falta de planejamento previdenciário de médio e longo prazo para atender as demandas já previstas, geradas pelos dados demográficos desde o início da década de 1990 no século passado.

**Fonte:** Elaborado por Alvarenga e Lobato (2023) a partir de Giacomini (2016).

A promulgação do Estatuto do Idoso, atualmente Estatuto da Pessoa Idosa, veio corroborar a Política Nacional do Idoso, haja vista as dificuldades enfrentadas na implementação desta última. Em seu conteúdo, o estatuto elenca uma série de assuntos setoriais transversais, a fim de garantir, plenamente, os direitos basilares dos(as) idosos(as) no Brasil, elucidando todas as questões que englobam o envelhecimento humano e suas nuances. De modo geral, nota-se que os(as) legisladores(as) tiveram o cuidado de abordar no referido estatuto as temáticas concernentes à velhice de forma ampla, intersetorial, sistêmica e interdisciplinar, objetivando localizar e atender às necessidades mais evidentes das pessoas com idade igual ou superior aos sessenta anos de vida.

Para a cartilha do Pacto Nacional de Implementação dos Direitos da Pessoa Idosa (PNDPI), “nesse sentido, o Estatuto do Idoso é o diploma norteador para os gestores públicos formularem as políticas mais adequadas para assegurar os direitos da pessoa idosa” (BRASIL, 2020, n.p). Será com base nesta lei que a União, estados e municípios deverão elaborar suas políticas públicas para que sejam aplicadas e possuam resultados eficazes, os quais sejam percebidos a curto, médio e longo prazo. Estas iniciativas têm por obrigação, no que tange as pessoas idosas, preservar a sua saúde física e mental, bem como seu aperfeiçoamento moral, intelectual, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade, tornando-os(as), então, sujeitos de direitos.

Em seu Art. 3º, das disposições preliminares, o estatuto ressalta que é obrigação literal da família, da comunidade, da sociedade e do poder público garantir à pessoa idosa, com prioridade absoluta, o asseguramento do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária, para que, desta forma, os(as) idosos(as) possam gozar de benefícios os quais, outrora, foram-lhe negados. Além do mais, a parágrafo primeiro do artigo citado acima, explicita que a garantia de prioridade vai compreender a destinação privilegiada

de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à pessoa idosa; a garantia de acesso à rede de serviços de saúde e de assistência social locais; e prioridade no recebimento da restituição do Imposto de Renda.

Já o parágrafo segundo do Art. 3º, ainda explica que entre as pessoas idosas, é assegurada prioridade especial aos maiores de oitenta anos, atendendo sempre suas necessidades, preferencialmente, em relação aos demais idosos(as). O artigo 4º garante que “nenhuma pessoa idosa será objeto de qualquer tipo de negligência, discriminação, violência, crueldade ou opressão, e todo atentado aos seus direitos, por ação ou omissão, será punido na forma da lei” (BRASIL, 2003, n.p). Este tópico, porém, traz em seu texto ações que, infelizmente, estão no campo da idealização, pois poucas ou quase nenhuma das incumbências afirmadas acontecem, de fato, em nosso cotidiano, ao compreendermos que a grande maioria dos(as) idosos(as) são negligenciados(as) de variadas maneiras em suas interações e relações com a sociedade.

O Capítulo I do Estatuto da Pessoa Idosa, que trata sobre o direito à vida, vai afirmar, no Art. 8º, que o envelhecimento é um direito personalíssimo e a sua proteção um direito social, nos termos desta lei e da legislação vigente. O direito à liberdade compreende inúmeros aspectos, assim como é salientado no parágrafo primeiro do Art. 10, sendo eles: faculdade de ir, vir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários, com exceção das restrições legais; opinião, expressão e livre arbítrio de ideias e pensamentos; crença, culto religioso e fé de sua escolha; prática de esportes, brincadeiras e diversões; participação na vida familiar e comunitária, assim como desejar; contribuição na vida política, conforme queira; opção de buscar refúgio, auxílio e orientação quando lhe for necessário.

O direito ao respeito, de acordo com o parágrafo segundo do artigo anterior, consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral, englobando a manutenção da imagem, da identidade, da autonomia, de valores, idéias e crenças, dos espaços e dos objetos pessoais dos(as) idosos(as). Dando continuidade, o parágrafo terceiro elucida que é obrigação de todos(as) cuidar da plena dignidade da pessoa idosa, colocando-a a salvo de quaisquer tratamentos desumano, estigmatizante, violento, humilhante, aterrorizante, constrangedor ou vexatório, visto que tais condutas para com esta comunidade se considera crime, cabível de punição severa conforme rege a lei, com pena prevista de seis meses a um ano de detenção e, por vezes, multa.

Concernente à alimentação e sustento, o estatuto é claro ao proferir que se a pessoa idosa ou seus familiares não possuem condições econômicas para o provimento do seu sustento, impõe-se ao poder público, no âmbito da assistência social, essa delegação, segundo

o Art. 14 da referida legislação. No que diz respeito à saúde, é assegurado(a) ao idoso(a) atenção integral à saúde por intermédio do Sistema Único de Saúde (SUS), garantindo-lhe o acesso universal e igualitário, articulando-se conjunta e continuamente às ações e serviços, as quais englobem a prevenção, a promoção, a proteção e a recuperação da saúde, incluindo, também, a atenção especial às doenças que afetam, majoritariamente, essa parcela da população, tal qual está explícito no Art. 15 desta lei.

Desta forma, para que a precaução e a manutenção da saúde do(a) idoso(a) seja efetivada, serão tomadas medidas conforme elenca, em seus incisos, o parágrafo primeiro do Art. 15: I – cadastramento da população idosa em base territorial; II – atendimento geriátrico e gerontológico em ambulatórios; III – unidades geriátricas de referência, com pessoal especializado nas áreas de geriatria e gerontologia social; IV – atendimento domiciliar, incluindo a internação, para a população que dele necessitar e esteja impossibilitada de se locomover, inclusive para as pessoas idosas abrigadas e acolhidas por instituições públicas, filantrópicas ou sem fins lucrativos e eventualmente conveniadas com o poder público, nos meios urbano e rural; V – reabilitação orientada pela geriatria e gerontologia, para redução das sequelas decorrentes do agravo da saúde.

No tocante à educação, cultura, esporte e lazer, correspondente ao Capítulo V do Estatuto da Pessoa Idosa, o público alvo, em consonância com o Art. 20, tem direito a processos educacionais, manifestações culturais, prática do esporte, momentos de lazer, atividades de diversões, espetáculos, produtos e serviços que respeitem sua peculiar condição etária. O artigo posterior definirá que o poder público deve criar oportunidades de acesso e permanência da pessoa idosa na educação escolar, em suas mais diversas etapas, observando as adequações dos currículos, as pertinências metodológicas e a elaboração do material didático específico aos programas educacionais destinados a este público, que requer um maior cuidado devido suas particularidades.

Em relação aos cursos especiais para as pessoas idosas, eles incluirão conteúdos relacionados às técnicas de comunicação, computação e demais avanços tecnológicos, para sua integração à vida moderna, assim como estabelece o parágrafo primeiro do Art. 21. Esta garantia se mostra de ampla relevância, ao considerar o contexto que os(as) idosos(as) estão inseridos, um mundo tecnológico, onde as novas tecnologias se tornaram uma extensão do corpo humano e modificaram as políticas de funcionamento de todas as esferas da vida pública e privada do ser humano. Os recursos tecnológicos também vêm mudando, aos poucos, os espaços escolares, trazendo novas propostas educativas e dando uma nova

roupagem aos processos de ensino e aprendizagem, os quais, atualmente, são mediados, quer queiramos ou não, por tecnologias modernas.

Um das partes da supracitada legislação que salienta, de fato, a importância das pessoas idosas para todos os indivíduos, enquanto sujeitos históricos e de identidades próprias, é o parágrafo segundo do ainda Art. 21, pois, em seu texto, assegura-se os(as) idosos(as) a participação nas comemorações de caráter cívico ou cultural, para transmissão de conhecimentos e vivências às demais gerações, no sentido da preservação da memória e da identidade cultural de seus povos, etnias e gerações. O Art. 24 também traz um direito essencial às pessoas idosas, garantindo que os meios de comunicação mantenham espaços ou horários especiais, com finalidades informativa, educativa, artística e cultural acerca do processo de envelhecimento.

No Art. 25 é abordada uma questão que sua centralidade perpassa pelos debates suscitados nesta dissertação, isto é, a garantia de uma educação desenvolvida ao longo e ao largo da vida. No texto, evidencia-se que “as instituições de educação superior ofertarão às pessoas idosas, na perspectiva da educação ao longo da vida, cursos e programas de extensão, presenciais ou a distância, constituídos por atividades formais e não formais” (BRASIL, 2003, n.p). Na prática, esses cursos são oferecidos nas Universidades Abertas à Maturidade (UAMA), as quais, nos mais distintos estados da federação brasileira, vêm desenvolvendo um trabalho exemplar na inclusão e mediação de novos conhecimentos as pessoas idosas matriculadas nestas instituições, que, na grande maioria das vezes, estão vinculadas a outras universidades estaduais e federais.

Referente à moradia, em consonância com o Art. 37, a pessoa idosa tem direito a moradia digna em meio à família biológica ou substituta, porém, caso esteja desacompanhada de seus familiares, quando assim o desejar, poderá residir em instituição pública ou privada de acolhimento. Estes estabelecimentos de atendimento aos idosos(as), de acordo com o parágrafo segundo do supramencionado artigo, ficam obrigados a manterem identificação externa visível, sob pena de interdição, além de atender toda a legislação pertinente necessária para o pleno funcionamento de suas atividades. Ainda, no parágrafo posterior, ressalta-se que as instituições que abrigarem estas pessoas são incumbidas a manter padrões de habitação compatíveis com as necessidades delas, bem como provê-las com alimentação regular e higiene, ações que devem estar de acordo com as normas sanitárias, sob as penas da lei.

No quesito transporte, o Capítulo X, Art. 39, garante aos maiores de sessenta e cinco anos o direito à gratuidade nos transportes coletivos públicos urbanos e semi-urbanos, exceto nos serviços seletivos e especiais, quando prestados, paralelamente, aos serviços regulares.



Sendo assim, o estatuto desburocratiza a aquisição da gratuidade nos transportes públicos de uso coletivo, sendo necessário ao idoso(a) apresentar apenas documentação pessoal que comprove sua idade. Entretanto, para que houvesse, verdadeiramente, a efetivação deste direito “deveria haver uma maior fiscalização do poder público nas empresas de transporte, tendo em vista que, muitas vezes, este direito é desrespeitado, ficando a critério dos empresários ofertá-lo ou não” (FERREIRA; TEIXEIRA, 2014, p. 170).

Do acesso à justiça, Título V e Capítulo I do estatuto, é assegurada primazia na tramitação dos processos e procedimentos e na realização dos atos e diligências judiciais em que figure como parte ou interveniente pessoa com idade igual ou superior aos sessenta anos, seja em qualquer instância, localidade ou núcleo, assim como assevera o Art. 71. Tal prioridade, estabelecida no parágrafo terceiro do artigo mencionado, estende-se aos processos e procedimentos na Administração Pública, estabelecimentos e empresas prestadoras de serviços públicos e instituições voltadas ao financeiro, bem como ao atendimento preferencial junto à Defensoria Pública da União, dos Estados e do Distrito Federal no tocante aos serviços de assistência judiciária. (BRASIL, 2003, n.p).

A discriminação contra a pessoa idosa é crime, conforme dita o estatuto em seu Art. 96, proferindo que discriminar o(a) idoso(a), impedindo ou dificultando seu acesso a operações bancárias, aos transportes públicos, ao direito de contratar seja por qualquer outra via ou instrumento necessário ao exercício da cidadania, por razões inerentes à idade, será motivo de aplicação de pena – reclusão de seis meses a um ano e multa. Sob os efeitos desta mesma pena incorre quem desdenhar, humilhar, menosprezar ou discriminar a pessoa idosa, independentemente do motivo, e a pena será aumentada em um terço se a vítima se encontrar sob os cuidados ou responsabilidade do agente, objetivando diminuir com os casos de violência doméstica contra os(as) idosos(as) e as negligências advindas pelos próprios familiares.

Portanto, considera-se que o Estatuto da Pessoa Idosa consagrou a velhice como um direito da personalidade, sendo atribuído ao Estado e seus cidadãos e cidadãs o dever de cuidar dos(as) idosos(as), especialmente, por serem mais suscetíveis a abalos psíquicos, físicos e sociais, de modo que tais ações os(as) protejam e garantam a efetivação de suas diversas garantias, sejam elas de personalidades ou de realizações vitais (TANAKA, FERMENTÃO, 2016). Outros direitos são, explicitamente, assegurados pelo referido estatuto, o qual garante o acesso pleno à educação, saúde, esporte, cultura, lazer, bem-estar, ir e vir, entre inúmeras outras delegações elucidadas em seus títulos, capítulos, artigos, incisos e parágrafos.

De modo geral, a Constituição da República Federativa do Brasil, a Política Nacional do Idoso e o Estatuto da Pessoa Idosa foram grandes aportes na mudança conceitual da figura idosa, visto que tais legislações garantiram, em sua estrutura, direitos básicos e essenciais para indivíduos que, até pouco tempo, eram tratados como indigentes ou apêndices em suas famílias. Salientamos, todavia, que ainda existe muita marginalização e negligência quando nos retratamos as pessoas idosas, porém ressaltar os avanços adquiridos até o presente momento, possibilita-nos refletirmos sobre esse percurso histórico-social e estimularmos a luta por uma velhice saudável, digna e de qualidade, haja vista que todos(as), caso tenhamos sorte, chegaremos a este período inerente à condição humana.

## **2.2 O envelhecimento sob as ópticas da Educação ao Longo da Vida e da Educação Popular: ressignificando trajetórias**

Os debates sobre Educação ao Longo da Vida devem ser suscitados a partir dos referenciais da Educação Popular (GADOTTI, 2016). Logo, com base neste pensamento, cabe-nos discutir o envelhecimento sob a óptica da Educação ao Longo da Vida, embasado nas principais obras e categorias da Educação Popular, ao levar em consideração que as duas perspectivas teórico-práticas prezam por um envelhecimento saudável, consciente, autônomo, crítico e ativo, em que a pessoa idosa seja sujeito de sua própria prática educativa, a qual a emancipe enquanto indivíduo histórico e social. Para a melhor compreensão deste raciocínio, serão apresentadas as epistemologias de ambas as concepções, haja vista a necessidade de, concomitantemente, discerni-las e assemelhá-las.

Utilizada como sinônimo de Educação Permanente ou de Aprendizagem ao Longo da Vida, a Educação ao Longo da Vida tem diversas especificidades que a diferenciam das perspectivas anteriores, por isso a importância de reafirmar a opção de trabalhar, nesta dissertação, com o conceito de Educação, em vez de Aprendizagem ou Educação Permanente, mesmo compreendendo que todas possuem um único objetivo, isto é, uma educação contínua que aconteça ao longo da vida. Convém salientar, no entanto, que para chegarmos ao entendimento do termo que iremos debater, torna-se necessário a historicização destas categorias, uma vez que é a partir dos debates sobre Educação Permanente que surgem as discussões acerca de uma educação desenvolvida durante toda a trajetória vital do ser humano, independentemente de sua condição econômica, social e etária.

Segundo Gadotti (1980), do final da década de 1960 até a atualidade, o fenômeno da Educação Permanente tem atraído olhares e análises de diversos(as) estudiosos(as) da

educação, no geral. Embora, há mais de meio século, já existisse um movimento educacional que prezasse por uma educação fora dos muros escolares, da formalidade curricular e dos limites geracionais, é a partir dos anos sessenta que surgem os primeiros estudos e escritas com rigorosidade epistemológica pelas redondezas dos Estados Unidos da América e da Europa acerca da referida temática. Entretanto, começa a ser desenvolvida pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), em conjunto com o Conselho da Europa, com a Organização para a Cooperação no Desenvolvimento Econômico (OCDE) e com o Banco Mundial, a ideia de uma Educação Permanente desideologizada, ou seja, neutra.

Começa, então, pelos(as) teóricos(as) de uma perspectiva crítica de educação, como o caso do próprio Moacir Gadotti, o combate a este ideário da UNESCO que trazia uma Educação Permanente dita sem ideologias, para que, deste modo, fosse capaz de apresentar um projeto educacional que possuísse a capacidade de adaptação a todos os sistemas políticos e educativos do mundo, desconsiderando os aspectos socioeconômicos. Tornou-se imprescindível, portanto, mostrar que a Educação Permanente também tinha um discurso ideológico, haja vista a impossibilidade de conceber uma educação neutra, assim como também salienta Freire (2018, p. 96) ao afirmar que “neutra, ‘indiferente’ a qualquer destas hipóteses, a da reprodução da ideologia dominante ou a de sua contestação, a educação jamais foi, é, ou pode ser”. A educação é, sobretudo, um ato político, crítico, estético, ético, reflexivo, dialógico e ideológico.

De modo geral, a ideia de Educação Permanente ainda está em constante avanço, atravessada por uma ambiguidade conceitual. Em seu percurso histórico, podem ser observadas três fases distintas, sendo: a primeira, considerada uma mera expressão utilizada como sinônimo da educação de adultos, especialmente, no que tange à formação profissional continuada; a segunda, em consonância com Furter (1972), tida como uma fase utópica, fazendo uma integração de todas as atividades educativas e objetivando uma transformação radicalizada do sistema educacional como um todo; a terceira e mais atual, suscitada sob o termo de Educação Permanente, visa a operacionalização do conceito, abordando outros projetos possíveis, novas experiências e iniciativas que se distinguiram da originalidade do conceito desenvolvido inicialmente.

Todavia, há quem tenha sido crítico das questões pregadas pela Educação Permanente, Illich e Verne (1975), por exemplo, denunciaram o discurso e a prática da *Lifelong Education*, em tradução, da Educação Permanente, por considerar o lema da escola por toda a vida uma armadilha, ao tê-la como uma “educação interminável”, chegando a acusá-la de promover a

ideologia da escolarização, isto é, reduzindo a educação em sua amplitude à educação escolar. De acordo com os(as) referidos(as) autores(as), a Educação Permanente e todos seus ideais educativos promoviam, de modo amplo, a infantilização da vida humana e dos processos educativos. Para Gadotti (2016), tais atitudes prolongavam, durante toda uma vida, a concepção de educação da infância.

Concernente à ideia de Aprendizagem ao Longo da Vida, sabe-se que é uma expressão recente para uma preocupação remota, visto que, conforme Gadotti (2016, p. 1), “pode-se dizer que, deste[sic] Aristóteles, a educação tem sido entendida como permanente, integral, e que se dá ao longo de toda a vida. Este é um princípio básico da pedagogia e existe praticamente em todas as culturas”. Por outro lado, no âmbito nacional, há uma preferência em utilizar o termo Aprendizagem no lugar de Educação, pois, assim, tira-se a responsabilidade do Estado, enquanto órgão responsável pelo fornecimento obrigatório e gratuito da educação para todos(as), quer seja educação escolar formal às crianças, jovens, adultos(as) e idosos(as), quer seja na perspectiva ao longo da vida, tal qual assegura a Constituição Federal de 1988, em seu Art. 206, inciso IX, o qual traz “a garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida” (BRASIL, 1988, n.p).

No que se refere à expressão Educação ao Longo da Vida surge, pela primeira vez, na Inglaterra, em um documento oficial de 1919, relacionado à formação profissional dos trabalhadores(as). Indubitavelmente, ela ganha força com a ascensão das discussões sobre Educação Permanente, na época, utilizadas como sinônimos. Ao passar dos anos, a Educação ao Longo da Vida vai ganhando uma dubiedade, tornando-se chão de uma disputa semântica. De acordo com Joaquim, Oliveira e Pesce (2021, p. 69), de um ângulo, teremos a Educação ao Longo da Vida sob uma perspectiva “humanista, crítica, vinculada à busca pela construção de uma sociedade democrática. Esta noção remonta a própria relação entre a vida e a educação”, articulando a educação como um todo nas variadas esferas da vida em sociedade e indo além dos ambientes formais de aprendizagem.

Por outra óptica, teremos uma Educação ao Longo da Vida emergida a partir do avanço do neoliberalismo, a qual se encontra vinculada à racionalidade econômica e à teoria do capitalismo. “A crise do Estado de bem-estar social na Europa dá origem às orientações oficiais de organismos multilaterais para o desenvolvimento de políticas educativas cada vez mais atreladas aos interesses econômicos” (JOAQUIM; OLIVEIRA; PESCE, 2021, p. 69). Com isso, resulta-se na cooptação do conceito de Educação ao Longo da Vida e na responsabilização demasiada dos sujeitos pelo seu próprio processo formativo, orientando-os

para a produção de vantagens e garantias competitivas no mercado global do sistema capitalista.

A Educação ao longo da vida perdeu sua característica de ser uma educação voltada para a participação e para a cidadania como, de alguma forma, encontrava-se no Relatório Edgar Faure. Aos poucos, a referência deixou de ser a cidadania para se focar nas exigências do mercado. Com amparo na teoria do capital humano, a aprendizagem passa a ser uma responsabilidade individual e a educação, um serviço, e não um direito. Esse “*ethos*” mercantil deslocou a educação para a formação e para aprendizagem. A visão humanista, inicial, foi substituída, nas políticas sociais e educativas, por uma visão instrumental, mercantilista, apesar de declarações em contrário (GADOTTI, 2016, p. 3).

Portanto, podemos afirmar que, independentemente da perspectiva que a expressão Educação ao Longo da Vida esteja vinculada, tem-se uma concepção de envelhecimento saudável e consciente, em que a educação deve estar presente de diversas formas nesta etapa da estadia humana. Para Ireland (2019), pautadas nestas perspectivas, a educação é um processo o qual nos acompanha ao longo e ao largo de toda a nossa vida, seja em quaisquer idades, fases e/ou funções vitais do ser humano. Na velhice, a Educação ao Longo da Vida também se faz presente de inúmeros modos, pois “a ELV é um conceito profundamente democrático e participativo porque implica o acesso de todas as pessoas a processos educativos ao longo da vida/em qualquer momento da vida possuindo implicações políticas fortes com a mudança” (IRELAND, 2019, p. 51).

Acerca da perspectiva da Educação Popular, com base em Jara (2020), é perceptível que os percursos das práticas e processos dessa educação, em sua vertente bidimensional, caracterizam-se por ser um fenômeno sociocultural, intimamente ligado à história da América Latina, do Caribe e seus povos. Ela também acaba sendo uma concepção de educação que está em constante aperfeiçoamento. As propostas de Educação Popular sempre estarão relacionadas ao estímulo consciente e crítico de processos emancipatórios de mudança social, desenvolvidas nos mais diversos contextos e direcionadas às classes marginalizadas, tal qual as pessoas idosas. Sobre a gênese dos processos de Educação Popular, Jara (2020, p. 206) diz que:

Os processos de Educação Popular surgiram, portanto, sempre diversos e multifacetados, como parte da necessidade de responder ativamente e de forma propositiva aos desafios da[sic] cada contexto e momento histórico, e influenciados pelos marcos de referência dos diversos contextos teóricos e os projetos de sociedades com os quais se vincularam. Essa permanente dinâmica de “reinvenção” de si mesmos é uma característica própria dos processos de Educação Popular, devido precisamente à integralidade com que se relacionam seus componentes e

sentidos éticos, políticos e pedagógicos na busca por contribuir com a transformação social e cultural de cada época.

Deste modo, o paradigma da Educação Popular latino-americana demonstra ter consistência o suficiente para servir de referencial na construção de sistemas educativos alternativos, tal qual poderá ser fonte de inspiração para idealizarmos outras maneiras de fazer educação, principalmente, para aqueles(as) que foram negligenciados, excluídos ou esquecidos pelo Estado na estruturação de políticas educacionais específicas, tal como pela academia no que tange aos estudos em prol dos esfarrapados(as), a exemplo das pessoas idosas. Em consonância com Jara (2020, p. 215), “os processos de Educação Popular estiveram desde sempre vinculados à aspiração democrática de satisfazer o direito a uma educação de qualidade acessível a todas as pessoas, em distintos períodos históricos [...]”.

Segundo Machado (2012, p. 152), a Educação Popular “constitui-se um paradigma educativo sistematizado por Paulo Freire que visa contribuir com o processo de conscientização e mobilização das classes subalternas, a partir de uma teoria referenciada na realidade [...]”. Portanto, ela deve ser compreendida, antes de tudo, a partir de sua vinculação com a história dos povos da América Latina e do Caribe, nos seus mais distintos e diversos processos de organização coletiva, de lutas, de mobilização, de participação, de defesa de sua própria identidade e dos seus direitos individuais e coletivos, pois é isso que a Educação Popular tem representado para os povos dessa região, uma educação que luta pelos oprimidos, bem como foram e ainda são as pessoas idosas.

### **3 EDUCAÇÃO AO LONGO DA VIDA, EDUCAÇÃO POPULAR E O LETRAMENTO DIGITAL DE PESSOAS IDOSAS: entre eles e contradições**

A relação entre Educação ao Longo da Vida, Educação Popular e o Letramento Digital de pessoas idosas é atravessada por diversas convergências que se integram e suscitam novas formas de pensar a sociedade, englobando, de modo geral, seus avanços, mudanças e descobertas. Pensar nesse elo requer um posicionamento crítico e reflexivo acerca das especificidades locais, situacionais, culturais, econômicas e geracionais que perpassam essa ligação e suas adjacências. Dialeticamente, atentar-se para as contradições presentes nesta simetria, tem sido crucial para o desenvolvimento do diálogo entre as partes e o desencadeamento de sua potencial força modificadora, estabelecida, portanto, quando são unificadas e postas em prática.

A interseccionalidade conceitual, emergida a partir da Educação ao Longo da Vida e da Educação Popular, permite-nos ampliar o debate acerca da usabilidade efetiva das tecnologias modernas no cotidiano das pessoas idosas. A educação pensada para ser desenvolvida ao longo de toda a vida nutre a ideia de uma velhice ativa, independente e senescente. Já o modelo educativo pautado na perspectiva da Educação Popular, além de corroborar os ideais anteriores, traz, intrinsecamente, em suas práticas, categorias que empoderam o(a) idoso(a) enquanto sujeito social, possuidor(a) de direitos, deveres e habilidades, bem como detentor(a) de uma criticidade capaz de modificar, mesmo que de forma sutil e paulatina, a realidade na qual esteja inserido(a), apoiando-se, sobretudo, em ferramentas que propiciam uma possível amenização das injustiças e desigualdades socioeconômicas.

O Letramento Digital, gradativamente, consolidou-se como competência necessária para o desenvolvimento de práticas sociais não apenas das pessoas idosas, mas de todos(as) os indivíduos que vivem em sociedade. Entretanto, tornou-se, também, essencial a tomada de consciência acerca das contradições presentes na esfera tecnológica, haja vista a desenfreada expansão dos instrumentos digitais sob o viés mercadológico do capitalismo, o qual enxerga, na proliferação das novas tecnologias, uma potente arma de dominação e controle social que tem aumentado o abismo econômico entre a sociedade, tornando os ricos mais ricos e os pobres mais pobres. Sendo assim, compreendemos que na mesma proporção que o sistema capitalista produz riqueza, ele também produz pobreza, principalmente, no mundo, cada dia mais, globalizado.

### 3.1 Educação Popular: historicidade, categorias e subsídios para o debate

No Brasil, as primeiras discussões acerca do Movimento de Educação Popular surgem em meados da década de 1940 (COLESEL; LIMA, 2010). A gênese deste movimento ocorre devido ao contexto social marcado pela expansão aligeirada das grandes indústrias e do nacionalismo, o que ocasionou no crescimento da industrialização e, também, dos centros urbanos, isto tudo, ainda, aliado à conturbada conjuntura política e econômica da época, marcada por sua imersão no projeto Nacional-desenvolvimentismo. Conforme Gonçalves (2011, p. 1), “o Nacional-desenvolvimentismo (ND) pode ser conceituado, de forma simplificada, como o projeto de desenvolvimento econômico assentado no trinômio: industrialização substitutiva de importações, intervencionismo estatal e nacionalismo”.

Vivia-se, além disso, o fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), onde todo o mundo sentia os efeitos de seus desdobramentos, principalmente, por envolver a maioria das nações e ter feito mais de 60 milhões de vítimas. Sua principal causa foi o expansionismo da Alemanha nazista, bem como a exacerbação do militarismo, visto que estava reduzido a cem mil soldados de infantaria, limitados como castigo após o final da Primeira Guerra Mundial. A expansão germânica sucedeu em três etapas distintas, sendo, a princípio, realizada a invasão e anexação da Áustria, isto é, o Anschluss de 1938; no ano seguinte, os alemães proclamaram interesse em apoderar-se dos Sudetos, região da Checoslováquia, conseguindo realizar tal operação; por último, veio a anexação da Polônia, que, anteriormente, pertencia aos alemães e aos russos. Estas ações reverberaram em diversas nações, inclusive no Brasil.

Adiante, acerca dos movimentos da Educação Popular, nos anos de 1950, a esquerda brasileira dá abertura as articulações, passando a agregar movimentos populares dos bairros, professores(as) de instituições públicas e líderes políticos regionais progressistas, objetivando adentrar na luta por uma educação pública, de qualidade, gratuita e para todos(as). Em consonância com Colesel e Lima (2010, p. 2), é a partir de 1960 que a Educação Popular, enquanto movimento coletivo de resistência e reivindicação, vem propor junto às classes populares:

[...] um trabalho de conscientização e politização desenvolvendo Campanhas de Alfabetização de Jovens e Adultos e expandindo as escolas primárias. Surgem também os Movimentos de Cultura Popular, apoiados ideologicamente pelo ISEB, que se inserem nos bairros urbanos, praças públicas, nas Universidades, sindicatos, enfim em, toda a massa popular utilizando-se da arte, literatura, teatro, cinema e vários outros instrumentos de mobilização.



São emergidas, neste contexto, as relevantes contribuições de Paulo Freire (1921-1997), estudioso que sistematizou as experiências de Educação Popular, onde ficou conhecido como um dos principais nomes da área. Suas vivências, enquanto professor alfabetizador de jovens, adultos(as) e idosos(as) trabalhadores(as), serviram-lhe como base para a construção de suas teorias e métodos de ensino e aprendizagem. Sempre preocupado com o desenvolvimento da consciência crítica das massas populares e, especialmente, dos oprimidos, Freire (2019, p. 80) rechaçava práticas educativas bancárias e tecnicistas, haja vista que “desta maneira, a educação se torna um ato de depositar, em que os educandos são os depositários e o educador, o depositante”.

Freire (2019) preconizava uma educação libertadora e problematizadora, aquela que possuísse a capacidade de estimular nos sujeitos o pensamento crítico e a percepção das injustiças e desigualdades sociais presentes em seus arredores, para que, deste modo, eles pudessem se tornar propulsores de suas próprias mudanças. Fazia-se necessário, então, o desenvolvimento de práticas educativas que superassem a visão bancária de educação e estimulassem o diálogo como elemento principal do fazer sociopedagógico. “Para manter a contradição, a concepção ‘bancária’ nega a dialogicidade como essência da educação e se faz antidialógica; para realizar a superação, a educação problematizadora – situação gnosiológica – afirma a dialogicidade e se faz dialógica” (FREIRE, 2019, p. 95).

Transformar o mundo por intermédio de pessoas atravessadas pelos processos educativos emancipadores era uma das utopias mais reais que o pernambucano pregava. Nas palavras de seu amigo, Gadotti (2007, p. 22) lembra que “Paulo era muito otimista, acreditava nas pessoas e as estimulava, com suas palavras, ao engajamento e à luta por um outro mundo possível. Repetia, muitas vezes, que o mundo é possibilidade, não é fatalidade”. Sendo assim, imersa nesta perspectiva, a Educação Popular ganhava forma, suas práticas passaram a ser sinônimos de luta e resistência a favor dos oprimidos, as quais batalhavam pelo direito educacional das populações marginalizadas e propagavam o ideário da educação libertadora freiriana, uma vez que, segundo Gohn (2013), Paulo Freire é a síntese deste paradigma.

Os postulados freireanos tiveram um papel fundamental na atividade educativa gerada pelas atividades político-organizativas nos anos 70 e parte dos anos 80. Foi um período em que, na América Latina em geral, e no Brasil em particular, a EP se tornou sinônimo de movimento social popular, pois a principal estratégia educativa utilizada, a conscientização, situava em uma mesma linha de objetivos a prática política e os processos de aprendizagem. E essas duas ações se articulavam em um plano de ação política. Nos anos 70, este plano teve um espaço privilegiado para seu desenvolvimento, a saber: as ações das comunidades eclesiais de base cristãs. [...] A

EP era vista como parte integrante do processo organizativo das classes e camadas populares, desenvolvida pela Igreja, clero, facções políticas novas (que deram origem ao PT – Partido dos Trabalhadores), e não somente uma tarefa dos partidos e sindicatos (GOHN, 2013, p. 35-36).

Corroborando a ligação direta entre Freire e a Educação Popular, Fávero (2013, p. 53) ressalta que “deve-se lembrar, em primeiro lugar, a significativa presença das ideias e do modo de agir de Paulo Freire nos movimentos de educação popular que tiveram grande expressão no início dos anos 1960”. Estas ideias se direcionaram, principalmente, pelo desenvolvimento do sistema de alfabetização, idealizado na tentativa de superar as práticas pedagógicas alfabetizadoras tradicionais e pela expansão das práticas formativas realizadas dentro dos sindicatos urbanos e rurais, assim como em meio às ações de luta das Ligas Camponesas, as quais estavam em fase de formação na época de tais acontecimentos. Puderam contar com iniciativas da Campanha de Educação Popular da Paraíba (CEPLAR) e de Centros Populares de Cultura (CPC’s).

De modo geral, a fim de conseguir uma nítida conceitualização, destaca-se que a Educação Popular “*ha sido sobre todo un dispositivo pedagógico en el sentido de desarrollar acciones cognitivas y con carácter político-educativo, teniendo como foco los sectores menos favorecidos de la sociedad*” (LEITE, 2020, p. 7). Todavia, ainda conforme o autor (Ibidem), tem se proliferado dentro das discussões acerca da EP um discurso sobre exclusão restrito a fatores econômicos, porém é válido salientar que tais processos excludentes vão além das esferas econômicas e de poder, principalmente no século XXI. Diversos motivos estão atrelados às ações de exclusões presentes na atual sociedade capitalista, a qual produz pobreza e desigualdade com a mesma intensidade que produz riqueza. Ressaltando um contexto latino-americano, Jara (2020, p. 4) diz que:

*Una expresión de lo señalado anteriormente, es que vivimos hoy en América Latina una desigualdad creciente en términos de condiciones económicas, sociales, políticas y culturales, lo cual refleja un claro retroceso en cuando a la calidad democrática. Cuando hablamos de democracia tenemos que pensar en democracia económica, en democracia social, en democracia cultural y esos niveles de desigualdad y exclusión que vivimos expresan cada vez más relaciones antidemocráticas, autoritarias, discriminatorias y excluyentes.*

Para Jara (2020), quando falamos de Educação Popular estamos debatendo algo que sempre deve ser compreendido de acordo com seus espaços sociais e contextos históricos em que suas práticas são desenvolvidas. Por esta razão, não podemos discutir Educação Popular como um processo único, homogêneo ou uniforme, haja vista que é necessário, quando nos referimos a esta temática, mencioná-la como “processos de Educação Popular”, de forma

pluralizada, assemelhando-se ao seu público plural, diverso, multicultural e com particularidades específicas. Estes processos de EP na América Latina estão sempre vinculados aos exercícios de organização, participação e construção de uma sólida democracia.

A democracia nestes países, entretanto, tem se apresentado de modo desgastada, por isso a importância da mobilização dos movimentos sociais e da Educação Popular. Jara (2020, 2) nos alerta que a democracia foi “*reducida a un momento electoral que está totalmente penetrado por la mercantilización comercial y la manipulación mediática e informática, la base real de representatividad ha quedado desgastada*” e, ainda, não estão sendo, sequer, consideradas as ações de construção de uma participação coletiva efetiva diante dos processos democráticos permanentes. Logo, necessita-se, cada vez mais, da criação de uma identidade, de espaços comuns de comunhão e solidariedade para que, então, a partir da Educação Popular, possa ser criada uma sociedade justa e equitativa (JARA, 2020).

Na perspectiva de Pini (2012), a EP sob o conceito de práxis social é entendida como uma educação não institucionalizada, a qual ocorre dentro, com e pelos grupos populares, determinada, pois, por sua aproximação com a realidade apresentada e sua compreensão histórica dos sujeitos. Existe, também, uma parcela dos(as) educadores(as) imersos na concepção crítica da Educação Popular que tem salientado a possibilidade de financiamento das práticas educativas populares pelo Estado, alegando que o Governo tem por obrigação fornecer educação digna, gratuita e de qualidade para todos(as), tendo em vista ser um direito garantido pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, que em seu artigo 205 expressa esta garantia.

Desenvolve-se na sociedade para se contrapor ao projeto educacional dominante. Por isso, é adotada em diferentes contextos, principalmente pelos movimentos sociais do campo e da cidade. Há a defesa, por parte do movimento pela escola pública, gratuita, laica e de qualidade, que a Educação Popular se transforme em uma educação também financiada e oferecida pelo poder do Estado, a serviço dos interesses e projetos das classes populares (PINI, 2012, p. 1).

Além disto, Mejía (2006) resgata algumas das contribuições da Educação Popular, especialmente, para os povos latino-americanos, destacando que tal formato educacional construiu uma especificidade da ação educativa com grupos sociais subalternizados; desenvolveu uma forma de poder nas práticas educacionais que tinham como característica central a construção com base nas práticas sociais dos indivíduos; articulou práticas pedagógicas fundamentadas nos contextos reais e na colaboração para a ação libertadora e

transformadora, estabelecendo, então, novas bases à atividade política pedagógica; contribuiu com as práticas de sistematização de experiências e estabeleceu espaços na crítica educacional, forjando outros olhares para suas causas.

Dentro do campo teórico, metodológico, empírico e filosófico da Educação Popular também vai haver o desenvolvimento de algumas categorias conceituais que ganham notoriedade no cerne dos movimentos sociais e subsidiam os debates acadêmicos até os dias atuais. A categoria Autonomia, por exemplo, elucidada, principalmente, por Freire (2018), diz respeito ao processo gradativo e contínuo de percepção das potencialidades de si e do outro, antes minimizadas pelos sujeitos sociais. Ter autonomia é, sobretudo, ter discernimento do estado em que o indivíduo se encontra e, a partir de então, suscitar uma tomada de consciência crítica acerca do mundo e das relações a sua volta, pois “é com ela, a autonomia, penosamente construindo-se, que a liberdade vai preenchendo o ‘espaço’ antes ‘habitado’ por sua dependência” (FREIRE, 2018, p. 91).

Sabe-se que esta categoria muito diz sobre a constante busca pela independência humana, não somente em seu aspecto econômico, pois essa questão depende de outros fatores socioculturais, mas, sobretudo, uma independência de pensamentos, de posicionamentos e de prismas. A Emancipação humana está, intrinsecamente, relacionada com a autonomia do sujeito. Paludo (2015, p. 220) evidencia o elo entre a Educação Popular e a categoria Emancipação:

A concepção de Educação Popular (EP) como campo de conhecimento e como prática educativa se constituiu em exercício permanente de crítica ao sistema societário vigente, assim como de contra-hegemonia ao padrão de sociabilidade por ele difundida. Construída nos processos de luta e resistência das classes populares, é formulada e vivida, na América Latina, enquanto uma concepção educativa que vincula explicitamente a educação e a política, na busca de contribuir para a construção de processos de resistência e para a emancipação humana, o que requer uma ordem societária que não seja a regida pelo capital.

No que tange à Educação Popular, enquanto campo de investigação científica, tem-se percebido, nos últimos anos, a expansão de seus objetos de estudo e sua aproximação com debates multiculturalistas. Questões referentes às pessoas idosas, indígenas, quilombolas, ciganas e entre outras comunidades excluídas ganharam destaque nos espaços acadêmicos e, conseqüentemente, nas pesquisas em Educação Popular, suscitando novos debates e evidenciando a necessidade de desenvolver, cada vez mais, um paradigma educativo que preze não apenas pela tomada de consciência dos sujeitos oprimidos social e culturalmente,

mas, sobretudo, que estimule o desenvolvimento da criticidade e dos processos de emancipação humana.

Há quem idealize, também, outros modos de pensar e fazer Educação Popular. Leite (2016), por exemplo, tem discutido em suas obras a importância de evitar o caráter reprodutivista da área, contestando a mera louvação dos(as) teóricos(as) pioneiros da EP e a banalização das citações de suas respectivas teorias. Logo, buscar outros(as) estudiosos(as) com produções inovadoras e trazê-las para subsidiar novas formulações no campo teórico-metodológico da Educação Popular, aliando-as, entretanto, com as colaborações dos clássicos, tornou-se exercício basilar para superar as dicotomias presentes no referido paradigma, fazendo com que, a partir de então, sejam pensadas e efetuadas, para além dos trabalhos científicos, práticas educativas que supram as reais necessidades educacionais das classes populares.

A Educação Popular, portanto, quer seja prática social, política e educativa, quer seja espaço de produção do conhecimento popular e científico, auxilia-nos a assimilar as exigências contemporâneas concernentes às novas demandas da esfera educacional. Até aqui, a EP tem nos possibilitado refletir acerca de alguns mecanismos de amenização das desigualdades educacionais e, por consequência, sociais. Alternativas para a inserção de pessoas idosas dentro dos espaços físicos e virtuais da sociedade, tal como das instituições de ensino, são algumas das inúmeras preocupações dos(as) pesquisadores(as) imersos neste campo, haja vista a urgente demanda de inclusão deste público excluído e marginalizado. Em sua grande maioria, os(as) idosos(as) tiveram seus direitos negados e seus processos de sociabilidades negligenciados.

### **3.2 O Letramento Digital como prática social no cotidiano das pessoas idosas: contribuições da Educação ao Longo da Vida e da Educação Popular para a autonomia e o combate à desinformação**

Para que se possa compreender o que vem a ser Letramento Digital (LD), torna-se essencial, antes de tudo, a conceitualização do termo Letramento e, anterior a isto, a definição de Alfabetização. Partindo de uma perspectiva histórica acerca da alfabetização escolar no Brasil, percebe-se um trajeto de constantes modificações conceituais, concepcionais e metodológicas. Na atualidade, estas mudanças também têm se apresentado em diversos momentos e em variados contextos, principalmente, depois da ascensão das novas tecnologias digitais na educação e do fortalecimento do modelo educativo híbrido, suscitado no período

temporal pós-pandêmico. Os processos de alfabetização, portanto, sejam de crianças, jovens, adultos(as) ou idosos(as), estão demonstrando inúmeras problemáticas, as quais têm dificultado as práticas alfabetizadoras.

No intuito de melhor esclarecer o conceito, Soares (2004, p. 97) nos evidencia que a alfabetização é “entendida como a aquisição do sistema convencional de escrita”, isto é, o desenvolvimento dos mecanismos de codificação e decodificação. Porém, ao longo do tempo, novos sentidos estavam sendo atribuídos à alfabetização, considerando que alfabetizar ultrapassava a ação de ensinar a ler e escrever, perpassando, pois, pela interpretação e utilização do sistema alfabético nas atividades cotidianas. Logo, outro conceito precisava ser criado para nomear estas ações, haja vista que o termo Alfabetização não poderia ser estendido a tal modo. Surge, então, a terminologia Letramento, a qual vai nominar as práticas que extrapolam o ato alfabetizador, mas que, até os dias atuais, ainda é confundida ou empregada como sinônimo de alfabetização.

A insuficiência desses recursos para criar objetivos e procedimentos de ensino e de aprendizagem que efetivamente ampliassem o significado de alfabetização, alfabetizar, alfabetizado, é que pode justificar o surgimento da palavra letramento, consequência da necessidade de destacar e claramente configurar, nomeando-os, comportamentos e práticas de uso do sistema de escrita, em situações sociais em que a leitura e/ou a escrita estejam envolvidas. Entretanto, provavelmente devido ao fato de o conceito de letramento ter sua origem em uma ampliação do conceito de alfabetização, esses dois processos têm sido frequentemente confundidos e até mesmo fundidos (SOARES, 2004, p. 97).

Acredita-se que essa confusão terminológica se dê por causa do significado de Letramento ter tido sua gênese a partir do conceito de Alfabetização. Dessa maneira, a interpretação de letramento pode ser compreendida como o desenvolvimento de comportamentos e habilidades no que tange à utilização competente e significativa da leitura e da escrita nas práticas sociais do dia a dia (SOARES, 2004). Ademais, tornou-se basilar manifestar que, mesmo sendo considerados como processos distintos, a alfabetização e o letramento, na atualidade, são indissociáveis e interdependem um do outro. O ato alfabetizador só irá adquirir acepção quando for desenvolvido na esfera das atividades socioculturais de escrita e leitura, quer dizer, em um âmbito de múltiplos letramentos, em que este, por sua vez, só poderá se desenvolver por intermédio da aprendizagem do sistema alfabético (de)codificador.

Existem diversos letramentos presentes nas práticas cotidianas da sociedade. Para Rojo (2010, p. 26), “práticas de letramento ou letradas são, pois, um conceito que parte de uma visada socioantropológica. Tem-se de reconhecer que são variáveis em diferentes

comunidades e culturas”. É válido considerar que na mesma proporção em que os contextos são variados, as práticas e os eventos de letramentos que neles circulam também são. Assim sendo, passa-se a pluralizar o conceito de letramento, trocando a expressão “letramento” por “letramentos”, ao considerá-los múltiplos, sendo chamados, também, de multiletramentos. De acordo com Rojo (2010), em menção ao Grupo de Nova Londres, o prefixo “multi” pode ser direcionado para duas ópticas: “a multiplicidade de linguagens e mídias nos textos contemporâneos e a multiculturalidade e diversidade cultural”.

Nesse ponto de vista, propõe-se conceber os letramentos múltiplos como centralidade no processo de ensino e aprendizagem, pois os usos e práticas de linguagem que se realizam em um mundo globalizado se interpenetram no espaço escolar e caracterizam-no como um lócus de práticas de letramentos e também o extrapolam (MAGALHÃES, 2013, p. 4).

É extrapolando as práticas dos letramentos escolares que vão emergindo novas formas de letramentos, conforme as necessidades da sociedade tecnológica e multicultural. Modelos de letramentos raciais, letramentos literários, letramentos midiáticos, letramentos geracionais ou, até mesmo, letramentos digitais têm ganhado espaço nas esferas socioculturais da humanidade e aumentado a procura por outras práticas letradas, recorrendo-as quase sempre como mecanismos de atualização das porvires e contínuas demandas do corpo social. Os diversos letramentos se tornaram necessidades urgentes para o pleno convívio na sociedade globalizada e interconectada, a qual tem demandando, continuamente, o domínio de novas habilidades e competências.

O Letramento Digital, portanto, surge no centro destas necessidades. Em conformidade com Buzato (2006, p. 16), entende-se por Letramento Digital as práticas sociais conscientes que além de se apoiarem entre si, também se “entrelaçam e apropriam mútua e continuamente por meio de dispositivos digitais para finalidades específicas, tanto em contextos socioculturais geograficamente e temporalmente limitados, quanto naqueles construídos pela interação mediada eletronicamente”. Isto é, o LD diz respeito às práticas letradas que envolvem o uso das tecnologias digitais nas ações cotidianas, sejam essas atividades desenvolvidas em circunstâncias pessoais, profissionais, acadêmicas ou lazeres habituais.

Freitas (2010), sob uma visão mais ampla, descreve sua compreensão de Letramento Digital, apreendendo-o como “o conjunto de competências necessárias para que um indivíduo entenda e use a informação de maneira crítica e estratégica, em formatos múltiplos, vinda de variadas fontes e apresentada por meio do computador-internet” (p. 339), capacitando o

sujeito a alcançar seus objetivos, os quais, muitas vezes, são compartilhados coletivamente no meio social e cultural. Para a autora, o LD vai além do uso mecânico dos aparelhos digitais nas atividades cotidianas, ele perpassa a categoria da conscientização e da criticidade, ao considerar que estes elementos são essenciais para os usuários que utilizam as tecnologias em suas práticas letradas.

Na perspectiva de Moreira (2012, p. 3), o Letramento Digital “na realidade, consiste em saber utilizar esses recursos [tecnológicos] para aplicá-los no cotidiano, em benefício do próprio usuário”. Ou seja, vai mais adiante do que a simples utilização passiva e massiva das tecnologias modernas, o LD, pois, necessita da apropriação destes aparatos pelo sujeito, apoderando-se, de modo crítico e consciente, de suas funcionalidades, seja para uso pessoal individual ou para uso coletivo em prol de uma determinada comunidade, haja vista que “a pessoa letrada digitalmente é capaz de usar e entender informações vindas de vários suportes digitais, ou seja, o letrado digital tem habilidade de usar essa nova tecnologia a fim de proporcionar uma melhoria em sua qualidade de vida” (MOREIRA, 2012, p. 4).

Concernente às pessoas idosas serem letradas digitalmente, esta habilidade tem se mostrado, cotidianamente, inescusável, pois propicia ações inclusivas e ameniza os efeitos causados nos(as) idosos(as) por serem excluídos(as) das rotinas e vivências sociais. Corroborando Joaquim, Oliveira e Pesce (2021, p. 83), “a inclusão e o letramento digital do idoso podem ser importante estratégia de mitigar, ao menos em parte, a perversidade que oprime e exclui os que envelhecem”. Sabe-se que as pessoas idosas sofrem diversos tipos de exclusões e estas adversidades não se restringem apenas à esfera tecnológica, visto que, ao desdobrar dos tempos, tornou-se possível perceber os inúmeros episódios de marginalização da velhice e de aversão as suas particularidades.

A exclusão social e digital do idoso insere-se em um contexto marcado por um processo histórico colonial de segregação de grupos sociais. São os idosos da classe trabalhadora, idosos negros, idosos indígenas, idosos migrantes e imigrantes e mulheres idosas que mais sofrem com a exclusão, por fazerem parte de uma sociedade que, além de ser centrada na produtividade do mais jovem no mercado de trabalho, também deslegitima os discursos e papéis sociais de suas minorias (JOAQUIM; OLIVEIRA; PESCE, 2021, p. 82-83).

Dessa forma, convém destacar a relevância do Letramento Digital para este público, a fim de que se evite a exclusão social, educativa e informacional das pessoas idosas, esta última, denominada de info-exclusão. Em elucidação, “nesse contexto, a info-exclusão é uma forma de desigualdade social, quando impede o acesso das pessoas idosas a um conjunto de benefícios socioeconômicos [...]” (NEVES, 2018, 9). Ser info-excluído(a) diz respeito às



peessoas que não usufruem de acesso à internet; às que não possuem aparelhos tecnológicos; às que não dominam os recursos digitais; às que têm acesso limitado ou às que não são letradas digitalmente. Este tipo de impasse tem impacto direto na qualidade de vida e nos processos de sociabilidades dos sujeitos idosos(as).

Entretanto, ter acesso total às informações não garante uma inclusão digital plena ou um processo de aquisição significativo do conhecimento, haja vista que temos nos esbarrados em duas grandes problemáticas: a primeira é a transformação das informações em conhecimentos, tendo em vista que isto tem se revelado um grande desafio para a sociedade informacional; a segunda é o combate à desinformação, principalmente, pela proporção que as informações/notícias falsas podem tomar quando difundidas por vias midiáticas. É do entendimento de uma grande parcela da população que os indivíduos mais afetados com tais desserviços são os(as) idosos(as). Por isso, a urgência do debate acerca do Letramento Digital enquanto elemento basilar na conversão da informação em conhecimento válido e no enfrentamento à desinformação, alicerçado, sobretudo, em uma perspectiva crítica de educação, para que, então, sejam afloradas nas pessoas idosas princípios de autonomia.

A partir de então, começa-se a pensar na Educação ao Longo da Vida, em diálogo com a Educação Popular, enquanto ferramentas essenciais para desenvolvimento autônomo da pessoa idosa, estimulando a criticidade destas e as preparando para os confrontos contra as *fakes news*. O LD, sob essas perspectivas educativas, pode propor uma visão mais ampla acerca dos acontecimentos mundanos e uma maior perspicácia na verificação da autenticidade das notícias que circulam nos espaços virtuais e pessoais do cotidiano. Isto interfere, diretamente, na construção da autonomia dos(as) idosos(as), tendo em vista a possibilidade de propiciar um panorâmico fluxo de navegação no *ciberespaço* e um eficiente domínio das plataformas e aplicativos digitais utilizados nas ações do dia a dia.

Segundo Joaquim e Pesce (2017, p. 192), “toda ação para inclusão digital, cujo objetivo seja inserir os sujeitos na cibercultura a fim de emancipá-los e de desequilibrar as relações de poder na sociedade, deve ser pensado como um movimento de classe, um movimento libertador”. Fazer com que as pessoas idosas, grupo subalternizado historicamente, tornem-se letrados digitalmente é, antes de tudo, um ato de luta e resistência, em que, embasados na Educação Popular, pode-se chegar a uma forma de organização social coletiva, inclusiva e não etarista, visto que a Educação Popular, ultimamente, também tem se direcionado para:

Um aspecto inerente da Educação Popular no século XXI é o uso das TIC no contexto educacional. Torna-se necessário refletir sobre essa temática quando o assunto é a inclusão digital, tendo em vista o impacto provocado pelo seu uso na configuração da sociedade atual. No presente momento, os celulares já são populares a ponto de que quase todos têm acesso a um aparelho [...] (FRANZEN; SILVA, 2020, p. 6).

A Educação na perspectiva ao Longo da Vida corrobora a concepção supracitada, ao considerar que “especialmente quando compreendido na perspectiva humanista e crítica da educação ao longo da vida, a inclusão e o letramento digital são potencialmente capazes de contribuir para a construção de uma sociedade democrática” (JOAQUIM; OLIVEIRA; PESCE, 2021, p. 70). Tratando-se de democracia, compreende-se que para alcançarmos uma sociedade em que seus cidadãos e cidadãs vivam democraticamente, precisa-se ofertar igualdade de oportunidades e condições de acesso para todos(as). Sem quaisquer tipos de restrições ligadas aos aspectos sociais, culturais, regionais, econômicos, étnicos, religiosos, etários, de escolaridade ou de gênero.

Portanto, esquematizar alternativas para o combate à desinformação, principalmente, direcionadas ao público idoso, deve ser uma tarefa de responsabilidade estatal, bem como da sociedade civil, pois a propagação de notícias falsas impacta não apenas as pessoas vetustas, mas todos os sujeitos que estão imersos e vivenciando a era informacional. A Educação ao Longo da Vida juntamente com a Educação Popular são paradigmas educacionais que poderão subsidiar estas práticas de enfrentamento às *fakes news*, haja vista serem perspectivas educativas teórico-práticas que estimulam a criticidade dos sujeitos e possibilitam a construção ativa da autonomia de diversos grupos marginalizados, como é o caso das pessoas idosas, população principal deste estudo.

### **3.3 As adequações mercadológicas na produção de recursos tecnológicos para os(as) idosos(as) e as contradições no sistema capitalista**

Ao esvair dos tempos, principalmente, devido à Revolução Industrial, inúmeras foram as modificações sofridas pelas instalações fabris e pelos meios de produção, de modo geral. A partir da segunda metade do século XVIII, inicia-se, na Inglaterra, o período de constantes transformações industriais e tecnológicas, espalhando-se pelo mundo e expandindo o desenvolvimento das indústrias, o que cooperou para a formação do sistema capitalista. A construção da máquina a vapor foi considerada o ponto de partida da revolução. Neste contexto histórico, também surgem as organizações sindicais, que reivindicavam soluções

para os baixos salários, as jornadas exaustivas de trabalho e as recorrentes explorações contra o proletário.

A grande Revolução Industrial começou a acontecer a partir de 1760, na Inglaterra, no setor da indústria têxtil, a princípio, por uma razão relativamente fácil de entender: o rápido crescimento da população e a constante migração do homem do campo para as grandes cidades acabaram por provocar um excesso de mão-de-obra nas mesmas. Isto gerou um excesso de mão-de-obra disponível e barata – que permitiria a exploração e a expansão dos negócios que proporcionarão a acumulação de capital pela então burguesia emergente. Isto tudo, aliado ao avanço do desenvolvimento científico – principalmente com a invenção da máquina a vapor e de inúmeras outras inovações tecnológicas proporcionou o início do fenômeno da industrialização mundial (CAVALCANTE; SILVA, 2011, p. 2-3)

As grandes e pequenas fábricas tiveram que se adequar as diferentes demandas advindas de uma sociedade, crescentemente, tecnológica e, cada vez mais, consumista. Logo, tornou-se necessário a superação da manufatura pela maquinofatura, pois a produção fabril da época era manufatureira, isto é, o processo produtivo ocorria manualmente e o(a) trabalhador(a) efetuava suas obrigações através de suas habilidades artesanais. Com a chegada das máquinas e a progressiva demanda do mercado, ficou nítido que a técnica manual não era suficiente para suprir as exigências do novo corpo social. Por isso, a produção passou a ter o suporte da maquinofatura, caracterizada pelo auxílio das máquinas nos trabalhos em que antes eram realizados, única e exclusivamente, pelos humanos possuidores de capacidades artístico-manuais.

Tais avanços desencadearam incontáveis mudanças nas formas organizacionais, políticas, econômicas e, até mesmo, culturais da sociedade. A globalização, causada por esta e outras revoluções, interconectou distintas nações e foi intensificada pós Terceira Revolução Industrial. Este fenômeno diz respeito, sobretudo, a integração das esferas mundiais devido aos progressos nas áreas da comunicação e do transporte. A sociedade globalizada contribui para o capitalismo financeiro, ao promover irreversíveis alterações na economia internacional e na organização laboral. Vale destacar que os processos globalizantes não se proliferaram homoganeamente pelos territórios, pondo à margem uma significativa parcela da população e se mostrando perversa para aqueles(as) que não possuem poder aquisitivo, isto é, o capital.

Conforme Portilho e Sousa (2014, p. 2), “as inovações tecnológicas havidas no século XVIII e XIX beneficiaram o sistema capitalista, que, por sua vez, estimulou o desenvolvimento da tecnologia como consequência de investimentos realizados”. O capitalismo, enquanto sistema socioeconômico vigente, apresenta-se, permanentemente, perverso, tal qual a globalização. Impulsionado pela expansão das tecnologias, este sistema se

perpetua até os dias atuais e alimenta os devaneios dos neoliberais, os quais, fielmente, pregam os ideários e as utopias capitalistas. A Revolução Industrial, a Tecnológica e o Capitalismo estão, intrinsecamente, relacionados como nos evidencia Cavalcante e Silva (2011, p. 1):

É pertinente enfatizar que a Revolução Industrial, ocorrida na Inglaterra no século XVIII foi o grande precursor do capitalismo, ou seja, a passagem do capitalismo comercial para o capitalismo industrial. É fascinante, como a revolução industrial mudou a vida das pessoas daquela época e como até hoje seus reflexos continuam transformando o nosso dia a dia com a revolução tecnológica. A quem diz que a Revolução industrial foi Revolução tecnológica da época.

Esta revolução tecnológica também tem feito com que o mercado produtor de tecnologias se adapte às novas demandas emergidas na atual sociedade. A particularidade das pessoas idosas, em exemplo, vem movimentando este ambiente e fazendo com que as grandes empresas tecnológicas fabriquem aparelhos e desenvolvam ferramentas, as quais possibilitem a inserção dos(as) idosos(as) no ciberespaço. No entanto, convém destacar que estes mercados não estão preocupados com a inclusão deste público marginalizado em si, seus objetivos, pois, são sempre direcionados à acumulação do capital, haja vista que o sistema capitalista sempre impulsiona o consumo desenfreado das mercadorias não duráveis, feitas para serem substituídas de modo recorrente, embora, nas últimas décadas, isto tenha avançado ininterruptamente.

Na atualidade, pode-se ver diversos recursos tecnológicos sendo idealizados para atenderem algumas específicas necessidades dos(as) consumidores(as) idosos(as). Os celulares têm sido um dos aparelhos com mais adequações relativas à usabilidade destas pessoas. O ObaSmart 3, por exemplo, é um celular com diversas adaptações, as quais visam uma fluida navegação pela população idosa. Sua responsável é a empresa nacional Obabox, fundada em Belo Horizonte – Minas Gerais em 2004 e que, em consonância com o site CanalTech<sup>12</sup> (2023), está inserida no setor de varejo on-line, ou seja, o e-commerce, ganhando notoriedade com a venda de tecnologias de fabricação própria, enfocadas na acessibilidade e “inclusão” da terceira idade.

A Obabox, em 2021, foi vendida a empresa Multilaser, atualmente denominada de Multi, tornando-se uma das unidades de negócios da instituição. Além das vendas on-line de serviços e produtos, a Obabox também fornece a possibilidade de televendas, facilitando os processos de compras, principalmente, para os(as) clientes idosos(as) que apresentam algumas

---

<sup>12</sup> Disponível em: <https://canaltech.com.br/empresa/obabox/> Acesso em: 22 de dezembro de 2023.

dificuldades no uso pleno das tecnologias digitais. O supracitado ObaSmart 3 é um dispositivo fabricado especialmente para os(as) idosos(as), pois possui uma interface simples, com letras avantajadas e uma maneira simplificada de navegação, objetivando facilitar a comunicação de seus clientes, os quais, por vezes, foram e ainda são excluídos da esfera comunicacional.

**Imagem 1:** Celular ObaSmart 3.



**Fonte:** Site Zoom (2023).

Suas funcionalidades são apresentadas por meio de iconografias, trazendo uma leitura intersemiótica por meio dos símbolos, das figuras, das imagens e dos sons presentes na tela do celular, os quais direcionam seus navegantes para funções específicas. Este formato de *layout* traz uma particularidade nestes tipos de *smartphones* que potencializa seu uso pelos sujeitos idosos, considerando que para utilizá-los o usuário não precisa ser obrigatoriamente alfabetizado e letrado digitalmente, pois é possível, a partir da assimilação iconográfica, reconhecer as ferramentas e manuseá-las de modo intuitivo. Todavia, não são todos os aparelhos que propiciam essa fluidez na navegação, o supramencionado celular é idealizado, exclusivamente, para essas finalidades.

Outro exemplo de tecnologia digital fabricada com exclusividade para as pessoas idosas é o Smart Idoso, também da empresa Multilaser. Este aparelho possui sistema android, ideal para as pessoas idosas, por possuir ícones grandes e de fácil utilização, bem como o ObaSmart 3, ambos os celulares são alternativas para as pessoas que apresentam dificuldades no uso das tecnologias, porém não querem se desconectar do mundo virtual. O Smart Idoso

tem tela de 6,5 polegadas, reconhecimento facial, sensores de proximidade, sensores de luz ambiente, acelerômetro, Sistema de Posicionamento Global, ou melhor, *Global Positioning System* (GPS) e cartão de memória, facilitando, então, o manuseio de suas funções por aqueles(as) que não são tão habilidosos(as) com tais recursos.

**Imagem 2:** Celular Smart Idoso.



**Fonte:** Site Mercado Livre <sup>13</sup>(2023).

Existe, ainda, perfis e canais nas redes sociais que auxiliam as pessoas idosas com dicas e tutoriais de como utilizar as ferramentas encontradas nos aparelhos celulares. O perfil do *Instagram*, @super.sobrinho<sup>14</sup>, comandado por seu idealizador Diogo Lopes, ensina o público com mais de sessenta anos de idade a realizarem suas atividades virtuais em seus aparatos tecnológicos, sem, necessariamente, a ajuda de alguém. Além de sua conta na plataforma do *Instagram*, Diogo possui um canal no *YouTube*<sup>15</sup>, onde também posta vídeos ensinando aos idosos(as) como navegar com facilidade pelos seus celulares e resolverem suas pendências cotidianas, que, geralmente, só conseguiriam solucionar com o suporte de algum familiar.

Em ambos os perfis, o criador de conteúdo digital propicia aos idosos(as) uma aprendizagem significativa, mediando conhecimentos acerca de agendamentos para pagamentos de boletos por aplicativos; diferenciação entre pagamentos e transferências;

<sup>13</sup> Disponível em: <https://produto.mercadolivre.com.br/MLB-3376027569-celular-idoso-tela-grande-128gb-android-simplificado-smart-JM> Acesso em: 24 de dezembro de 2023.

<sup>14</sup> Disponível em: <https://www.instagram.com/super.sobrinho?igsh=YzVkODRmOTdmMw==> Acesso em: 25 de dezembro de 2023.

<sup>15</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/@super.sobrinho> Acesso em: 25 de dezembro de 2023.

manuseamento do *Instagram* e do *Facebook*; localização de pessoas pelas redes sociais; agendamentos de compromissos nas agendas digitais; colagens de fotos e criações de álbuns; adição de contatos no *WhatsApp*; utilização de aplicativos como *Uber*, *Google Drive*, *Google Maps*, entre outros. Estas informações que, posteriormente, transformam-se em conhecimentos têm se mostrado de grande valia para o público idoso que deseja executar esses tipos de atividades de maneira individual, autônoma e independente. Ensinar a fazer tem mais significado do que fazer por eles(as), haja vista que estimula o empoderamento nestas pessoas.

Portanto, ainda que tais avanços busquem integrar os(as) idosos(as) ao mundo tecnológico, contraditoriamente, também os(as) incluem na lógica do consumo exacerbado do capitalismo globalizado. Por este motivo, é preciso nos atentar para a inclusão digital das pessoas idosas e seus respectivos letramentos, sem perder de vista os ganhos e os riscos desse processo, suas contradições como um todo e suas especificidades, o que “significa reconhecer que somos condicionados, mas não determinados [...] que o futuro é problemático e não inexorável”. (FREIRE, 2014, p. 131).

#### **4 A RELAÇÃO DAS IDOSAS COM O LETRAMENTO DIGITAL: a realidade do Grupo Viver Bem do Centro de Referência de Assistência Social do município de Pilõesinhos – PB**

*“Velho não está morto não, visse?! Velho está vivo e velho precisa saber das coisas também” (GIRASSOL, 2023).*

Epigrafando a fala de uma das entrevistadas desta pesquisa, iniciamos este capítulo evidenciando um discurso que vai muito além da marginalização sofrida pelas pessoas idosas, haja vista que este enunciado diz respeito, sobretudo, à opressão e exclusão vivenciadas, diariamente, por esta parcela da população. De maneira não hiperbólica, tampouco militante, torna-se, urgentemente, necessário salientar que a sociedade, principalmente, a capitalista, faz questão de invisibilizar os sujeitos que, aparentemente, não servem para exploração e venda da força de trabalho. O Estado, por sua vez, também contribui com essa perversidade sádica, ao não propiciar melhores condições e qualidade de vida para os(as) idosos(as), visto que, na prática, não tem garantido seus direitos fundamentais expressos em diversas legislações, as quais só servem de mero adorno burocrático para alimentar a utopia de um Estado eficaz.

Desta forma, a fim de entender as particularidades das idosas, sujeitos da pesquisa, em relação ao uso e manuseio dos celulares e das tecnologias digitais, faz-se fundamental elucidar as diferenças socioculturais das vivências interioranas, as quais diferem das experiências de idosos(as) que vivem nos grandes centros urbanos. Descreveremos, a seguir, as especificidades do local em que estas entrevistadas estão imersas. O município de Pilõesinhos fica localizado na mesorregião do Agreste paraibano e microrregião de Guarabira. Atualmente, com as novas mudanças no campo geográfico, utilizamos as nomenclaturas de região imediata de Guarabira e região intermediária de João Pessoa. De acordo com o IBGE<sup>16</sup>, o bioma da cidade é a Caatinga e o índice de arborização das vias públicas chega 89,2%. A incidência da pobreza alcança os 53,42% e a incidência da pobreza subjetiva 63,74%, sendo possível constatar que estas taxas interferem, de algum modo, na aquisição e manutenção de novas tecnologias, por serem recursos de alto valor econômico, impossibilitando o uso por parte de idosos(as) desfavorecidos(as) economicamente.

Destacar este contexto se faz basilar, pois auxilia na elucidação dos aspectos geográficos, culturais, sociais e econômicos que se ingerem, diretamente, nas vivências

---

<sup>16</sup> Informações disponíveis em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/piloesinhos/pesquisa/36/30246> Acesso em: 09 de janeiro de 2024.



experienciadas pelas pessoas idosas desta região, tornando o contexto particular, único e merecedor de análises que considerem tais especificidades. As informações subsidiam o discernimento da conjuntura tecnológica vivida por este público. A utilização de internet nestes espaços chegou de modo tardio, comparado às capitais e cidades metropolitanas. O manuseio dos aparelhos celulares se deu gradativamente, atingindo, primeiro, às pessoas idosas que eram alfabetizadas e letradas e, posteriormente, aos indivíduos da terceira idade que não foram alfabetizados(as), mas que, a partir da linguagem simbólica dos recursos tecnológicos, aprenderam a manuseá-los e os inseriram em suas práticas cotidianas, sem, necessariamente, terem sido(as) letrados(as) digitalmente ou, antes mesmo, de compreenderem este conceito. Isto explica, portanto, o fenômeno do Letramento Digital ocorrido anterior à aquisição da aprendizagem do sistema alfabético, ou seja, as habilidades de codificação e decodificação.

#### **4.1 A concepção de Letramento Digital que as entrevistadas possuem**

Desenvolver práticas de Letramento Digital anterior à compreensão do conceito é uma ação comum no dia a dia das pessoas, principalmente, das idosas. Acredita-se, talvez, que por ser um termo bastante utilizado no âmbito acadêmico, poucos sujeitos tenham tido acesso ao que, de fato, significa Letramento e, mais ainda, o que quer dizer Letramento Digital. Dessa forma, esperar que a população idosa saiba, integralmente, a definição do referido conceito não será um exercício sábio, pois existem inúmeros fatores, no tocante a este público, como, por exemplo, o inaccessível à informação ou, por vezes, sua escassez, que impedem o amplo entendimento sobre algumas temáticas discutidas e desenvolvidas nas experiências sociais cotidianas.

Nesta pesquisa, em específico, quando questionadas se compreendiam o que era Letramento Digital e, caso já soubessem, onde elas teriam ouvido falar, três das oito entrevistadas disseram que não conheciam o conceito ou que nunca tinham ouvido falar. A idosa cujo pseudônimo se refere à flor de nome Boa Noite, mostrou desconhecer o referido termo, mas, ao ficar instigada pelo questionamento, demonstrou ter interesse em saber seu significado, proferindo: “Letramento Digital? Não, a não ser que você troque em miúdo o que é, porque, assim de vista, eu não sei”. Em seguida, após a explicação, a entrevistada afirmou ter entendido o conceito e que já o conhecia de modo prático, apenas não sabia seu nome dito científico.

Isto evidencia, de certa forma, que muitos indivíduos podem até desconhecer ou inutilizar a terminologia Letramento Digital, porém, empiricamente, conhecem-no e, inclusive, praticam-no em seu cotidiano. As demais entrevistadas afirmaram saber do que se tratava o Letramento Digital. Quando indagadas acerca dos locais que aprenderam ou ouviram falar do referido conceito, múltiplas e distintas foram as respostas apresentadas pelas cinco idosas que declararam ter conhecimento sobre o assunto, demonstrando que as práticas e, até mesmo, o conceito de LD pode ser apreendido em qualquer espaço ou situação, desde que haja um significativo processo de mediação por parte de quem já o conhece, exemplificando o que venha a ser este tipo de letramento.

**Girassol:** Já. Foi aqui no CRAS e foi com as minhas filhas conversando, a gente troca ideia e eu descobri esse negócio.

**Maravilha:** Já! Já ouvi falar aqui no CRAS e em casa mesmo também.

**Margarida:** Já. Em quase todo canto o povo fala.

**Orquídea:** Já! Em casa mesmo.

**Rosa:** Sim, porque eu sempre estou ligada no celular, aí tem aula que o professor da aula e eu baixo no aplicativo e fico ouvindo.

Estas falas confirmaram a ideia central desta pesquisa, os quais evidenciaram que o Letramento Digital está presente nas mais diversas esferas da sociedade e, paradoxalmente, suas práticas estão implícitas e explícitas nas ações mais singulares de nosso cotidiano, seja ao atender uma simples ligação ou ao fazer um saque/depósito bancário. As organizações, sejam elas governamentais ou não, também podem ser espaços de amplas aprendizagens e vivências que englobam os multiletramentos e, principalmente, o digital, como foi explicitado por duas das entrevistadas, Girassol e Maravilha, que alegaram ter conhecido o Letramento Digital nas experiências e sociabilidades dentro do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), do município de Pilõesinhos – PB, instituição que promove e sedia os encontros do Grupo Viver Bem, do qual as idosas são integrantes, conforme explicamos no capítulo inicial.

Convém salientar, ainda, que dentre as oito idosas sujeitos da pesquisa, todas são alfabetizadas, bem como são letradas digitalmente, apesar de algumas não conhecerem o termo, como já foi mostrado. Em nível de escolaridade, duas finalizaram o ensino médio, uma concluiu o ensino fundamental e cinco possuem o fundamental incompleto. Todavia, mesmo que estas pessoas idosas não fossem alfabetizadas, seria viável o desenvolvimento de práticas letradas, haja vista que o letramento não depende, obrigatoriamente, da alfabetização. Em consonância com Rojo (2010, p. 26), “logo, é possível participar de atividades e práticas

letradas sendo analfabeto: analfabetos tomam ônibus, olham os jornais afixados em bancas e retiram dinheiro com cartão magnético”.

Sabe-se, pois, que durante o processo de aquisição das habilidades de codificação e decodificação do sistema alfabético, quer seja na infância, na adolescência, na vida adulta ou na velhice, faz-se necessária a imersão nas práticas de letramento, sendo aconselhável que o(a) professor(a) alfabetize letrando, como preconiza Soares (2020). Além disso, o Letramento Digital, em especial, como salientado anteriormente, pode ser praticado sem ter a alfabetização como pré-requisito, tendo em vista que existem diferentes maneiras de utilizar, de modo efetivo e eficaz, as tecnologias digitais, a exemplo do celular e de outros recursos tecnológicos. Pereira e Lisboa (2020, p. 4) destacam que:

[...] é necessário reconhecer o letramento digital de forma ampla, ou seja, como um conceito entrelaçado às práticas sociais que influenciam culturas e/ou pessoas que não dominam a escrita. Vale ressaltar que o letramento digital vai além das habilidades, técnicas e capacidades do uso da escrita na tela e leitura, se tornando um processo amplo, que atua em diferentes contextos para além do espaço escolar.

Notou-se, entretanto, que a concepção de Letramento Digital adotada por algumas idosas ainda perpassa pelo viés da passividade perante as novas tecnologias e que, para elas, tais instrumentos são objetos recreativos. Podemos observar esta questão na fala da Rosa, ao alegar que: “eu baixo joguinhos, eu sempre estou no *Kwai*, né! Que é o mais que eu acho interessante, de vídeos [...]”. Porém, sabemos que isto não diz respeito apenas a um momento de diversão e descontração, visto que estes episódios interferem, positivamente, na autoestima e na distração das mentes destas pessoas, as quais, muitas vezes, percebemos, através de nossas observações, que estão passando por diversos problemas pessoais e familiares.

Para outras idosas, percebe-se, com base em seus discursos, que o Letramento Digital é um mecanismo de empoderamento e libertação, quando utilizado de modo crítico pela população idosa. Observamos esta característica na fala da entrevistada Boa Noite, quando diz que: “eu acho importante, não é porque a gente já somos coroas que a gente tem que parar no tempo, né?! A gente tem que evoluir. Velha é só uma coisa da nossa cabeça”. Dessa forma, esta perspectiva vai de encontro com o pensamento de Joaquim, Oliveira e Pesce (2021, p. 82), quando ressaltam que o Letramento Digital “é uma ferramenta da inclusão e, deste modo, possui potencial de subversão do processo de exclusão de grupos subalternizados, como os idosos”.

## 4.2 O Letramento Digital no cotidiano das pessoas idosas entrevistadas

É primordial compreendermos que práticas de Letramento Digital estão, cotidianamente, presentes em nossas jornadas pessoais, acadêmicas e profissionais. O itinerário de quem vive em uma sociedade informatizada e, crescentemente, tecnológica, independentemente de ser criança, adulto(a) ou idoso(a), anda subordinado às atividades letradas, as quais muitas delas necessitam do uso das tecnologias modernas e, conseqüentemente, do desenvolvimento das habilidades de Letramento Digital. Para Santos (2018), as estruturas sociais têm se mostrado, cada vez mais, digitalizadas e as novas tecnologias passaram a fazer parte do dia a dia de diversos cidadãos(ãs), desvinculando-se de fatores como idade, religião, cultura e, por vezes, condição socioeconômica.

Por esta motivação, tornou-se “preciso ‘educar’ o idoso para o uso das tecnologias digitais, a fim de promover uma maior interação social e digital” (SANTOS, 2018, p. 38), visto que, na atualidade, o indivíduo que não é letrado digitalmente acaba sofrendo com a exclusão digital ou, até mesmo, com a info-exclusão, que, segundo Neves (2018), ultrapassa o simples acesso à internet e às Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação, estando, intimamente, relacionada com um conjunto abrangente de desigualdades sociais, que emerge o inaccess, por parte das pessoas idosas, aos recursos tecnológicos e, sobretudo, aos meios de informação, atingindo-as em múltiplas esferas e interferindo suas vivências cotidianas, das mais simples as mais complexas.

Na realidade das idosas, sujeitos desta pesquisa, acerca da utilização das tecnologias digitais em seus cotidianos e de que forma isso ocorre, diferentes e semelhantes respostas foram dadas, assegurando que o Letramento Digital atinge essa população de variadas formas e sob inúmeros vieses. A idosa Margarida diz que, entre as demais tecnologias, ela utiliza “só o celular. Eu utilizo, assim: atendo as chamadas, assisto as fotos também, envio, sei enviar também para as outras pessoas. Muitas coisas eu já estou aprendendo. Sei fazer muitas coisas”. Sua fala demonstra que mesmo sabendo apenas utilizar o celular, a entrevistada possui um vasto conhecimento de suas funcionalidades, ficando visível a expertise com o aparelho e o quão tais ferramentas são utilizadas para o desenvolvimento de sociabilidades.

Seguindo esta mesma linha, a entrevistada Orquídea afirma que também utiliza o celular, principalmente, “para ligar para minha família, para assistir vídeos, assistir coisas da igreja, culinária, né?! Têm muitas coisas”. Entretanto, percebe-se em seu discurso que os celulares servem para trazer uma maior aproximação não apenas com seus parentes e amigos(as), mas com sua religiosidade, propiciando momentos de fé por meio das missas,

cultos e rituais transmitidos através das telas. Nas falas das outras idosas, é possível notar que estes momentos são cruciais para a amenização de problemas psíquicos, como a ansiedade, perceptível no depoimento a seguir:

**Rosa:** [...] aí é muito interessante e têm uns vídeos, também, que ensinam a gente a sair de onde a gente estamos, né?! Que a gente que tem problema de ansiedade, incentiva a gente a não estar pensando em muitas coisas que não devemos pensar. A noite eu sempre escuto um evangelizador e, para mim, ele está sendo muito bom.

Para Melo (2015, p. 71), “o desenvolvimento e a diversificação dos dispositivos midiáticos têm permitido a inserção da igreja nos lares, promovendo a interação entre a instância de produção do discurso religioso e a instância de recepção e favorecendo a captação dos fiéis”. Desta forma, enquanto principal público frequentador de eventos religiosos, as pessoas idosas são atraídas pelas transmissões síncronas remotas, televisivas e radiofônicas, utilizadas com vários objetivos, seja para a simples conexão dessas pessoas com suas espiritualidades, seja para o processo massivo de alienação ideológica, religiosa e, acima de tudo, capitalista, propagado por diversas matrizes, tais como a romana, a africana e a brasileira.

Em suas respectivas rotinas, identifica-se, além das supracitadas questões, o uso dos aparelhos tecnológicos na aprendizagem de habilidades e saberes a partir de seus gostos e interesses particulares. Esses conhecimentos apreendidos vão desde aptidões culinárias, na descoberta de receitas, novos pratos e múltiplas bebidas, perpassando pelo manuseamento de plantas medicinais, no intuito de amenizar problemas de saúde, dores crônicas ou, até mesmo, adversidades psíquicas. Na visão de Joaquim e Pesce (2017), acerca das implicações dessas aprendizagens desenvolvidas por meio das práticas de Letramento Digital, convém salientar que, além subsidiar processos de emancipação para as pessoas idosas, também se pode notar que:

A inclusão digital, ao servir como acesso às TDIC, tem um papel importante na luta pela conquista da cidadania plena. Isto significa empenho da classe trabalhadora na obtenção do poder político. A aprendizagem promovida pela inclusão digital e pelo letramento digital que dá origem ao empoderamento está relacionada com a transformação mais ampla da sociedade (p. 192).

Todavia, é nítido que a usabilidade dos celulares para a comunicação com os familiares se sobressai perante os demais formatos de utilização dessas tecnologias. Esta especificidade tem andado estreitamente relacionada com o estado de solidão e, porventura, de solidão que persegue e afeta as pessoas idosas. Os aparelhos tecnológicos de informação e

comunicação vêm servindo como mecanismo de atenuação destes sentimentos, uma vez que pode proporcionar uma aproximação dos elos entre tais sujeitos e seus parentes, tornando-se perceptível nos depoimentos dados pelas entrevistadas desta pesquisa, quando indagadas de que modo elas utilizam os celulares em suas atividades cotidianas.

**Boa Noite:** O celular. Eu uso mais é... De primeiro eu gostava mais de ligar, agora eu passo mais áudio, me comunico mais em áudio, passando áudio. Escrever eu não gosto muito, não é que eu não saiba, é que eu não gosto de estar escrevendo em teclado, porque, na maioria das vezes, eu fico sem óculos em casa e eu não consigo enxergar se eu não tiver de óculos. Aí fica muito difícil para mim, estar escrevendo no teclado. Então, prefiro passar áudio, mas eu gosto.

**Dália:** Sim. O celular? Eu ligo para meus filhos, assisto vídeos, assim, quando eu tenho tempo e atendo as chamadas.

**Espirradeira:** Assim, eu uso para passar mensagem. Passar mensagem não, que eu não sei (risos). Eu sei para ligar, assistir música, essas coisas. Assisto a missa, é o mais que eu vejo no meu telefone é missa, é de Nossa Senhora Aparecida.

**Girassol:** Utilizo sim, quando eu quero falar com as minhas filhas, quando eu quero escutar algo de música, quando eu quero comunicar uma coisa no grupo, eu utilizo.

**Maravilha:** Eu utilizo o celular. Assim, para fazer uma ligação para meus filhos, mandar uma mensagem, só isso mesmo.

Com base nestas falas, também podemos inferir que há preferência pela comunicação oral, seja através de chamadas de voz, ligações de vídeos ou mensagens de áudios. A dificuldade em digitar no teclado minúsculo do celular, como já frisada pela idosa Boa Noite, talvez seja uma das principais causas dessa predileção por formas de se comunicar não utilizando a linguagem escrita. Problemas relativos à visão, desgaste da coordenação motora fina, perda das funções táteis das mãos e a insegurança na utilização da norma culta da língua portuguesa são fatores que somam a esta problemática, percebida não apenas nas entrevistas, mas, principalmente, na convivência diária com pessoas idosas em diversas esferas da sociedade.

Além de todas essas questões, um ponto a ser explorado e que diz muito sobre as decorrências do Letramento Digital na vida dos(as) idosos(as) é a frequência com que este público utiliza seus aparelhos celulares e como isso, de algum modo, atinge suas vivências pessoais ao desdobrar do dia. Então, observou-se que para algumas idosas, como, por exemplo, a Girassol, que mesmo alegando não usar muito o celular, nota-se que, frequentemente, seu aparelho é manuseado por si para realizar algumas atividades, assim como é evidenciado em sua fala: “Com que frequência? Não, não utilizo muito. Não! Só de manhazinha quando eu me acordo cedo para eu me comunicar alguma coisa com as minhas

meninas ou, então, ao meio dia, quando estou repousando do almoço, que eu gosto de escutar algum vídeo e a noite para eu escutar música”.

Diante disto, constata-se que o uso dos recursos tecnológicos, paulatinamente, tem se tornado banal em nossas rotinas e, por vezes, acreditamos que não estamos os utilizando recorrentemente em nossos afazeres pessoais ou, até mesmo, profissionais, porém, na realidade, não temos nos dado conta o quão eles estão impregnados em nosso cotidiano e como estamos ficando, cada vez mais, dependentes de suas funcionalidades e dos momentos de descontração e prazer que estas ferramentas podem nos propiciar. As tecnologias digitais, indubitavelmente, tornaram-se um novo membro do corpo humano. Viver sem sua presença é algo quase que impossível para os indivíduos imersos na sociedade globalizada e, sobretudo, tecnológica.

Ademais, foi possível verificar que as maiores frequências e as mais visíveis preferências das pessoas idosas, no tocante à utilização dos celulares, são pelos horários noturnos, bem como é mostrado na fala da idosa Maravilha: “eu utilizo mais a noite, quando eu estou desocupada e já tenho terminado meus serviços. Aí a noite é a hora que eu uso mais o celular”. Percebe-se, também, esta particularidade nos pronunciamentos de outras idosas entrevistadas, onde a preferência pela noite talvez não seja uma escolha voluntária, pois seguimos na compreensão de que, a partir de seus discursos, o turno noturno é o momento do dia em que elas estão mais livres de seus afazeres domésticos, haja vista que ainda vivemos em uma sociedade patriarcal, na qual a incumbência do cuidado com a casa e com a família recai sobre a figura feminina.

**Boa Noite:** Não, eu não tenho muito tempo. Então, isso é mais a noite. Hoje mesmo eu não peguei, quer dizer, peguei de manhã para passar mensagem para minha irmã, que eu precisava falar com ela, mensagem não, áudio. Agora só de noite que vou olhar, só tenho tempo mais a noite.

**Dália:** Mais a noite. A noite eu fico até... (risos).

**Margarida:** Por exemplo, eu estou fazendo os meus serviços, né?! Se chegar uma chamada, eu deixo e vou atender, mas só faço atender e volto para o meu serviço. Eu gosto mais a noite, assim, eu não sou muito chegada, não, mas precisando eu vou na hora.

**Rosa:** É sempre, assim, quando eu tenho um tempinho, eu sempre vou lá e dou uma olhadinha, mais a noite, porque eu sempre fico sozinha, né?! E a noite eu uso mais o celular.

É intrínseca, em suas falas, a preocupação com as atividades de casa, as quais, mesmo sendo idosas, ainda não estão isentas de tais obrigações delegadas pelas tradições machistas

construídas socioculturalmente. Segundo Montenegro (2018, p. 2), “quando se fala em cuidado, a figura da mulher continua sendo ‘naturalmente’ identificada no imaginário social como responsável, sob a justificativa dos ‘atributos femininos’ serem mais adequados para tais tarefas”. Estas concepções são alimentadas através das desigualdades sociais e de gênero, presentes, historicamente, no cerne do corpo social. A sobrecarga de trabalho domiciliar tem adoecido grande parte das mulheres, que, somada aos encargos profissionais, corrobora para a exaustão física e psíquica.

O enfrentamento desse debate deve incluir a discussão sobre a delegação desse compromisso à mulher. O fato de a mulher assumir funções no mercado de trabalho, ao mesmo tempo em que persistem as funções que lhe são atribuídas tradicionalmente torna evidente a sobrecarga. A questão envolve o debate sobre a desigualdade de gênero e a necessidade de refletir sobre a delegação das responsabilidades primordialmente à família, sem conjugar com outros esforços que devem incluir o apoio da esfera pública (MONTENEGRO, 2018, p. 10).

O impasse histórico persiste até os dias atuais e nos assombra por sua resistência. Nas entrevistas, nota-se que as idosas só têm algum momento de descontração e lazer com os aparelhos celulares depois que efetuam os compromissos domiciliares, a exemplo da Orquídea, ao anunciar que: “eu uso mais durante a noite, porque o dia tem minhas obrigações para fazer, cuidar da casa”. Por isso, sempre será válido discutir sobre os papéis de gênero na sociedade, principalmente, os das mulheres, visto que sofrem opressão de todos os lados e em todas as esferas, seja no ambiente laboral ou em seus aposentos pessoais, no qual, este último, deveria ser seu âmbito de recreação, descanso e comodidade.

Além disso, há também que não tenha momento certo para usar o celular: “a hora que eu tiver tempo, que eu não tenho o que fazer, eu pego”, ressalta a Espirradeira. No entanto, foram poucas as entrevistadas que relataram poder manusear o celular sempre que querem. Na grande maioria das vezes, assim como supramencionado, só podem utilizá-lo depois de terem efetuadas todas as tarefas de casa. É uma realidade dura, porém existente e presente na atualidade, em que mulheres idosas estão submetidas às necessidades de seus maridos, filhos e demais familiares. Graças às implicações dos avanços tecnológicos, podemos ver algumas realidades sendo modificadas e o empoderamento das pessoas idosas acontecendo, ao ganharem mais independência e meios para sua distração e fuga, nem que seja por breves minutos, de um cotidiano machista, patriarcal, individualista e preconceituoso, o qual estão imersas.



### 4.3 As dificuldades e habilidades predominantes nos(as) idosos(as) concernentes ao uso e manuseio das tecnologias digitais e suas eventuais causas

Ser um(a) imigrante digital em tempos, exacerbadamente, tecnológicos é um tanto quanto difícil, tendo em vista a celeridade de atualizações instaladas nos dispositivos tecnológicos, tornando-se quase impossível a realização de um acompanhamento fidedigno destes avanços. Exemplificando, os(as) imigrantes digitais são aqueles(as) que não nasceram rodeados(as) por tecnologias digitais, mas que, aos poucos, foram introduzindo-as em seus cotidianos, apoderando-se de suas funcionalidades. Entretanto, o processo de imigração digital pode ser rápido ou demorado, dependendo de algumas características pessoais de quem irá conduzir as ferramentas. Logo, irá haver casos em que os sujeitos enfrentarão diversas dificuldades em manusear os aparelhos, pois possuem limitações físicas, geracionais e/ou cognitivas, assim como demonstram ter algumas pessoas idosas.

Esta seção da dissertação, em específico, versará sobre estes impasses apresentados pelas idosas entrevistadas para esta pesquisa, sendo, posteriormente, mencionadas suas habilidades adquiridas ao desdobrar dos tempos. Assim sendo, para a idosa Dália, ao ser indagada acerca de sua maior dificuldade perante as tecnologias digitais, ela responde: “tenho, as vezes quando a letra é miúda, né?! Aí, as vezes, eu me engalho um pouco. Quando eu pego no celular a letra é bem grande, mandei o menino colocar bem grande”, evidenciado que seu maior contratempo são as pequenas letras, devido sua visão deteriorada e a necessidade constante de uso dos óculos.

A entrevistada Maravilha, por sua vez, quando questionada sobre suas limitações com as tecnologias, profere que: “tenho, porque nem tudo eu sei ou entendo de celular, para utilizar, assim, internet, *Face*, essas coisas, eu não consigo, eu não sei”, deixando nítida sua inaptidão na condução das redes sociais. Esta problemática também persegue a idosa Girassol: “a minha dificuldade no celular que eu acho é passar para o *Instagram* que eu não sabia. É passar para o *WhatsApp*. Eu já aprendi no *WhatsApp* e a procurar as músicas que eu aprendi um tempo desse com as minhas meninas, porque isso aí deu trabalho, visse?!”. Além do mais, percebe-se o anseio dessas idosas em estarem interconectadas com as redes sociais, navegando no mundo cibernético. Outras dificuldades também foram relatadas, em conformidade com as falas a seguir:

**Boa Noite:** Eu tenho algumas dificuldades. Então, deixa-me ver... por exemplo, (digitar) isso aí eu não gosto. Eu não gosto, não por causa disso que já te falei. Em casa eu moro no sítio, então vivo sem óculos, por causa que transpiro muito. Eu vivo

para lá e para cá, aí eu não gosto de usar o óculos, aí eu não consigo enxergar direito, mas tem coisas que eu não sei fazer, tem coisas que eu não sei fazer no celular.

**Girassol:** E... é a gente enviar que eu vim aprender um tempo desse também, eu não sabia enviar não e escrever frase. Eu já sei escrever e já sei enviar e aprendi com a minha Maria (filha). Maria foi minha tudo, Maria foi, todo problema que eu tenho resolvo com Maria, visse?! Porque minhas filhas é tudo ocupada, né?! E nem muita paciência para me ensinar elas têm não, que elas são pior que eu, mais alvoroçadas que eu. E a Maria, a Maria veio para ajudar eu e o velho lá de casa. A Maria quem ajuda eu fazer minhas compras, é quem tira nossos dinheiros [...].

Além disso, dentre as entrevistadas, 50% alegaram que não sentiam dificuldades em manusear as tecnologias digitais, apresentando total segurança na condução das ferramentas. Rosa, por exemplo, afirma, confiantemente, que: “eu não tenho dificuldade de mexer, não. Eu sei mexer, qualquer coisa”. Diferentemente, de algumas outras, as quais confirmam não ter dificuldades no uso do celular, mas, logo em seguida, percebemos em seus discursos algumas dúvidas, onde acabam recorrendo aos familiares para sanar as incertezas. “Não, consigo mexer tranquilo. Quando eu não consigo minha filha me ajuda”, afirma Orquídea, deduzindo o entendimento de que, apesar de se sentirem confiantes com as tecnologias, é possível que haja empecilhos nessas situações, que só serão amenizados com o auxílio das pessoas a sua volta.

Também verificamos estas questões presentes nas falas das demais idosas que declararam não ter obstáculos com os celulares. Curta e incisiva, a entrevistada Espirradeira informa que: “Não! Tenho não”, referindo-se as adversidades encontradas no manuseio das tecnologias digitais. A idosa Margarida, um pouco mais explicativa, anuncia: “não, tenho não. Só, às vezes, quando eu não consigo botar alguma coisa no celular para mandar ou enviar. Às vezes, eu erro, aí eu mando outra pessoa botar, mas é difícil”.

Dadas as dificuldades apresentadas em suas falas e percebendo o apoio prestado por seus parentes, questionamos as idosas se elas costumavam receber ajudas dos familiares para utilizarem os celulares ou se tal condução dos aparelhos era realizada sozinha. Houve quem sinalizou que manuseava sem o auxílio das pessoas: “não, mexo sozinha”, assegura a idosa Orquídea. Mas, também, houve quem comunicou a basilaridade das famílias no apoio e incentivo ao uso dos recursos tecnológicos, como foi o caso da Dália: “às vezes que eu me engalho, assim, num canto, né?! Aí uma filha vem, um irmão, aí eu peço ajuda”. Com um discurso mais detalhado, Girassol explica o envolvimento e a atenção de sua família na mediação das aprendizagens tecnológicas:

**Girassol:** Recebo! Recebo, porque eu sozinha não sabia não, sabia nada! Porque é difícil, é difícil. Vocês jovens têm facilidade de aprender, mas nós, velhos, que a gente nunca viu. Foi difícil demais de aprender. O que fez eu aprender, sabe o que foi? A minha curiosidade. Minhas amigas daqui do CRAS, a maioria enviava frase e eu disse assim: oxente?! Ela mais velha do que eu, mais “burra” do que eu, com licença da palavra, sabe enviar e eu não sei. Eu vou ter que aprender. Eu disse: Oh, Maria, toca onde para enviar? Aí Maria me ensinou. Com a gente querendo, a gente aprende, visse. Aí aprendi agora. Foi Maria, a escrever foi Maria, ela dizia: olha aqui, quando tiver mensagem aqui, você aqui escreve, aí você bota o dedo aí e mexe aqui que você envia para onde você quiser. Pronto! Eu agora sei (risos). Graças a Deus! Mas cada um me ensinou um pouquinho. Para eu ir na galeria quem me ensinou foi o marido de Lene (filha), o “mago” (genro) de Lene foi quem me ensinou: Dona, para a senhora ir na galeria, a senhora aperta aqui, aperta na galeria para a senhora ver as fotos tudinho e Leida (filha) quem me ensinou a eu ir no *Instagram*, foi Leida quem me ensinou e no *WhatsApp* foi Maria. Cada uma me ensinou um negócio.

A referida idosa, a partir de suas falas, mostra-nos a importância da curiosidade ética em nosso processo de construção e desenvolvimento humano. Freire (2018) já destacava que sem a curiosidade que nos move, nos inquieta e que nos insere na busca, não aprendemos, tampouco ensinamos. Para o supramencionado pensador, exercer a nossa curiosidade de forma correta é um direito que todos(as) temos e que, enquanto gente, devemos corresponder ao dever de lutar pelo direito à curiosidade, desde que seja uma curiosidade ética, respeitosa e sensível, a qual obedeça as limitações iniciais do íntimo de outrem, visto que “minha curiosidade não tem o direito de invadir a privacidade do outro e expô-la aos demais (FREIRE, 2018, p. 44).

Ademias, concernente às habilidades, notou-se que, mesmo com a ajuda dos familiares, as idosas possuem grandes desenvolturas nos usos das tecnologias digitais, principalmente, dos celulares, demonstrando que sabem utilizá-los de diferentes maneiras e para diversas finalidades. A entrevistada Boa Noite nos conta que: “eu sei mexer no *YouTube*. Eu vejo *Facebook*. Eu gosto de escutar música no *YouTube*. Eu gosto de vídeos de política, dos animaizinhos. É isso que eu gosto. É dessas coisas que eu gosto”. Este enunciado nos evidencia sua aptidão com as redes sociais e com as demais funcionalidades dos celulares, o que tem propiciado, a boa parte das idosas, momentos de diversão, descontração e aprendizagens.

Uma questão que também nos instigou a querer desvendá-la, em relação às habilidades com os recursos tecnológicos, foi a reflexão de que se as tecnologias facilitaram ou atrapalharam as vivências cotidianas dessas pessoas idosas. A partir das respostas pudemos deduzir que múltiplas são as percepções explicitadas pelas entrevistadas, mas que todas seguem uma mesma linha de compreensão e pensamento acerca da indagação suscitada anteriormente. Para elas, as tecnologias digitais não só facilitam suas experiências do dia a

dia, como, também, são necessárias para a plena vivência do(a) idoso(a) nesta sociedade informatizada e, demasiadamente, tecnológica.

**Boa Noite:** Nas minhas atividades? Não, porque eu sou uma pessoa que estou sempre me policiando. Não passo dos limites nessas coisas, porque eu sei que isso é uma coisa muito boa, mas para quem sabe dosar o tempo. Ajuda, para mim, ajuda.

**Dália:** Facilita bastante. Ajuda muito.

**Espirradeira:** Para mim mesmo, não atrapalha não. Eu olho as coisas do CRAS, aqui do CRAS, que a gente participa, né?!

**Girassol:** Sim, facilita, porque quando a gente está, às vezes, com algum problema, a gente começa a escutar música ou algum vídeo que eu gravo aqui (CRAS) com as minhas amigas, a gente dançando. Eu me distraio muito e ali me ajuda bastante, porque se eu passar meia hora escutando os vídeos que eu filmo aqui, de repente a minha cabeça muda e meu clima fica melhor. Para mim, ajuda demais.

**Maravilha:** A mim não atrapalha não, porque eu só uso o celular quando eu tenho terminado o meu serviço, né?! Que eu preciso fazer, aí, por isso, ele não me atrapalha. Até me ajuda.

**Margarida:** Bom, tem hora que ele ajuda muito, mas têm umas coisas também que não é muito boa não, mas têm outras que é boa demais. Chamada, negócio de doença, negócio de família, ajuda muito.

**Orquídea:** Para mim, ele não atrapalha não, ele ajuda, porque, às vezes, eu quero ligar para minha prima, minha sobrinha ou minha irmã, né?! Para vim fazer alguma coisa, assim, para mim, mandar algum recado. Aí, já ajuda muito.

**Rosa:** Às vezes, eles facilitam. Para quem sabe usar o celular, ele é muito bom, porque ensina a gente a fazer muitas coisas, têm receitas. Nós fazemos amizades com outras pessoas de fora, temos contato com as pessoas de fora e para quem sabe utilizar o celular é ótimo, agora para quem não sabe, que usa para outras coisas. Aí fica complicado.

Nitidamente, verifica-se o auxílio das tecnologias digitais em suas rotinas diárias e o suporte dado por estes instrumentos na resolução de problemas familiares e de cunho pessoal. A facilidade cotidiana proporcionada pelas funções dos celulares no dia a dia das pessoas idosas nutre a capacidade de empoderamento deste público, muitas vezes, inferiorizado e comunga para o processo de conscientização e independência, seja ela ideológica, econômica ou situacional, dos indivíduos que adentraram a velhice. Mesmo que ainda sejam observados alguns receios no tocante ao uso das ferramentas tecnológicas, há de se considerar o progresso e o salto de qualidade na vida destes sujeitos, propiciado pelos avanços e múltiplas funcionalidades das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação.

Os discursos difundidos nas entrevistadas também servem para apreendermos, dialeticamente, os aspectos negativos e positivos do mundo globalizado e interconectado. Posicionamentos polarizados acerca das implicações tecnológicas atrapalham as etapas de

discernimento e compreensão de ambos os lados dessa discussão. Não há só malefícios, tampouco só benefícios. Portanto, faz-se basilar o lançamento de visões que considerem, comparem e analisem todos os elementos presentes neste elo, humanidade e tecnologia. No entanto, não seria a tecnologia produto da humanidade? Abrir-se ao debate nos ajuda no entendimento destas relações e nos subsidia na construção de nossa dialogicidade com o mundo, com o outro e conosco.

#### **4.4 As avaliações das pessoas idosas entrevistadas acerca do Letramento Digital em suas rotinas**

O ato de avaliar sempre irá requerer do(a) avaliador(a) plena consciência e amplo discernimento acerca do objeto ou fenômeno avaliado. Cabe salientar, então, que a avaliação de si ou, até mesmo, do outro está repleta de subjetividade e relativismo, influenciada pelo contexto histórico, situacional ou por interesses pessoais e, por vezes, coletivos. Por esta razão, compreendemos que as avaliações das pessoas idosas sobre o Letramento Digital em suas atividades cotidianas poderão estar tocadas por percepções momentâneas ou acepções fixas, ao depender de fatores externos e internos para sua concretização. Avaliar a nós mesmos é, sobretudo, um exercício de autorreflexão e tomada de consciência de nossas ações no ambiente em que nos encontramos inseridos.

Sendo assim, a partir de suas concepções, as idosas entrevistadas responderam a seguinte pergunta: como você avalia as tecnologias digitais em sua vida? De forma unânime, todas as pessoas idosas avaliaram positivamente os efeitos causados pela inserção das novas tecnologias e das respectivas práticas de Letramento Digital em suas vidas. Inúmeros foram os motivos para que entrassem neste consenso, alguns já trazidos nos debates acima. Nitidamente, as decorrências desta implementação aparentam ser benéficas, ao levar em consideração o posicionamento da idosa Boa Noite: “eu mesmo acho uma coisa boa. Eu acho, porque, como eu disse, quando eu quiser me comunicar com um filho meu, [...] com algum irmão meu mais de pressa, eu me comunico”.

As demais entrevistas também seguem a mesma linha de pensamento. Dália diz que: “é muito importante”. Espirradeira alega que, para ela: “eu sei que eu gosto”, igualmente Girassol, ao proferir: “eu gostei e ajudou”. Já Maravilha, fazendo uma autoanálise avalia: “eu acho que faz diferença. O celular é bom para mim”, bem como Margarida quando salienta a relevância dessas práticas letradas: “importante, eu acho que seja”. Orquídea também corrobora a visão de todas, afirmando: “para mim, eu acho boa. Eu não acho ruim não”. O

discurso da Rosa, um pouco mais simples e direto, confirma que o celular: “ajuda a falar com meu filho, com as minhas netas. Só isso mesmo”.

Um aspecto importante e que diz muito sobre a avaliação das idosas no tocante às tecnologias digitais é a consideração de seus sentimentos e sensações ao utilizarem, principalmente, os aparelhos celulares. Além de servir como autorreflexão, esta indagação ajuda-as a analisar as implicações do Letramento Digital em suas rotinas, as quais, muitas vezes, passam despercebidas por já termos naturalizado as ferramentas em nosso cotidiano. Desta maneira, quando questionadas como se sentem usando as tecnologias, diversas respostas foram dadas e vários elementos percebidos, como, por exemplo, na fala da Orquídea: “como eu me sinto? Me sinto bem. Me distrai, o celular, aí me sinto bem”, tornando-se possível confirmar que, em geral, os celulares ajudam na descontração e lazer das pessoas idosas, fazendo com que o Letramento Digital seja uma prática necessária para o referido público. Os depoimentos, a seguir, reiteram este prisma.

**Boa Noite:** Triste não, eu não gosto de tristeza, em hora nenhuma, em lugar nenhum.

**Dália:** Ah, eu me sinto bem animada. Para mim é bom demais.

**Espirradeira:** Muito bem! (risos)

**Girassol:** Eu me sinto bem demais. Cada uma que eu aprendo para mim é uma novidade.

**Maravilha:** Eu gosto, assim, por pouco tempo, se a conversa esticar muito no celular isso já me aborrece.

**Margarida:** Gosto! Distraí. Para onde a gente vai, a gente tem que levar.

**Rosa:** Eu gosto de usar, mas só que a gente fica viciado, né?! Aí eu sempre estou deixando nos escanteios para não ficar viciado, porque não faz bem ficar viciado.

Convém ressaltar que ainda se nota um cuidado em relação ao vício nas plataformas e aplicativos que os celulares oferecem. Em algumas falas, a preocupação com o uso demasiado das tecnologias é notória. Sabe-se, portanto, que isso parte de uma análise crítica sobre as formas de navegação no mundo cibernético, considerando os perigos de um descontrolado uso e se prevenindo de problemas futuros, visto que é do conhecimento de muitos que existem malefícios para aqueles(as) que utilizam as tecnologias digitais sem a devida moderação. Perceber essa criticidade nas idosas é um tanto quanto satisfatório, haja vista serem consideradas, por grande parte da população, como indivíduos apêndices, sem gostos e vontades próprias.

A partir de então, verificou-se um discernimento consciente das idosas entrevistadas. Ao pedirmos que elas elencassem os pontos positivos e negativos das tecnologias modernas em seus cotidianos e os desdobramentos das práticas de Letramento Digital, obtivemos diferentes respostas, onde foram levantadas diversas questões, habilidades e anseios que permeiam a usabilidade dos instrumentos tecnológicos, como será explicitado no quadro a seguir.

**Quadro 5:** As avaliações das idosas sobre o Letramento Digital.

<b>AVALIAÇÃO ACERCA DO LETRAMENTO DIGITAL</b>		
	<b>PONTOS POSITIVOS</b>	<b>PONTOS NEGATIVOS</b>
<b>BOA NOITE</b>	Tem, porque é uma coisa que facilitou muito a vida, quer dizer, de todo mundo, né?! Por exemplo, se eu quiser falar com um irmão meu, com urgência, rapidinho eu, ou ligo pelo <i>WhatsApp</i> ou, então, ligação normal. Antes não tinha isso, né?! Era carta, que eu sei, porque morei no Rio (Rio de Janeiro) muito tempo e antigamente, num passado não tão longo, era carta, né?! E agora facilitou bastante a vida da gente para quem sabe dosar, mas para quem não souber...	Essa história de <i>fake news</i> . Tudo isso roda o mundo em correr de minutos. Gente que usa para ficar passando essa história de <i>fake news</i> , que nada mais é do que mentira, né isso?! O que mais? Levantando falso aos outros, falando da vida dos outros, porque também tem isso que fazem, acho que isso é negativo.
<b>DÁLIA</b>	Sim, porque a pessoa precisa de alguma coisa, aí liga, né?! Fala com alguém, eu acho assim.	O vício.
<b>ESPIRRADEIRA</b>	Assistir as missas, as coisas.	Negativo é a pessoa assistir coisa ruim, né?! Isso aí eu não assisto, não. Deus me livre. Essas coisas não.
<b>GIRASSOL</b>	O positivo é que a gente distrai um pouco quando a gente quer. É que você distrai quando tem a possibilidade de folgar durante o dia, aí isso aí é positivo.	O negativo é se você extrapola o tempo que você está usando ele e você termina desfazendo das suas coisas para perder tempo com o celular. O negativo é quando você se apega demais e deixa o tempo

		passar e você só no celular. Isso aí é negativo, que eu não faço isso.
MARAVILHA	O celular me ajuda quando estou, assim, querendo falar com alguém. No momento, estou precisando de ajuda, aí eu já faço uma ligação. Ali o celular já está me servindo, está me ajudando.	É porque tem gente que já usa o celular, assim, como um tipo de vício. Aí nisso daí, eu acho que o celular atrapalha. Eu acho!
MARGARIDA	Ajuda em doença, a gente estando doente pode chamar alguma família, ajuda alguma coisa que estiver acontecendo na cidade da gente, ajuda também a família da gente, qualquer coisa a gente pode ligar que eles vêm, a família. E assim vai, é muitas coisas que ajuda.	Tem muito problema que não é muito bom não, porque as crianças também são muito envolvidas nesse celular, aí eu acho que tem coisa errada nisso, porque, às vezes, eles deixa até de estudar por causa desse celular. Às vezes, tem coisa tão feia dentro do celular que as crianças não poderiam ver isso não. Eles botam muitas coisas feias no celular, têm muitas coisas bonitas também, mas também tem muita coisa feia, aí as crianças ficam envolvidas nisso. Quantas coisas tem havido no meio do mundo por causa disso? As crianças, às vezes, se perdem por causa do celular mesmo.
ORQUÍDEA	Para ligar, fazer ligação, assistir as coisas da igreja.	Tem tanta coisa ruim que eu nem assisto, eu nem boto para assistir.
ROSA	Os positivos são as amigadas que a gente arruma, consegue através do celular.	Os negativos são para quem usa para fazer maldade, para fazer esse negócio de <i>fake</i> , de trote, né?! Para zoar com as pessoas.

**Fonte:** Elaborado pelo autor, (2023).

Suas percepções acerca das discussões levantadas mostram-nos suas capacidades críticas e reflexivas de análise avaliativa do outro e de si, deixando nítidos os principais benefícios e malefícios no que tange à utilização das tecnologias digitais. A compreensão dos efeitos negativos das *fakes news*, isto é, das notícias falsas, acendem-nos um alerta acerca da confiabilidade das informações e nos mostram o cuidado que as idosas têm no tocante à



veiculação de mentiras pelas redes sociais e meios comunicacionais. É perceptível o entendimento, por parte das idosas, que, assim como salienta Serra (2018, p.36), “é indiscutível a presença das *fakes news* no cotidiano da sociedade nos dias atuais, por essa razão é de fundamental importância a exploração do fenômeno para compreendê-lo e aprender ou aperfeiçoar maneiras de evitar o impacto das mesmas”.

Outra questão suscitada, a partir desses debates levantados nas entrevistas, girou em torno das práticas de Letramento Digital dentro do próprio Grupo Viver Bem, ao questionarmos se as idosas queriam que o CRAS trabalhasse e ensinasse suas integrantes a manusearem, adequadamente, os aparelhos celulares. Tivemos como umas das respostas mais marcantes, a seguinte fala:

**Girassol:** Eu aconselho que tivesse, pelo menos, uma aula aqui para ensinar as idosas a mexer com essas coisas, porque nem todo neto e nem toda filha tem a paciência de ensinar aos velhos não, visse?! Porque velho é meio ruim de aprender as coisas, aí tem gente que não usa, porque não sabe. Queria demais, porque a gente precisa, a gente precisa, porque tem gente que não tem família, aí a menina quando bota no grupo as coisas da gente, aí tem gente que diz assim: eu não sei usar celular, como é que vou saber? Aí eu disse: olha aí, se tivesse uma aula aqui para ensinar como usar o celular era muito melhor para as idosas e a gente se sentia muito melhor, mais fácil para a gente aprender as coisas. [...] Iria ser bom demais e a gente precisa aqui, sabia? Precisa para a gente ficar por dentro das coisas, porque velho não está morto não, visse?! Velho está vivo e velho precisa saber das coisas também. Pronto! E se a gente soubesse de alguma coisa sobre isso, a gente não dava trabalho a ninguém, né não?! A gente mesmo ia, porque o velho, eu estou com 66 anos, estou lúcida de tudo, agora tem coisa que a gente não aprende, porque a gente nunca teve e o povo acha que a gente é velho não pode aprender mais, mas o idoso tem o direito de aprender o que o mundo oferece, não o que é ruim, mas o que é bom. O que é ruim a gente sabe o que é e deixa para lá, porque o celular também tem tudo o que é ruim. Mas o celular é bom demais, só escuto o que eu gosto, mas aqui precisava muito.

Logo, pensar em alternativas que viabilizem o uso prático e eficiente das tecnologias digitais pelas pessoas idosas é uma urgente necessidade para aqueles(as) que almejam uma velhice saudável, independente, autônoma e com qualidade de vida. O Letramento Digital, para além de uma temática a ser estudada, deve adentrar aos espaços formais e informais em que idosos(as) de todas as classes sociais estejam inseridos(as), independentemente de suas condições econômicas, culturais, regionais ou situacionais. A supramencionada fala nos abre um alerta sobre lançarmos olhares de inferiorização sobre esse público e tratá-los como incapazes, devemos, pois, instigá-los, cada vez mais, a serem sujeitos de suas próprias histórias e donos(as) de suas próprias vontades.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de desenvolvimento dos escritos e das análises de uma dissertação de mestrado requer um amplo compromisso por parte do(a) pesquisador(a) e das pessoas envolvidas na construção e concretização da pesquisa. Ler, estudar e se debruçar sobre as temáticas que permeiam a investigação é um exercício necessário no processamento de novos conhecimentos, na estruturação de outros saberes e no progresso da ciência, em geral. Dessa forma, colaborar para o avanço científico tem sido uma das principais tarefas dos indivíduos que se submetem ao mundo acadêmico da pós-graduação, *stricto sensu*. Este estudo, em especial, para além das questões suscitadas anteriormente, caminhou na direção de compreender e, em seguida, analisar as relações entre a humanidade – pessoas idosas – e as tecnologias digitais, atentando-se, principalmente, para as possíveis implicações tecnológicas diante da sociedade.

Portanto, esta pesquisa demonstrou relevância, haja vista que suscitou novos debates acerca das pessoas idosas e seus papéis sociais, discutindo desde o contexto histórico da velhice às políticas públicas atuais direcionadas aos idosos(as). As investigações feitas nesse estudo podem contribuir para além do âmbito universitário, pois foi dado um significativo aporte teórico-prático aos Centros de Referência de Assistência Social, bem como as demais organizações, sejam elas governamentais ou não, que trabalham, diretamente, com o referido público. A inserção das novas tecnologias dentro desses espaços é fundamental, tendo em vista as infinitudes de ações pedagógicas e recreativas que podem ser realizadas através de suas múltiplas funcionalidades.

Em face aos objetivos propostos, consideramos tê-los alcançados, visto que investigamos os perfis socioeconômicos, educacionais, profissionais e culturais dos sujeitos da pesquisa, por meio de formulários socioeconômicos e das entrevistas semiestruturadas, descobrindo diversas particularidades que estavam, intrinsecamente, relacionadas ao uso das tecnologias e suas respectivas práticas letradas. Tais descobertas nos auxiliaram na compreensão dos aspectos que rodeavam o Letramento Digital no *locus* da pesquisa, tornando possível tecer conexões com outros elementos existentes naquele ambiente em particular e com as especificidades e subjetividades de cada idosa entrevistada, as quais mostraram bastante entusiasmo ao falar, principalmente, da utilização de aparelhos celulares dentro e fora da instituição.

Ao desdobrar da pesquisa foi possível identificar as principais dificuldades das idosas no que tange ao uso eficiente das tecnologias digitais, especificamente, o celular, constatando

que as adversidades são existentes em todos os casos, mas que, com o apoio da família, elas conseguem atenuar esta problemática. Verificamos, ainda, suas habilidades, as quais se evidenciaram a partir de várias competências e aptidões no manuseamento dos aparelhos. A utilização de aplicativos móveis para a descontração e o lazer foi a mais perceptível entre elas, assim como as ligações e mensagens, tornando tais ferramentas seus principais meios de comunicação.

Averiguou-se as concepções que as entrevistadas tinham em relação ao Letramento Digital, suas primeiras percepções acerca do conceito e em quais espaços elas conheceram o termo. A princípio, percebemos que algumas idosas não possuíam familiaridade com a terminologia apresentada, mas que, de modo prático, realizavam práticas letradas a partir das tecnologias digitais em seu dia a dia. As demais integrantes do Grupo Viver Bem, escolhidas para serem sujeitos da pesquisa, relataram ter conhecimento sobre o Letramento Digital e demonstraram que essa proximidade se deu em diferentes locais como no próprio Centro de Referência de Assistência Social, ao longo das vivências dentro do grupo, e em suas casas, por intermédio de seus familiares.

Foi possível verificar, ainda, a avaliação das pessoas idosas sobre o Letramento Digital em suas vidas, onde pudemos notar que todas as entrevistadas alegaram as implicações positivas causadas pelas tecnologias digitais em seus cotidianos e em suas formas de enxergar o mundo. As ferramentas tecnológicas foram associadas a diversos temas, entre eles a amenização de problemas psicológicos como a ansiedade. A descontração e o lazer estiveram presentes nos discursos das pessoas idosas, as quais afirmaram que estes recursos colaboram nos momentos recreativos e, por isso, agem, diretamente, contra as adversidades ocasionadas pelo processo solitário, excludente e torturante do envelhecimento, haja vista os múltiplos impasses enfrentados nessa fase da vida humana.

Além disso, constatou-se que os efeitos do Letramento Digital no cotidiano das pessoas idosas do Grupo Viver Bem são positivos, ou seja, tem contribuído com a inclusão dessas pessoas em espaços e redes sociais, tendo em vista seus discursos, os quais seguiram a perspectiva de que as tecnologias digitais são aliadas desse público na realização de várias atividades diárias, nos momentos de lazer e nos processos sociais de comunicação. Alguns cuidados foram salientados, tornando visível a capacidade crítica e reflexiva das idosas, o que está, diretamente, relacionado com a concepção de uma Educação ao Longo da Vida e alimentado, teórico e praticamente, com as categorias da Educação Popular, em que ambas prezam por uma educação digna, de qualidade e que seja para todos(as), embasada, sobretudo,

na criticidade, na tomada de consciência da realidade que os cercam, na autonomia e no empoderamento dos sujeitos.

Portanto, faz-se essencial a ampliação dos debates sobre as pessoas idosas, suas especificidades e os impasses que, historicamente, as perseguem, para que, desta forma, possamos alcançar uma melhor qualidade de vida para este público e um significativo processo de sociabilidade perante os demais indivíduos da sociedade. Lutar por uma classe oprimida é dever daqueles(as) que acreditam em um futuro melhor, com equidade de condições e igualdade de oportunidades. Prezar por uma velhice saudável é um investimento para conosco, haja vista ser uma fase da vida humana repleta de altos e baixos.

Além do mais, é importante que o Estado esteja atento às necessidades das pessoas idosas e, por conseguinte, ao desenvolvimento de políticas e/ou programas sociais voltados a esse tipo de letramento e as novas tecnologias digitais, que incluam não apenas pessoas jovens, mas, principalmente, as pessoas idosas. O público idoso não pode e nem deve ficar à margem desse processo social contemporâneo. A classe opressora, como nos lembra Freire (2019, p. 65), “vão se apropriando, cada vez mais, da ciência também, como instrumentos para suas finalidades. Da tecnologia, que usam como força indiscutível de manutenção da ‘ordem’ opressora, com a qual manipulam e esmagam”. Daí emerge a necessidade de ouvirmos e dialogarmos com os(as) oprimidos(as), que são vistos “como objetos, quase coisas” (Ibidem), que não têm finalidades. Se os(as) idosos(as) se percebem como oprimidos(as) na sociedade da linguagem digital e, estes querem dignidade, respeito, direitos, e, porque não, inclusão digital, devem ter esse direito garantido, não só pelo Estado, como também pela sociedade que, se hoje é jovem, um dia irá envelhecer.

## REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA, Alexandre de Oliveira. Da Política Nacional do Idoso ao Estatuto do Idoso: a difícil construção de um sistema de garantias de direitos da pessoa idosa. **IPEA**, Rio de Janeiro, 2016.

ALVARENGA, Maria Carmen Vilas-Bôas Hacker; LOBATO, Lenaura de Vasconcelos Costa. Política Nacional do Idoso: uma contribuição a partir da análise de políticas. **Sociedade em Debate**, Pelotas, v. 29, nº 1, p. 139-154, jan./abr., 2023.

ALVES, André Azevedo; MOREIRA, José Manuel. **Cidadania digital e democratização electrónica**. Porto: SPI, 2004.

ANDRÉ, Marli. Pesquisa em educação: buscando rigor e qualidade. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, nº 113, p. 51-64, jul., 2001.

ALVIM, K. C. B. L.; ROCHA, F. S.; CHARIGLIONE, I. P. F. S. O idoso e o uso da tecnologia – uma revisão sistemática da literatura. **Revista Kairós – Gerontologia**, São Paulo (SP), 2017.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 70ª Ed. Lisboa: Persona, 1977.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2001.

BEAUVOIR, Simone de. **A velhice**. Trad. Maria Helena Franco Martins. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2018.

BENAKOUCHE, Tamara. Tecnologia é sociedade: contra a noção de impacto tecnológico. **Cadernos de Pesquisa**, Santa Catarina, nº 17, 1999.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. A pesquisa participante e a participação da pesquisa: um olhar entre tempos e espaços a partir da América Latina. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues; STRECK, Danilo Romeu (Orgs.). **Pesquisa participante: a partilha do saber**. Aparecida – SP: Ideias & Letras, p. 21-54, 2006.

BRASIL. **Constituição Federal (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993**. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1993.

BRASIL. **Lei nº 8.842, de 04 de janeiro de 1994**. Dispõe sobre a política nacional do idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1994.

BRASIL. **Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003**. Dispõe sobre o Estatuto da Pessoa Idosa e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2003.

BRASIL. **Orientações técnicas**: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS/ Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. 1ª Ed. Brasília: MDS, 2009.

BRASIL. **Pacto Nacional de Implementação dos Direitos da Pessoa Idosa**. Brasília, DF: Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, 2020.

BUZATO, Marcelo El Khouri. **Letramentos digitais e formação de professores**. São Paulo: Portal Educarede, 2006.

CARDOSO, M. R. G.; OLIVEIRA, G. S.; GHELLI, K. G. M. Análise de Conteúdo: uma metodologia de pesquisa qualitativa. **Cadernos da Fucamp**, Minas Gerais, v. 20, nº 43, p. 98-111, 2021.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 2ª Ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CAVALCANTE, Zedequias Vieira; SILVA, Mauro Luis Siqueira. A importância da revolução industrial no mundo da tecnologia. **Anais VII EPCC**, Maringá, 2011.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. 5ª Ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

COLESEL, Alessandra; LIMA, Michelle Fernandes. O movimento da educação popular nas décadas de 1950 e 1960. **Anais do evento**, Irati, 2010.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Trad. Magda Lopes. 3ª Ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

DEMO, Pedro. **Metodologia científica em ciências sociais**. 3ª Ed. São Paulo: Atlas, 2012.

FABRÍCIO, Fernanda Alencar de Almeida Pereira. **Vídeo educativo sobre sexualidade no envelhecimento: um caminho para o diálogo com a equipe de saúde**. 2019. Dissertação (Mestrado em Gerontologia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2019.

FÁVERO, Osmar. Paulo Freire, Movimentos Sociais e Educação de Jovens e Adultos. In: STRECK, Danilo Romeu; ESTEBAN, Maria Teresa (Orgs.). **Educação Popular: lugar de construção social coletiva**. Petrópolis – RJ: Vozes, p. 49-63, 2013.

FERNANDES, Widigiane Pereira dos Santos. **Aplicativo móvel para construção do saber na língua inglesa de idosos**. 2022. Dissertação (Mestrado em Gerontologia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2022.

FERREIRA, Ana Paula; TEIXEIRA, Solange Maria. Direitos da pessoa idosa: desafios à sua efetivação na sociedade brasileira. **Argumentum**, Vitória, v. 6, nº 1, p. 160-173, 2014.

FEYERABEND, Paul. **Contra o método**. Trad. Octanny S. da Mota e Leonidas Hegenberg. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 1977.

FLAUZINO, Karina de Lima. *Et al.* Letramento digital para idosos: percepções sobre o ensino-aprendizagem. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 45, n. 4, 2020.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Trad. Joice Elias Costa. 3ª Ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FRANCO, Maria Laura Puglisi Barbosa. **Análise do conteúdo**. Brasília: Liber Livro, 2008.

FRANZEN, Thor; SILVA, Rodrigo Sychocki. Educação Popular e Tecnologias Digitais: uma experiência no ensino-aprendizagem de funções afins e quadráticas. **Tear: Revista de Educação, Ciência e Tecnologia**, Rio Grande do Sul, v. 9, nº 1, 2020.

FREIRE, Paulo. **A Educação na cidade**. 5ª Ed. São Paulo: Cortez Editora, 2001.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 57ª Ed. Rio de Janeiro | São Paulo: Paz & Terra, 2018.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. 1ª Ed. Rio de Janeiro | São Paulo: Paz & Terra, 2014.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 67ª Ed. Rio de Janeiro | São Paulo: Paz & Terra, 2019.

FREITAS, Maria Teresa. Letramento digital e formação de professores. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 26, nº 3, p. 335-352, 2010.

FURTER, Pierre. **Educação e vida: contribuição à definição da educação permanente**. Petrópolis: Vozes, 1972.

GADOTTI, Moacir. **Educação e poder: introdução à pedagogia do conflito**. São Paulo: Cortez Editora | Autores Associados, 1980.

GADOTTI, Moacir. Educação popular e educação ao longo da vida. **Documento para a CONFITEA – BRASIL + 6**, São Paulo, 2016.

GADOTTI, Moacir. Paulo Freire e a educação popular. **Revista Trimestral de debate da FASE**, Rio de Janeiro, v.31, n.113, p.21-27, jul./set. 2007.

GATTI, Bernardete Angelina. Algumas considerações sobre procedimentos metodológicos nas pesquisas educacionais. **EccoS Rev. Cient.**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 63-79, dez. 1999.

GIACOMIN, Karla Cristina. Considerações finais. **IPEA**, Rio de Janeiro, 2016.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª Ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, nº 3, p. 20-29, 1995.

GOHN, Maria da Gloria. Educação Popular e Movimentos Sociais. In: STRECK, Danilo Romeu; ESTEBAN, Maria Teresa (Orgs.). **Educação Popular: lugar de construção social coletiva**. Petrópolis – RJ: Vozes, p. 33-48, 2013.

GÓMEZ, L. R.; GÁMAZ, A. B. P.; CÓRDOBA, S. F.; BENÍTEZ, S. V. La gerontocracia y el consejo de ancianos. **Península**, Espanha, v. 8, nº 1, p. 7-24, 2013.

GONÇALVES, Reinaldo. Nacional-desenvolvimentismo às avessas. **Anais do I Circuito de Debates Acadêmicos**, Brasília, 2011.

GORZONI, Milton Luiz. Geriatria: Medicina do século XXI? **Revista Medicina**, Ribeirão Preto, 2017.

HARLAN, Chico; POST, Do Washington. Na rica Coreia do Sul, idosos são abandonados na pobreza. **O Globo**, On-line, 2014. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/na-rica-coreia-do-sul-idosos-sao-abandonados-na-pobreza-11387405> Acesso em: 02 de agosto de 2023.

ILLICH, Ivan; VERNE, Etienne. **Le piège de l'école à vie**. Paris: Le Monde de l'Éducation, 1975.

IRELAND, Timothy Denis. Educação ao longo da vida: aprendendo a viver melhor. **SISYPHUS Journal of Education**, João Pessoa, v. 7, nº 02, p. 48-64, 2019.

JARA, Oscar H. **A Educação Popular Latino-Americana: história e fundamentos éticos, políticos e pedagógicos**. São Paulo: Editora Ação Educativa, 2020.

JARA, Oscar H. Desafíos para la Educación Popular en América Latina hoy. **Interface**, Botucatu, 2020.

JOAQUIM, B. S.; OLIVEIRA, W. C.; PESCE, L. Inclusão e letramento digital do idoso na perspectiva da educação ao longo da vida. **Revista Conhecimento Online**, Novo Hamburgo, v. 1, 2021.

JOAQUIM, Bruno dos Santos; PESCE, Lucila. Inclusão digital, empoderamento e educação ao longo da vida: conceitos em disputa no campo da Educação de Jovens e Adultos. **Crítica Educativa**, Sorocaba – SP, v. 3, nº 3, p. 185-199, ago./dez. 2017.

JONCK, Ana Valquiria. **A quarta revolução industrial: tecnologia e geopolítica**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) – Universidade do Sul de Santa Catarina. Florianópolis, 2019.

LAO-TSÉ. **Tao Te Ching**. Trad. Wu Jyh Cherng. Rio de Janeiro: Mauad, 2011.

LAO-TSÉ. **Tao te Ching**. Trad. Laércio B. Fonseca. 2ª Ed. Limeira – SP: Editora Lenon Tree, 2014.

LEITE, Ivonaldo. Desafíos del siglo XXI para la educación popular: nuevos fundamentos para nuevas prácticas. **Revista Tempos e Espaços em Educação**, Sergipe, v. 13, nº 32, p. 1-20, 2020.

LEITE, Ivonaldo. Educação popular, ontem e hoje: perspectivas e desafios. **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, nº 176, p. 89-98, 2016.

MACHADO, Aline Maria Batista. Serviço Social e educação popular: diálogos possíveis a partir de uma perspectiva crítica. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, nº 109, p. 151-178, 2012.

MAGALHÃES, Edna Maria Santana. Ler e escrever em uma perspectiva de (multi)letramentos. **Anais do SILEL**, Uberlândia, v. 3, nº 1, 2013.

MANZINI, Eduardo José. A entrevista na pesquisa social. **Didática**, São Paulo, v. 26/27, p. 149-158, 1990/1991.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural, 1983.



MEJÍA, Marco Raúl. Aprofundar na Educação Popular para Construir uma Globalização desde o Sul. In: PONTUAL, Pedro; IRELAND, Timothy (Orgs.). **Educação Popular na América Latina: diálogos e perspectivas**. Brasília: UNESCO, MEC, CEAAL, p. 205-211, 2006.

MELO, Mônica Santos de Souza. A utilização das redes sociais pela Igreja: novas formas de diálogo com o fiel. **Gláuks**, Viçosa, v. 15, nº 1, 2015.

MONTENEGRO, Rosiran Carvalho de Freitas. Mulheres e cuidado: responsabilização, sobrecarga e adoecimento. **Anais do XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**, Vitória, 2018.

MOREIRA, Carla. Letramento digital: do conceito à prática. **Anais do SIELP**, Uberlândia, v. 2, nº 1, 2012.

NEVES, Bárbara Barbosa. Pessoas idosas e tecnologias de informação e comunicação: inclusão digital como forma de inclusão social. **RBCEH**, Passo Fundo, v. 15, nº 1, p. 8-20, 2018.

PALUDO, Conceição. Educação Popular como resistência e emancipação humana. **Cad. Cedex**, Campinas, v. 35, nº 96, p. 219-238, 2015.

PAOLINI, Karoline Silva. Desafios da inclusão do idoso no mercado de trabalho. **Rev. Bras. Med. Trab.**, Rio de Janeiro, 2016.

PEREIRA, Joseilma Alves; LISBOA, Maria das Neves de Araújo. Concepção do Letramento Digital e o papel das Tecnologias Digitais no ensino de Matemática em tempos de pandemia. **Anais VII CONEDU**, Campina Grande, 2020.

PINI, Francisca Rodrigues de Oliveira. Educação Popular e os seus diferentes espaços: educação social de rua, prisional, campo. **Revista do Congresso Internacional de Pedagogia Social**, São Paulo, 2012.

PORTILHO, Raphaela Magnino Rosa; SOUSA, Ricardo José Leite. A tecnologia, o capitalismo e as novas morfologias do trabalho em perspectiva. **Anais CONPEDI**, Florianópolis, 2014.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2ª Ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RANGEL, C. S.; PETRUCCI, W. R. S.; FIORAVANTI, S. F. L. Impactos das novas tecnologias digitais na sociedade: um recorte da dependência digital. **Revista Perspectivas Online: Humanas & Sociais Aplicadas**, Rio de Janeiro, v. 08, nº 22, 2018.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. José Augusto de Souza Peres *et al.* (Col.). 3ª Ed. São Paulo: Atlas, 2010.

ROCHA, Eliza Emília Rezende Bernardo. A pesquisa participante e seus desdobramentos: experiências em organizações populares. **Anais do 2º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária**, Belo Horizonte, 2004.

RODRIGUES, William Costa. **Metodologia Científica**. Paracambi: FAETEC/IST, 2007.

ROJO, Roxane. Alfabetização e letramentos múltiplos: como alfabetizar letrando? In: RANGEL, Egon de Oliveira; ROJO, Roxane Helena Rodrigues (Orgs.). **Língua Portuguesa: ensino fundamental**. Brasília: MEC, SEB, 2010.

SANTOS, Adriano Gonçalves. **Letramento digital e inclusão social do idoso**. 2018. Dissertação (Mestrado em Letras) – Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, 2018.

SELLTIZ, Claire *et al.* **Métodos de pesquisa nas relações sociais**. São Paulo: Herder, 1967.

SERRA, Alynne Moreira. **Fake News: uma discussão sobre o fenômeno e suas consequências**. 2018. Monografia (Graduação em Ciência da Computação) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2018.

SOARES, Magda. Alfabetização e letramento: caminhos e descaminhos. **Revista Pátio**, São Paulo, 2004.

SOARES, Magda. **Alfaletrar: toda criança pode aprender a ler e a escrever**. São Paulo: Editora Contexto, 2020.

SOBRINHO, Marcelo Henrique de Jesus Flores; OSÓRIO, Neila Barbosa. A interpretação da velhice da antiguidade até o século XXI. **Nova Revista Amazônica**, Pará, v. 9, nº 01, 2021.

TANAKA, Lucas Yuzo Abe; FERMENTÃO, Cleide Aparecida Gomes Rodrigues. O assédio moral ao idoso pelo desrespeito ao direito personalíssimo de envelhecer com dignidade: uma afronta ao princípio da dignidade humana. **Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Direito PPGDir./UFRGS**, Porto Alegre, v. 11, nº 3, p. 148-167, 2016.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

## APÊNDICES

### APÊNDICE A – FORMULÁRIO SOCIOECONÔMICO



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA**  
**CENTRO DE EDUCAÇÃO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

### FORMULÁRIO SOCIOECONÔMICO

**Pesquisador:** André Luís Nunes dos Santos

**Título da pesquisa:** Letramento Digital de pessoas idosas sob a perspectiva da Educação ao Longo da Vida: intersecções com a Educação Popular

- Nome:
- Idade:
- Gênero:
- Escolaridade:
- Ocupação:
- Estado Civil:
- Quanto tempo no Grupo Viver Bem:
- Alfabetizado(a): ( ) Sim ( ) Não
- Letrado(a) Digitalmente: ( ) Sim ( ) Não
- Mora sozinho(a): ( ) Sim ( ) Não
- Tem apoio da família: ( ) Sim ( ) Não
- Faz atividades diárias: ( ) Sim ( ) Não
- Estuda: ( ) Sim ( ) Não
- Se você fosse uma flor, qual seria?

## APÊNDICE B – ROTEIRO DA ENTREVISTA



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA**  
**CENTRO DE EDUCAÇÃO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**ROTEIRO DA ENTREVISTA**

**Pesquisador:** André Luís Nunes dos Santos

**Título da pesquisa:** Letramento Digital de pessoas idosas sob a perspectiva da Educação ao Longo da Vida: intersecções com a Educação Popular

- 1 – Você já ouviu falar em Letramento Digital? Se sim, onde?
- 2 – Você utiliza alguma tecnologia digital no seu dia a dia? Como?
- 3 – Com que frequência você utiliza as tecnologias digitais?
- 4 – Acredita que as tecnologias digitais facilitam ou atrapalham suas atividades diárias? Por qual motivo?
- 5– Quais os pontos positivos e negativos das tecnologias em seu cotidiano?
- 6 - Qual sua maior dificuldade com as tecnologias? Por quê?
- 7 - Como você se sente usando as tecnologias?
- 8 – Você recebe ajuda de algum familiar para usar as tecnologias digitais ou usa sozinho(a)?
- 9 – Em sua opinião, você acha importante ou irrelevante as pessoas idosas saberem usar as tecnologias digitais? Por quê?
- 10 – Como você avalia as tecnologias digitais em sua vida?
- 11 – Você queria que o Grupo trabalhasse mais com tecnologias digitais?

## APÊNDICE C – TCLE



## TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezada/o,

Esta pesquisa é sobre **LETRAMENTO DIGITAL DE PESSOAS IDOSAS SOB A PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO AO LONGO DA VIDA: intersecções com a Educação Popular** e está sendo desenvolvida pela/o pesquisador/a **ANDRÉ LUÍS NUNES DOS SANTOS**, aluna/o do Curso de **Mestrado** em Educação da Universidade Federal da Paraíba, sob a orientação da/o Prof/a. **Dra. ALINE MARIA BATISTA MACHADO**.

Seu objetivo principal é analisar os efeitos do Letramento Digital no cotidiano de idosos(as) integrantes do Grupo Viver Bem, no município de Pilõezinhos, localizado no Agreste Paraibano. Os objetivos específicos são: Investigar o perfil socioeconômico, educacional, profissional e cultural dos sujeitos da pesquisa; Identificar as dificuldades e habilidades predominantes nas pessoas idosas em relação ao uso e manuseio das tecnologias digitais e suas eventuais causas; Averiguar a concepção de Letramento Digital que os(as) idosos(as) possuem; Verificar como as pessoas idosas avaliam o Letramento Digital em suas práticas sociais. A finalidade deste trabalho é elucidar os principais efeitos do Letramento Digital no cotidiano das pessoas idosas que frequentam o Grupo Viver Bem da cidade de Pilõezinhos-PB. Como benefício, esta pesquisa traz a possibilidade dos sujeitos usarem o momento das entrevistas para refletirem sobre a importância do Letramento Digital em seus cotidianos. Além disso, o centro poderá ver o quão são relevantes o uso das tecnologias dentro de seus espaços.

Solicitamos a sua colaboração para a aplicação **do formulário socioeconômico e da entrevista**, como também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos da área de educação e publicar em revista científica. Por ocasião da publicação dos resultados seu nome será mantido em sigilo.


Informamos que essa pesquisa não oferece riscos, previsíveis, para a sua saúde. No momento da entrevista poderá ocorrer um desconforto psicológico (constrangimento) e, para que isso seja evitado, deverá ser escolhido um local privado livre da presença de pessoas alheias ao estudo.

Esclarecemos que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, o/a senhor/a não é obrigado/a a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelo mestrando. Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano, nem haverá modificação na assistência que vem recebendo na Instituição.

O pesquisador responsável estará a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido/a e dou o meu consentimento para participar da pesquisa e para publicação dos resultados. Estou ciente que receberei uma cópia deste documento.

Assinatura do Participante da Pesquisa

  
Assinatura do/a Pesquisador/a Responsável

Contato do/a pesquisador/a responsável:

Caso necessite de maiores informações sobre o presente estudo, favor ligar, **ANDRÉ LUÍS NUNES DOS SANTOS**

Telefone: (83) 99191-1916 / E-mail: [andreluisnunes2001@gmail.com](mailto:andreluisnunes2001@gmail.com)

Ou

Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba Campus I – Cidade Universitária – 1º Andar – CEP 58051-900 – João Pessoa/PB

 (83) 3216-7791 – E-mail: [comitedeetica@ccs.ufpb.br](mailto:comitedeetica@ccs.ufpb.br)

## ANEXOS

## ANEXO A – CARTA DE ANUÊNCIA



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO



## CARTA DE ANUÊNCIA

Declaro que acolho o projeto de pesquisa **LETRAMENTO DIGITAL DE PESSOAS IDOSAS SOB A PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO AO LONGO DA VIDA: INTERSECÇÕES COM A EDUCAÇÃO POPULAR**, desenvolvido pelo mestrando **ANDRÉ LUÍS NUNES DOS SANTOS**, sob a coordenação/orientação da Profa. Dra. **ALINE MARIA BATISTA MACHADO**, cujo objetivo é analisar os efeitos do Letramento Digital no cotidiano de idosos(as) integrantes do Grupo Viver Bem, no município de Pilõezinhos-PB.

Esta autorização está condicionada ao cumprimento dos requisitos da Resolução 466/12 CNS e suas complementares, comprometendo-se a utilizar os dados pessoais dos sujeitos da pesquisa exclusivamente para os fins científicos, mantendo o sigilo e garantindo a não utilização das informações em prejuízo das pessoas e/ou das comunidades.

Antes de iniciar a coleta de dados o pesquisador deverá apresentar a esta Instituição o Parecer Consubstanciado devidamente aprovado, emitido por Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos, credenciado ao Sistema CEP/CONEP.

Pilõezinhos, em 03/10/2023.

*Eliane dos Santos Camelo*

ASSINATURA E CARIMBO DO/A RESPONSÁVEL DA INSTITUIÇÃO

*Eliane dos Santos Camelo*  
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Universidade Federal da Paraíba – Campus I-Centro de Educação – Bloco III- Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE - Cidade Universitária – João Pessoa – PB – Brasil- CEP: 58051-900  
Telefones: (83) 3216-7702 e (83) 3216 7140 (fax) - <http://www.ce.ufpb.br/ppge> - E-mail: [ppge@ce.ufpb.br](mailto:ppge@ce.ufpb.br)

## ANEXO B – CERTIDÃO / APROVAÇÃO DO COLEGIADO PPGE-UFPB



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
CENTRO DE EDUCAÇÃO



## CERTIDÃO

Certificamos, para os devidos fins, que foi Aprovado “AD REFERENDUM” do Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Educação, o Projeto de Pesquisa do mestrando ANDRÉ LUÍS NUNES DOS SANTOS, matrícula nº 20221006219, intitulado “LETRAMENTO DIGITAL DE PESSOAS IDOSAS SOB A PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO AO LONGO DA VIDA: intersecções com a Educação Popular”, a ser encaminhado ao comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos.

João Pessoa, 23 de outubro de 2023

A handwritten signature in black ink, enclosed in a hand-drawn oval.

Prof. Dr. Jorge Fernando Hemida Aveiro  
Coordenador do PPGE/CE/UFPB  
Matricula 1225094



## ANEXO C

**PARECER CONSUBSTANCIADO DO COMITÊ DE ÉTICA**

**CENTRO DE CIÊNCIAS DA  
SAÚDE DA UNIVERSIDADE  
FEDERAL DA PARAÍBA -  
CCS/UFPB**



**PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP**

**DADOS DO PROJETO DE PESQUISA**

**Título da Pesquisa:** LETRAMENTO DIGITAL DE PESSOAS IDOSAS SOB A PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO AO LONGO DA VIDA: intersecções com a Educação Popular

**Pesquisador:** ANDRE LUIS NUNES DOS SANTOS

**Área Temática:**

**Versão:** 1

**CAAE:** 75305723.7.0000.5188

**Instituição Proponente:** CENTRO DE EDUCAÇÃO

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

**DADOS DO PARECER**

**Número do Parecer:** 6.528.477

**Apresentação do Projeto:**

Diante do avanço científico e tecnológico, tornou-se perceptível as recorrentes modificações sociais e culturais ocasionadas pela ascensão globalizante das tecnologias digitais, as quais vêm impondo novas formas de conviver e de se relacionar perante a sociedade, configurando-se, na atualidade, como uma possível extensão do corpo humano. Dessa forma, os sujeitos que não as possuem ou que apresentam dificuldades em seu manuseamento, acabam sofrendo a exclusão digital, assim como são os casos das pessoas idosas, que, em sua grande maioria, são negligenciadas e excluídas socialmente em diversas esferas sociais. Logo, cada vez mais, tem-se feito necessário o desenvolvimento do Letramento Digital crítico e reflexivo dessa parcela populacional, para que, então, possa ser garantida uma plena vivência em suas interações pessoais e profissionais. Portanto, o objetivo geral deste trabalho investigativo visa analisar os efeitos do Letramento Digital no cotidiano de idosos(as) integrantes do Grupo Viver Bem, no município de Pilõezinhos – PB, sob a perspectiva da Educação ao Longo da Vida, interseccionando com categorias da Educação Popular. Concernente aos aspectos teórico-metodológicos, esta pesquisa possui natureza pura, abordagem qualitativa, objetivos de cunho exploratório e fundamentada no método dialético marxista. As referências basilares foram Freire (1996), Castells (1999), Machado (2012), Gadotti (2016) e Beauvoir (2018). Espera-se que esta análise traga contribuições significativas a todos(as) aqueles(as) que se sentem atravessados(as) pela problemática discutida.

**Endereço:** Campus I / Prédio do CCS UFPB - 1º Andar

**Bairro:** Cidade Universitária

**CEP:** 58.051-900

**UF:** PB

**Município:** JOAO PESSOA

**Telefone:** (83)3216-7791

**Fax:** (83)3216-7791

**E-mail:** comitedeetica@ccs.ufpb.br

**CENTRO DE CIÊNCIAS DA  
SAÚDE DA UNIVERSIDADE  
FEDERAL DA PARAÍBA -  
CCS/UFPB**



Continuação do Parecer: 6.528.477

**Introdução:**

O advento das tecnologias digitais, iniciado no final do século XX, vem modificando, ininterruptamente, a sociedade e, conseqüentemente, os hábitos cotidianos das pessoas que nela estão inseridas. Conforme Castells (1999), o final do segundo milênio da Era Cristã, tornou-se palco de diversos acontecimentos marcantes para a história, os quais transformaram os cenários reais da vida humana. A revolução tecnológica, por exemplo, corroborou para a mudança gradativa, porém aligeirada, do corpo social, principalmente, através das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC's), haja vista que, entre outras invenções, são as criações mais características desse período histórico, assim como afirma Jonck (2019, p. 18):

A principal característica desta revolução se deu pelo desenvolvimento da informática: computadores, agendas eletrônicas, semicondutores, Internet, além da crescente automação, neste caso ficando mais refinada, da produção industrial, também foi período de maior destaque e sucesso da corrida espacial, e o início do desenvolvimento, que daria origem aos desdobramentos modernos, da robótica e biotecnologia. Desse modo, as tecnologias começaram a remodelar a estrutura física, psíquica e organizacional da população em ritmo, continuamente, acelerado. Aliadas aos processos de globalização, no que tange as suas implicações no espaço físico, elas encurtaram as distâncias geográficas mundiais e interconectaram diferentes nações, povos e sociedades, sejam por questões ideológicas, identitárias ou culturais, dando novas marcações geopolíticas aos territórios. As informações espalhadas por recursos digitais ganharam amplitude, multiplicando-se recorrentemente, tendo em vista a velocidade de sua disseminação e seu alcance global. Logo, isto tem acarretado em um novo e complexo desafio para os indivíduos do século XXI, isto é, a transformação dessas informações em conhecimentos úteis para uso pessoal e coletivo, sendo possível, apenas, por meio de uma análise crítica e reflexiva das notícias postas em circulação.

Concernente ao desenvolvimento psíquico do ser humano, cabe salientar que os recursos tecnológicos, quando utilizados compulsivamente, podem causar transtornos e problemas à saúde, sejam em aspectos físicos e/ou mentais, independentemente, de sua etapa geracional. Segundo Rangel, Petrucci e Fioravanti (2018, p. 1), “as novas tecnologias geram mudanças cerebrais nos indivíduos. Há indivíduos, por exemplo, que tem extrema dificuldade de controle no uso das redes sociais digitais, jogos eletrônicos ou até mesmo não conseguem ficar distante dos smartphones (nomofobia)”. Todavia, mesmo podendo trazer malefícios, caso sejam usadas de forma incorreta, as tecnologias digitais têm se mostrado indispensáveis na efetuação de práticas sociais cotidianas, das mais complexas às mais elementares, desde que sejam utilizadas

**Endereço:** Campus I / Prédio do CCS UFPB - 1º Andar  
**Bairro:** Cidade Universitária **CEP:** 58.051-900  
**UF:** PB **Município:** JOAO PESSOA  
**Telefone:** (83)3216-7791 **Fax:** (83)3216-7791 **E-mail:** comitedeetica@ccs.ufpb.br

**CENTRO DE CIÊNCIAS DA  
SAÚDE DA UNIVERSIDADE  
FEDERAL DA PARAÍBA -  
CCS/UFPB**



Continuação do Parecer: 6.528.477

corretamente. Várias são as vicissitudes que surgem ao desdobrar das inovações tecnológicas, resultando em novas formas de organização social. Emergem de tal inventividade, portanto, distintas concepções acerca do mundo e dos fenômenos que o cercam. Outros modelos de comunicação estão sendo (re)criados, culturas foram (re)feitas, relações interpessoais virtualizadas, movimentos sociais globalizados, profissões com novos campos de atuação e uma educação híbrida, operacionalizada, majoritariamente, por tecnologias. Dialeticamente, a serviço do capitalismo, mas também da classe trabalhadora, elas vêm ditando os rumos meândricos dos acontecimentos mundanos, influenciando sujeitos em seus contextos socioculturais e “impactando” nas ações dos diversos setores laborais, societários e educativos.

**Objetivo da Pesquisa:**

Objetivo Primário:

Desta forma, na tentativa de responder ao referido questionamento, a seguinte pesquisa tem como objetivo geral analisar os efeitos do Letramento Digital no cotidiano de idosos(as) integrantes do Grupo Viver Bem, no município de Pilõezinhos, localizado no Agreste Paraibano.

Objetivo Secundário:

Portanto, para que se chegue ao propósito final do estudo, foram traçados alguns objetivos específicos, os quais se desdobram em:

- investigar o perfil socioeconômico, educacional, profissional e cultural dos sujeitos da pesquisa;
- identificar as dificuldades e habilidades predominantes nas pessoas idosas em relação ao uso e manuseio das tecnologias digitais e suas eventuais causas;
- averiguar a concepção de Letramento Digital que os(as) idosos(as) possuem;
- verificar como as pessoas idosas avaliam o Letramento Digital em suas práticas sociais. As entrevistas serão transcritas na íntegra. A análise das narrativas será feita por meio de análise de conteúdo proposta por Bardin (1977). Este conjunto de técnicas nos auxilia na análise das comunicações, empregando procedimentos sistematizados e dando suporte nas descrições dos conteúdos enunciados nas mensagens captadas nas entrevistas, nos questionários ou, até mesmo, nos vídeos documentários. A análise de conteúdo focaliza sua objetividade na verificação semântica dos dados coletados, buscando o verdadeiro sentido dos códigos alfanuméricos descritos. Ela pode ser realizada a partir da pré-exploração do material; exploração do material e tratamento e interpretação das informações coletadas. Nesse sentido, analisaremos as descrições das vivências do sujeito seguindo os seguintes passos: a) Transcrever as falas acerca das experiências que envolvam o Letramento Digital; b) Organizar as falas por meio de unidade de

**Endereço:** Campus I / Prédio do CCS UFPB - 1º Andar

**Bairro:** Cidade Universitária

**CEP:** 58.051-900

**UF:** PB

**Município:** JOAO PESSOA

**Telefone:** (83)3216-7791

**Fax:** (83)3216-7791

**E-mail:** comitedeetica@ccs.ufpb.br

**CENTRO DE CIÊNCIAS DA  
SAÚDE DA UNIVERSIDADE  
FEDERAL DA PARAÍBA -  
CCS/UFPB**



Continuação do Parecer: 6.528.477

sentido de cada sujeito que se coloca em evidência por meio de palavras que expressam a utilização das tecnologias em seu cotidiano.

**Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

Riscos:

A possibilidade dos participantes da pesquisa, no momento de suas narrativas se sentirem desconfortáveis relatando suas experiências. Do mesmo modo, a imprevisibilidade em questões de saúde, por muitos terem fragilidade e possuírem algumas doenças.

Benefícios:

A possibilidade dos sujeitos usarem o momento das entrevistas para refletirem sobre a importância do Letramento Digital em seus cotidianos. Além disso, o centro poderá ver o quão são relevantes o uso das tecnologias dentro de seus espaços.

**Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

A relação idosos(as) e tecnologias digitais, desde o surgimento dos aparelhos tecnológicos, foi vista como uma associação paradoxal. Tal pensamento ainda se perdura até os tempos atuais, o que contribui, consistentemente, para o crescimento da lacuna digital, assim como ressalta Flauzino et al. (2020, p. 2), “este grupo etário ainda possui acesso desigual às TIC’s quando comparado às gerações mais novas, ou seja, uma lacuna digital”. Assim sendo, para que esse impasse seja amenizado, existe a necessidade do desenvolvimento de competências técnicas e operativas, por parte dos(as) idosos(as), as quais estejam alinhadas às assimilações das práticas sociais, tornando o letramento digital desses sujeitos uma demanda de suma relevância, principalmente se estiver embasado numa perspectiva crítica de educação.

Ao se falar, por exemplo, em Educação ao Longo da Vida, se fundamentada em categorias da Educação Popular, ela apresenta potencialidade de subsidiar, prática e teoricamente, as ações educativas voltadas para indivíduos excluídos, os quais, de alguma forma, vivem à margem da sociedade, pois, tal como indica Gadotti (2016, p. 6), “é importante o Brasil discutir, o tema da Educação ao Longo da Vida a partir do referencial da Educação Popular”. Essas perspectivas tecem novos modelos de velhice, estabelecem uma visão contínua e permanente de educação para os(as) idosos(as) e interferem, diretamente, nas vivências sociais, na qualidade de vida e no empoderamento do referido grupo. Em conformidade com Joaquim, Oliveira e Pesce (2021, p. 70):

O letramento digital, na perspectiva teórica à qual este estudo se filia, pode ser uma ferramenta da inclusão digital e, deste modo, possui potencial de empoderar os idosos e grupos subalternizados, na acepção freiriana de empoderamento, isto é, um empoderamento de classe [...]. Especialmente

**Endereço:** Campus I / Prédio do CCS UFPB - 1º Andar  
**Bairro:** Cidade Universitária **CEP:** 58.051-900  
**UF:** PB **Município:** JOAO PESSOA  
**Telefone:** (83)3216-7791 **Fax:** (83)3216-7791 **E-mail:** comitedeetica@ccs.ufpb.br

**CENTRO DE CIÊNCIAS DA  
SAÚDE DA UNIVERSIDADE  
FEDERAL DA PARAÍBA -  
CCS/UFPB**



Continuação do Parecer: 6.528.477

quando compreendido na perspectiva humanista e crítica da educação ao longo da vida, a inclusão e o letramento digital são potencialmente capazes de contribuir para a construção de uma sociedade democrática.

Têm-se consciência, porém, que ainda existe uma gigantesca lacuna digital que separa os(as) idosos(as) das tecnologias. No entanto, algumas pesquisas como a de Santos (2018), Flauzino et al. (2020) e Joaquim, Oliveira e Pesce (2021) vêm evidenciando, a partir de estudos teóricos, práticos e conceituais, que o letramento digital pode ser, além de uma ferramenta de inclusão social, uma prática paliativa para os indivíduos da terceira idade, promovendo processos emancipatórios e possibilitando uma educação ao longo da vida. Destarte, ciente das contribuições que as pessoas idosas podem dispor ao serem letradas digitalmente e percebendo que tal prática pode facilitar hábitos diários dos supracitados indivíduos, cabe indagar: quais os principais efeitos do letramento digital na rotina das pessoas idosas que usufruem de recursos tecnológicos? Metodologia Proposta:

Finalidade Teórico-Metodológica (Natureza): Pura/Básica

Abordagem: Qualitativa

Método Científico: Dialético Marxista

Objetivos: Exploratórios

Instrumentos de Coleta de Dados: Formulário acerca do Perfil Socioeconômico, Entrevistas Semiestruturadas e Observações Assistemáticas. Análise dos Dados: Análise de Conteúdo

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

atende as exigências institucionais

**Recomendações:**

Vide campo conclusões ou pendências e lista de inadequações

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

Não foram observados óbices éticos

**Considerações Finais a critério do CEP:**

Certifico que o Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba – CEP/CCS aprovou a execução do referido projeto de pesquisa. Outrossim, informo que a autorização para posterior publicação fica condicionada à submissão do Relatório Final na Plataforma Brasil, via Notificação, para fins de apreciação e aprovação por este egrégio Comitê.

**Endereço:** Campus I / Prédio do CCS UFPB - 1º Andar

**Bairro:** Cidade Universitária

**CEP:** 58.051-900

**UF:** PB

**Município:** JOAO PESSOA

**Telefone:** (83)3216-7791

**Fax:** (83)3216-7791

**E-mail:** comitedeetica@ccs.ufpb.br

**CENTRO DE CIÊNCIAS DA  
SAÚDE DA UNIVERSIDADE  
FEDERAL DA PARAÍBA -  
CCS/UFPB**



Continuação do Parecer: 6.528.477

**Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:**

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2225847.pdf	30/10/2023 00:22:04		Aceito
Declaração de concordância	cartadeanuencia.pdf	30/10/2023 00:20:34	ANDRE LUIS NUNES DOS	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	certidaocolegiadoce.pdf	30/10/2023 00:19:02	ANDRE LUIS NUNES DOS SANTOS	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TermodeConsen.pdf	30/10/2023 00:16:59	ANDRE LUIS NUNES DOS SANTOS	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	ProjetodePesquisaComitedeEtica.pdf	30/10/2023 00:12:43	ANDRE LUIS NUNES DOS SANTOS	Aceito
Folha de Rosto	FolhadeRostoPronta.pdf	30/10/2023 00:08:06	ANDRE LUIS NUNES DOS	Aceito

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

JOAO PESSOA, 23 de Novembro de 2023

\_\_\_\_\_  
**Assinado por:**  
**Eliane Marques Duarte de Sousa**  
**(Coordenador(a))**

**Endereço:** Campus I / Prédio do CCS UFPB - 1º Andar  
**Bairro:** Cidade Universitária **CEP:** 58.051-900  
**UF:** PB **Município:** JOAO PESSOA  
**Telefone:** (83)3216-7791 **Fax:** (83)3216-7791 **E-mail:** comitedeetica@ccs.ufpb.br